UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO

A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar.

Dissertação apresentada à área de Geografia Humana para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profa. Dra. Léa Goldenstein

SANDRA LENCIONI

1 9 8 5

Ao Paulo, pela ternura
e amor no cotidiano

Um trabalho como esse, onde por anos a fio são percorridos os mais variados caminhos, nos faz conviver com situações particularmente estimulantes. Em inúmeros gestos de colaboração percebi amizade e registro meus agradecimentos. Em particular aos moradores de Jardinópolis que me acolheram amavelmente e à Manoel Seabra, Ana Fani Alessandri Carlos e Regina de Toledo Sader pela leitura dos originais. Em especial à Léa Goldenstein que sempre soube compreender meus desejos de liberdade e à Paulo Cesar Xavier Pereira na convivência das indagações e serenamento das ansiedades.

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO.....1

II - A INSERÇÃO DE JARDINÓPOLIS NA ECONOMIA CAFEEIRA....7

III - JARDINÓPOLIS E A NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO.....56

IV - A PRODUÇÃO DA PERIFERIA EM JARDINÓPOLIS.....86

1. Capitalização da Agricultura.....86

2. O Capital nas Atividades Urbanas.....108

3. A Interiorização da Periferia.....145

V - BIBLIOGRAFIA.....168

TABELAS

TABELA I - Estado de São Paulo, 1890-1930. População, extensão da rede ferroviária e número de cidade.....10

TABELA II - Jardinópolis, 1913. Relação entre o número de pés de café de algumas fazendas com o número de casas da colônia.....26

TABELA III - Jardinópolis e Estado de São Paulo, 1909-1920. Produção Cafeeira.....30

TABELA IV - Jardinópolis, 1905-1940. Produção Cafeeira...33

TABELA V - Jardinópolis, 1931-1938. Produção Cafeeira...63

TABELA VI - Jardinópolis, década de 30. Número de estabelecimentos agrícolas segundo categorias de áreas.....70

TABELA VII - Jardinópolis, 1934. Distribuição da propriedade da terra por nacionalidade.....72

TABELA VIII - Jardinópolis, 1950 e 1960. Número de parceiros e empregados dos estabelecimentos rurais.....74

TABELA IX - Estado de São Paulo, 1920 e 1945. Relação da área cultivada com café e algodão (ha)....78

TABELA X - Jardinópolis, 1920-1960. Evolução da população.....83

TABELA XI - Jardinópolis, 1934-1960. Distribuição da população ativa por ramo de atividades.....84

TABELA XII - Jardinópolis e Ribeirão Preto, 1940 e 1950. Domicílios particulares.....85

TABELA XIII - Estado de São Paulo e Jardinópolis, 1950-1980. Intensificação do capital nas atividades agrárias.....88

TABELA XIV - Jardinópolis, 1950-1980. Número e área dos estabelecimentos rurais segundo estratos de área.....94

TABELA XV - Jardinópolis, 1950-1980. Uso da Terra.....94

TABELA XVI - Jardinópolis, 1950-1980. Pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas.....103

TABELA XVII - Jardinópolis, 1980. Distribuição do número de estabelecimentos industriais conforme a estratificação em gêneros e ramos, seguida do número da amostra, sua porcentagem,questionários respondidos e não respondidos e porcentagem da amostra efetiva.....112

TABELA XVIII - Jardinópolis, 1980. Distribuição do número de estabelecimentos comerciais e de serviços conforme a estratificação em gênero e ramo, seguida do número da amostra, sua porcentagem, questionários respondidos e não respondidos e porcentagem da amostra efetiva.....113

TABELA XIX - Jardinópolis, 1980. Data de instalação dos estabelecimentos industriais com indicação dos ramos de atividades.....122

TABELA XX - Jardinópolis, 1960-1980. Número de estabelecimentos industriais segundo os gêneros..123

TABELA XXI - Jardinópolis, 1980. Produtos dos estabelecimentos industriais.....124

TABELA XXII - Jardinópolis. Período de Instalação das casas comerciais e de Serviços.....125

TABELA XXIII - Jardinópolis, 1980. Distribuição por sexo do pessoal ocupado nos estabelecimentos comerciais e de serviços.....127

TABELA XXIV - Jardinópolis, 1980. Origem do capital dos estabelecimentos industriais.....135

TABELA XXV - Jardinópolis, 1980. Origem do capital dos estabelecimentos comerciais e de serviços..136

TABELA XXVI - Origem do capital, capital inicial e atual dos estabelecimentos industriais (em cruzeiros).....139

TABELA XXVII - Jardinópolis, 1980. Capital atual por ramo de atividade dos estabelecimentos comerciais e de serviços.....140

TABELA XXVIII - Jardinópolis, 1980. Capital atual das indústrias e constituição jurídica.....141

TABELA XXIX - Jardinópolis, 1980. Constituição Jurídica dos estabelecimentos comerciais e de serviços.....142

TABELA XXX - Jardinópolis, 1979. Valor da produção e número de operários nos estabelecimentos industriais.....161

TABELA XXXI - Jardinópolis, 1980 - Absorção da força de trabalho por categoria e sexo nos estabelecimentos industriais.....162

TABELA XXXII - Jardinópolis, 1950 e 1980. Número de domicílios particulares do município com serviços públicos.....164

TABELA XXXIII - Jardinópolis, 1980. Número de domicílios particulares do município.....165

GRÁFICOS

GRÁFICO I - Produção e preço do café.1880-1946.....59

GRÁFICO II - Comércio exterior do Brasil.1925-1940.....67

GRÁFICO III - Perfil Topográfico da cidade de Jardinópolis.....151

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir como a reprodução do capital, mesmo no campo, não pode prescindir da existência da cidade. Assim, procuramos contribuir para a compreensão da cidade enquanto materialização das condições gerais de produção e consumo historicamente determinadas.

Como quadro de referência teórica consideramos que a determinação histórica da cidade se explicita não só na materialidade das condições gerais de produção mas, também nas relações sociais de produção dominantes e na inserção do lugar na divisão territorial do trabalho. (1)

Nosso ponto de partida foi a indagação do conteúdo objetivo da pequena cidade. Esta indagação surgiu de nossa vivência em várias cidades do interior paulista, sobretudo na região de Ribeirão Preto e da constatação de que enquanto algumas cidades rapidamente haviam se expandido, muitas, embora aparentemente estagnadas, eram também transformadas pela presença na mancha urbana de um cinturão de pobreza. Interessou nos discutir os chamados problemas urbanos a partir de uma análise centrada em pequena cidade e não, como é corrente nestas discussões, em áreas metropolitanas ou grandes centros urbanos.

Entendemos, como Pierre Monbeig, que a

> "geografia urbana não se limita ao estudo das grandes capitais: cidades pequenas apresentam tanto interesse quanto as colmeias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo, o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as engrenagens bem lubrificadas, concorrendo a toda velocidade, das metrópoles imponentes". (MONBEIG: 1975; 36)

---

(1) Considerando que a localização de determinados processos produtivos vincula-se à especialização que a produção toma a nível territorial, produzindo espaços particulares, preferimos utilizar a terminologia "divisão territorial do trabalho" para exprimir a compartimentação territorial dos processos produtivos na produção espacial em geral.

A percepção do urbano marcada pela presença dos bóias-frias, o cenário fantasmagórico das estações de ferro desativadas e as estórias do "tempo do café", não permitiram que nossa análise separasse campo e cidade. Alertados por essa percepção da realidade buscamos entender o campo e acabamos por encontrar a essência do urbano. (2)

Para que pudessemos avançar nossa análise centrada na determinação da cidade enquanto materialização das condições gerais da produção capitalista, tornou-se necessária a reconstrução histórica da articulação dos processos sociais na produção do espaço, de tal forma que o enfoque pudesse contribuir para o conhecimento de aspectos da gênese dos chamados problemas urbanos. Dessa forma,entendemos que o trabalho poderá contribuir para o conhecimento da realidade brasileira ao procurar explicitar alguns aspectos da relação agricultura e urbanização.

A reconstrução histórica da articulação dos processos sociais na produção do espaço nos permitiu compreender as transformações das relações de trabalho no campo onde a proletarização do trabalhador rural acabou por resultar na urbanização de sua reprodução. A mudança do local da reprodução da força de trabalho rural, do campo para a cidade configurou-se espacialmente como manifestação da pobreza urbana pela formação das chamadas periferias nas cidades interioranas. Essa periferia é por nós entendida como uma particular manifestação espacial da problemática da reprodução da força de trabalho em contexto urbano; no nosso caso, decorrente da intensificação do capitalismo na agricultura, deslocando o trabalhador rural para a cidade sem , no entanto, desvinculá-lo da atividade agrícola.

Tentamos, na pesquisa, compreender como a pequena

(2) Segundo Kosik, a "destruição da pseudo-concreticidade - que o pensamento dialético tem de efetuar - não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado". (KOSIK: 1976; 16)

cidade é produzida pela história analisando-a como materialização do processo de urbanização e, também, como produtora desse processo. Não procuramos fazer da pesquisa uma busca de exemplos dos processos gerais; procuramos, antes, entender como num determinado lugar a articulação dos processos sociais se materializam nos aglomerados urbanos. Relatamos e analisamos também processos e fatos conhecidos que, embora sabidos, fazem parte da realidade que estudamos contribuindo para reafirmar pretéritas considerações, mesmo que isso pareça destemor de sermos repetitivos.

Particularizamos nossa análise tomando como referência um município de destacada produção agrícola. O município, enquanto escala de unidade de referência territorial não foi por nós entendido como determinante da amplitude dos processos sociais que interessavam à análise. O lugar de referência de nosso estudo foi o município de Jardinópolis que se apresentou com uma característica interessante, a de contar com uma população atual semelhante, em termos numéricos, à de 1920 - em torno de vinte mil habitantes - indicando quantitativamente uma aparente estagnação que, não se sustentava na análise da distribuição rural urbana de sua população.

Jardinópolis, dista 303 km em linha reta da capital do Estado no sentido NNO e cerca de 14 km ao norte da capital regional Ribeirão Preto. No entanto, nos permitimos referir a essa porção do Estado como sendo oeste porque entendemos que o conteúdo histórico permeia mesmo aquilo que pode nos parecer despido de história. Na medida em que os pontos cardeais, enquanto realidade objetiva, só existem em relação ao homem, as referências de localização também são históricas.

Gramsci, discutindo a chamada realidade do mundo exterior, aponta que o

> "que significaria Norte-Sul, Este-Oeste sem o homem? São relações reais e, todavia não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da sociedade. É evidente que Este e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, isto é, históricas, já que fora da história real cada ponto da

> Terra é Este e Oeste ao mesmo tempo. Isto pode ver-se claramente pelo fato de que estes termos se cristalizavam não de um ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas européias, que através de sua hegemonia mundial os fizeram aceitar por toda parte". (GRAMSCI: 1978; 125)

Preferimos, então, tomar daqueles que povoaram São Paulo, a referência de localização. Esses consideravam a porção da parte paulista do Vale do Paraíba, como norte e a porção norte-noroeste - em relação à Greenwich -como oeste pois, tomavam como referência, não a distante Londres mas, a cidade de São Paulo.

Se nos despíssemos da história acabaríamos por entender que tais referências de localização estariam incorretas, como se a correção que fizéssemos fosse possível de estabelecer uma realidade objetiva não historicizada. (3)

Para que nossa argumentação fluísse tornou-se adequado dividir a pesquisa em três partes onde cada uma se desdobra na outra a partir de sua antítese. Abarcando um período de quase um século, não houve preocupação de montar uma cronologia dando às partes um caráter evolucionista mas, de dividí-las segundo o movimento de articulação dos processos sociais, que na sua contínua transformação iam gerando o novo.

Na primeira parte do trabalho analisamos a inserção de Jardinópolis na economia cafeeira pois, foi com a onda verde dos cafezais que esse lugar efetivamente se transfigurou, deitando por terra a mata tropical e historicizando as condições naturais. Assentados na privatização da propriedade da terra, os cafezais cristalizavam a riqueza alienada ao trabalhador, que

(3) Esse é o caso, por exemplo, de Holloway que, referindo-se a essa porção do Estado aponta que se "a linha costeira corresse do norte para o sul, tal nomenclatura estaria de acordo com os verdadeiros pontos cardeais. A costa de São Paulo, no entanto, corre de nordeste para sudeste, e assim o planalto que se estende num ângulo reto para o litoral fica na realidade mais ao norte do que a oeste da Capital". (grifo nosso) (HOLLOWAY: 1984; 31)

sob o colonato, recebia como remuneração um pagamento combinando parte em dinheiro e parte no acesso à terra para sua lavoura de subsistência, fazendo com que sua sobrevivência quase que independesse da presença de mercado e da cidade.

Jardinópolis materializava, sobretudo, a necessidade de circulação de mercadorias - como condição geral da produção cafeeira - que se expressava nas estações da estrada de ferro para o transporte do café e, nas casas e empórios comerciais que veiculavam as poucas mercadorias que vinham de fora.

Na segunda parte procuramos analisar a redefinição da divisão territorial do trabalho resultante do processo de industrialização e da perda de hegemonia da cafeicultura paulista. Jardinópolis passou a produzir matérias-primas e produtos alimentares voltados agora, também, para o mercado interno que se formava. As transformações nas relações de trabalho fizeram com que o colonato passasse a conviver, a miúdo, com a parceria e o arrendamento, num processo de mercantilização dos meios de vida do trabalhador rural que apontava a tendência à sua proletarização.

Esse momento foi de decadência das atividades urbanas e de comprometimento daquelas condições gerais exigidas pela produção cafeeira fazendo-se acompanhar do esvaziamento populacional do município.

Por último, procuramos analisar as transformações urbanas advindas da industrialização da agricultura, enfocando o processo de proletarização do trabalhador rural, a dimensão do capital nas atividades urbanas e a formação da chamada periferia na cidade.

Se, de um lado o nível de capitalização da agricultura é bastante expressivo, de outro, a dimensão do capital nas atividades urbanas é bastante restringida, expressando-se na pequena dimensão dos estabelecimentos comerciais e industriais da cidade. A análise do capital nas atividades urbanas foi particularmente interessante porque nos tornou possível equacionar o

conteúdo da pequena cidade na medida em que a entendemos como aquela que não se industrializa e que, embora acolham trabalhadores agrícolas fazendo crescer sua mancha urbana, permanece pequena. Com isso pretendemos retomar o estudo sobre pequena cidade num novo sentido, num sentido qualitativo e não apenas quantitativo.

Do mesmo modo que na questão urbana a noção de periferia deixa de ser uma denominação areolar para tomar foro de uma manifestação espacial de pauperização do trabalhador, a pequena cidade deixa, para nós, de ser dimensionada apenas quantitativamente para significar qualidade de uma cidade cuja materialização das condições gerais de produção são aquelas requeridas pelo processo de intensificação do capital no campo e que apresentam restrito capital nas atividades urbanas.

Entender a pequena cidade a partir desses elementos foi o resultado de nossa pesquisa, definí-la nunca foi nossa preocupação.

A INSERÇÃO DE JARDINÓPOLIS NA ECONOMIA CAFEEIRA

Nosso ponto de partida é discutir a cidade interiorana paulista como materialização das condições gerais requeridas pela expansão cafeeira. Tais condições levaram ao desenvolvimento e criação de inúmeras cidades marcadas pela dispersão da população no interior do Estado e pela sua concentração na Capital. Na produção extensiva e itinerante do café, impulsionada pela onda verde da indústria de fazendas, gestava-se uma rede de cidades e caminhos de ferro que adentravam adentravam o interior reforçando o privilégio da cidade de São Paulo como nó da circulação das mercadorias que iam e vinham do Porto de Santos.

A ocupação do interior paulista, no entanto, iniciou-se antes dos cafezais. Primeiramente na procura de indígenas para o trabalho cativo e, posteriormente perscrutando ouro nos sertões. Pelo caminho do vale do São Francisco, escoadouro natural do ouro e gado de Minas Gerais e Goiás, os bandeirantes lutaram com os portugueses, chamados por eles de emboabas, que consideravam intrusos. Buscando uma segunda ligação com o Planalto Central os paulistas abriram um caminho, a Estrada do Sal, que ligava a cidade de São Paulo a esse planalto através do norte do Estado, por onde passariam diversos fluxos de paulistas e mineiros. Neste contexto é que ao findar o século XVIII cresceu, no extremo norte do Estado, o Arraial Bonito do Capim Mimoso que deu origem à cidade de Franca. Quando da descoberta das minas, muitos paulistas abandonaram a sua Província deixando para trás uma paisagem de terras com cultivos descuidados. Posteriormente, em razão do declínio das minas de ouro, iria estabelecer-se um fluxo de mineiros para o interior paulista. (1)

(1) Sobre o processo de povoamento do Estado de São Paulo é interessante lembrarmos a obra de Auguste Saint-Hilaire, "Viagem à Província de São Paulo," São Paulo, Ed. da USP, 1976; o livro de Daniel Pedro Müller, "Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e de 10 de março de 1837", São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 3º edição, 1978; o livro de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, "Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatístico e noticioso da Província de São Paulo", 2 Tomos, São Paulo, Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2º edição, 1954 e o livro de Affonso A. Freitas, "Geografia do Estado de São Paulo, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1906.

A decadência das minas trouxe para as margens da Estrada do Sal muitos mineiros provenientes, sobretudo, das terras de São João Del Rei que mantiveram a tradição de suas práticas criatórias. Ao longo do caminho percorrido muitos pousos se transformaram em povoados configurando uma paisagem onde os principais aglomerados se distribuíam linearmente. Franca, inicialmente um pouso, localizada no dorso de três colinas, foi até meados do século XIX a mais longíngua cidade da Província. Nos anos trinta do século XIX, esta cidade foi palco de desavenças e conflitos entre diversos cidadãos e autoridades que acabaram por culminar no assassinato do fiscal da Câmara Municipal. Tal instabilidade social repercutiu numa grande migração para a freguesia de Batatais, pertencente ao município de Franca, que foi em 1839, elevada à categoria de vila e, em 1875, dada a expressão que a cultura cafeeira aí alcançou, alçada à categoria de cidade.

Entre os povoados que compunham o município de Batatais havia uma freguesia denominada de Ilha Grande. Pela lei nº 115 de 1 de Outubro de 1892 a povoação tornou-se distrito de paz, passando a denominar-se Jardinópolis em 24 de Dezembro de 1896, em homenagem ao republicano Silva Jardim, que recentemente havia falecido em queda acidental na cratera do vulcão Vesúvio. Em 25 de Junho de 1898, Jardinópolis desmembrou-se de Batatais juntamente com o distrito de Sarandy, mais tarde denominado de Jurucê.

O patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Ilha Grande de Batatais que deu origem ao município de Jardinópolis, foi uma doação de 1859, conforme escritura em anexo. Em 1881 havia apenas 3 casas no arraial, duas pertencentes a José Umbelino, vindo de Batatais, que se assenhorou do lugar e uma de um antigo morador de nome Custódio José de Carvalho. José Umbelino tentou grilar as terras mas acabou não sendo bem sucedido, tendo que devolver ao patrimônio 38 alqueires indevidamente apossados. Em 1889, por carta da Cúria de São Paulo, foi nomeado fabriqueiro da Paróquia de Nossa Senhora, Domiciano Alves de Rezende, carinhosamente chamado de Chanico, que se responsabilizou pelos primeiros

arruamentos da cidade (2). Logo, Chanico abriu a rua do Comércio, atualmente Américo Salles e a rua Bella Vista, hoje denominada Prof. Euclides Berardo, que compunham com a rua do Porto o núcleo pioneiro da cidade. Na rua do Porto, que hoje é a Visconde do Rio Branco, localizava-se o centro das vendas onde Valentim Sigilo era o mais importante comerciante e por onde se alcançavam as canoas que se dirigiam para as redondezas e para Ribeiro Preto. (3)

As alterações jurídico administrativa marcavam a configuração política da Província paulista. No percorrer do século XIX, o processo de ocupação do território paulista, sobretudo, pela interiorização da cafeicultura intensificou o surgimento de novos aglomerados, povoações e vilas exacerbando o fracionamento administrativo. Os povoados eram frequentemente denominados de freguesia, divisão administrativa de origem eclesiástica, que vinculava-se, em geral, ao erguimento de uma capela voltada para o culto a um determinado santo. Vila era uma categoria superior à freguesia, já tendo Câmara e inferior à cidade, sede de município. A política orientava-se pelo desmembramento administrativo e criação de municipalidades.

Em 1850 havia 46 municípios em toda Província; em 1886, 121 e, na segunda década do século atual, 206. A produção extensiva dos cafezais configurava uma nova paisagem, marcada pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, onde a reprodução ampliada do capital fundava-se na expansão do capital comercial baseada na produção cafeeira assentando-se em relações de produção não capitalistas, numa ocupação territorial ao mesmo tempo densa e fluída. A população, os aglomerados e os meios de circulação concentravam-se e dispersavam-se a partir do crescimento do trabalho materializado nos cafezais.

---

(2) Denomina-se fabriqueiro, a pessoa encarregada da construção da igreja, que muitas vezes, se torna o responsável pela promoção do espaço construído do povoado.

(3) Cf. Correio da Semana, 1953, vários números.

"A quem viaja pelos sertões do chamado Oeste de São Paulo empolga o espetáculo maravilhoso da preamar do café. Aquela onda verde nasceu humilde em terras fluminenses. Tomou vulto, desbordou para São Paulo...
É de enfunar o peito a impressão de quem pela primeira vez navega sobre o oceano verde-escuro. Horas a fio, num pullman da Paulista ou num carro da Mogiana, a cortar um cafezal só - milhões e milhões de pés que ondulam por morro e vale até se perderem no horizonte confundidos com o céu... Um cafezal só, que não acaba mais, sem outras soluções de continuidade além do casario das fazendas e dos postos circunjacentes..." (LOBATO: 1964, 3 e 4)

Delineava-se uma rede de cidades. Cidades e caminhos já existiam mas o conteúdo particular da reprodução do capital baseado na cafeicultura havia reconvertido e criado muitas outras cidades e desenvolvido uma extensa rede ferroviária. Na passagem do século XIX para o XX a administração paulista viu transformar radicalmente sua estrutura. (TABELA I)

TABELA I

ESTADO DE SÃO PAULO, 1890-1930

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, EXTENSÃO DA REDE FERROVIÁRIA E CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CIDADES

ANO	POPULAÇÃO	ESTRADAS DE FERRO (KM)	Nº DE CIDADES
1829	160.446	----	21
1890	1.384.753	2390	140
1900	2.279.608	3315	171
1910	2.800.424	4825	171
1920	4.592.188	6616	204
1930	7.160.705	7101	255

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatística, anexo ao nº 8, 1940, Departamento Administrativo do Estado de São Paulo.
Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1920. Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo. Typografia do Diário Oficial.
CAMARGO, José Francisco de - Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, Boletim nº 153 da FFCL da USP,3 v. São Paulo, 1952.

A materialidade dessa transformação configurava uma nova paisagem. O homem invertia o sentido natural das confluên

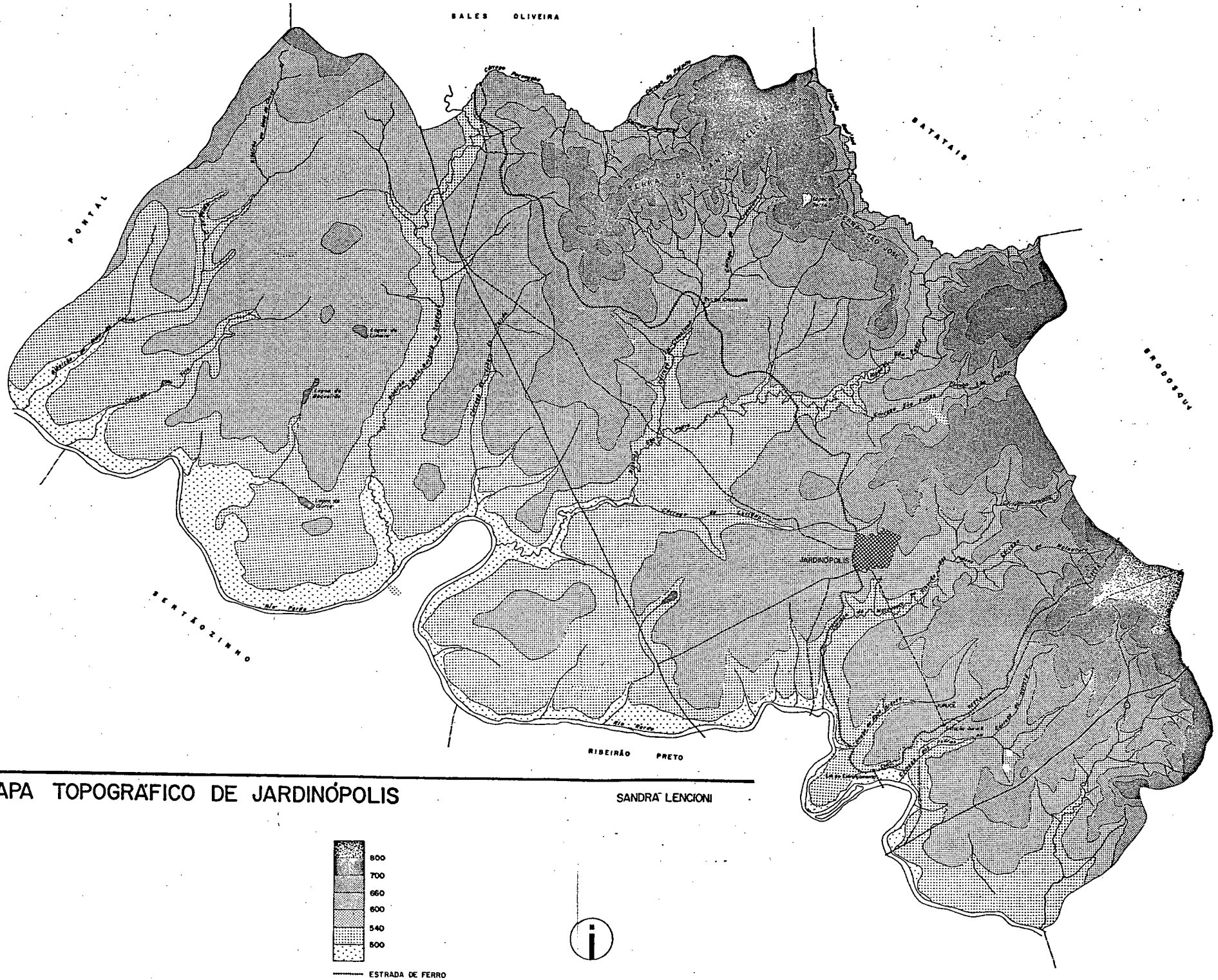
cias; ou seja, se os riachos, córregos e rios correm em direção ao rio principal, os caminhos e as estradas confluíam para altitudes mais elevadas em busca dos espigões de topos aplainados onde assentavam-se as linhas - tronco das estradas de ferro e as cidades mais importantes. Espigões e rios conformavam, em geral, não só os limites das grandes fazendas de café mas também os principais limites dos municípios.

Foi sobre um espigão, entre o córrego do Luciano e o Ribeirão das Posses que se assentou o aglomerado urbano da então Ilha Grande, que era assim denominada porque a área que deu origem ao município de Jardinópolis, era praticamente circundada por cursos de água. A sudeste, entre o córrego da Água Branca e o das Pedras, numa faixa mais estreita do espigão, desenvolveu-se o povoado de Sarandy, posteriormente denominado Jurucê.

O limite do município de Jardinópolis é um exemplo dessa conformação marcada por espigões e rios. De Nordeste a Sudeste, a Serra de São João, com mais de 900 metros, separa Jardinópolis de Batatais e de Brodosqui, ao Sul e Sudoeste está o rio Pardo, maior afluente do Rio Grande, que faz limite com Ribeirão Preto e Sertãozinho, enquanto as divisas com Pontal e Sales Oliveira, a oeste e ao norte, são dadas pelo rio Pardo e pelo seu afluente, o ribeirão da Mata da Chuva, e pela serra de Santa Helena, de topografia mais suave que a serra de São João. (MAPA I)

Fazendo parte do Planalto Ocidental Paulista que é limitado pelos rios Grande, Paraná e Paranapanema e pelas cuestas de Botucatu, onde se concentra a maior porção de latossolo roxo do Estado, Jardinópolis era um local de exuberante floresta tropical latifoliada. Destruída essa floresta onde a jangada brava, o pau-d'alho, a cresciuma, o cambará de lixa, a aroeira, o cedro, o jequitibá e a peroba denunciavam a presença de solos férteis, os cafezais espraiaram-se.

Produzia-se uma outra natureza a partir de uma anterior que pouco havia sido alterada pelo homem. A natureza colo



MAPA TOPOGRÁFICO DE JARDINÓPOLIS

SANDRA LENCIONI

cava-se como prévia condição objetiva de trabalho. Aí os processos erosivos haviam aflorado o diabásio, o basalto, os melafiros calcíferos e basálticos que acabaram originando as manchas de terra roxa. Isto porque durante o período triássico houve um intenso vulcanismo que assolou o sul do nosso continente numa extensão de cerca de um milhão de km^2 implicando em intrusões de lavas básicas sobre o deserto de areia que se estendia nesta região. Novas camadas de lava compartimentaram a maior laje basáltica do mundo, cujos solos resultantes receberam o nome popular de terra-roxa. (4)

O latossolo roxo, solo muito fofo, espesso e profundo, de cor arroxada e de alta friabilidade ao longo de todo perfil e muito rico em matéria orgânica prestava-se excelentemente para o plantio do café.

Transformava-se, como nunca havia aí ocorrido, a terra-matéria em objeto e meio de trabalho. Com a expansão dos cafezais a natureza dispunha-se como o arcabouço de toda riqueza produzida pelo trabalho incorporado na terra.

Na natureza continuava gradativamente a perder sua unidade enquanto objeto e meio de trabalho na medida em que a produção cafeeira se afirmava como a alienação do trabalhador em relação à apropriação do valor criado e da terra. A cada dia afirmava-se mais e mais a propriedade privada da terra como mediação histórica na relação entre a sociedade e a natureza. A terra como condição de trabalho separada do trabalhador reiterava o crivo da

(4) Acerca do substrato natural consultamos cartas topográficas e geológicas em várias escalas, além de bibliografia específica da qual podemos citar o "Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo", Ministério da Agricultura, Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômicas, Comissão de Solos, 1960; o "Boletim do Departamento Estadual de Estatística," Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, nº 7 de 1944; a obra de José Setzer, "Os Solos do Estado de São Paulo", Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1949 e o trabalho de J.V. Chiarini e P.L. Donzeli, "Levantamento, por fotointerpretação, das classes de capacidade de uso das terras do Estado de São Paulo", Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária, Instituto Agronômico, Boletim Técnico nº 3.

propriedade privada.

Os antigos posseiros eram destocados da terra como maneira-de-lei; aquele que chegava não via gente mas sentia donos. Personificava-se o grileiro falsificando firmas, papéis, subornando as autoridades e remunerando os jagunços na luta contra os posseiros mais resistentes. A mercantilização da propriedade transformava-a em um negócio para o grileiro, em renda capitalizada para o proprietário e na impossibilidade de trabalho para o homem livre despossuído.

No contexto inflacionário do final do século XIX a propriedade da terra tornava-se cada vez mais importante como reserva de valor. A especulação com a terra era virtuosa, os benefícios obtidos nas transações eram investidos em terras virgens onde se plantavam milhares de cafezais, os quais eram também vendidos e, novamente, investia-se em terras virgens, plantava-se café...

Nas palavras de Martins (1979: 68) "além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir também, fazendas de café". Neste sentido o movimento de expansão da fronteira agrícola se fez acompanhar de uma alta nos preços da terra. Para se pagar o acesso à terra tornava-se necessário investir um montante de dinheiro equivalente a sua renda capitalizada, ou seja, relativo às rendas futuras que aquela terra poderia gerar, isto porque a propriedade da terra já se colocava como reserva de valor.

A terra não produziria riqueza sem trabalho. Na época da escravidão os homens livres inseridos nos interstícios das grandes fazendas cultivavam suas roças de subsistência nas piores terras, trabalhavam na construção de estradas e participavam da lavoura cafeeira, principalmente nas atividades distintas daquelas desempenhadas pelos escravos que se ocupavam diretamente do trato com o cafezal.

Os homens livres desempenhavam aqueles trabalhos que envolviam determinado risco de vida, como o da derrubada das

matas, trabalho poupado ao escravo para evitar acidentes que significavam comprometimento da renda capitalizada no preço de compra de sua pessoa pelo fazendeiro. Com o fim do trabalho cativo, numa sociedade de passado escravocrata, os homens livres continuavam a considerar a liberdade como a negação de se ter de trabalhar para viver. Os libertos identificavam o trabalho nas plantações de café com o trabalho servil e "não queriam saber de café, nem para beber" (A Província de São Paulo, 8 de Março de 1888) (5)

Neste contexto a imigração estrangeira surge como o projeto que tornaria possível a exploração do trabalho pelo capital. A propriedade privada da terra colocava-se como necessária para a captação dos valores criados pelo trabalho livre incorporado na cafeicultura. Aos imigrantes, a propriedade privada era lhes apresentada como projeto de vida, embora concretamente tenha ficado mais como uma miragem proveniente do suor nas enxadas do que como um sonho realizado.

As propriedades rurais de imigrantes em São Paulo nunca tiveram grande expressão econômica pois, mesmo quando aumentou o número de propriedades rurais pertencentes a estrangeiros, de 15% em 1905 para 29% em 1920, o seu crescimento em termos de valor econômico passou de 13% a 21,5% no mesmo período. (6) O valor econômico das propriedades evoluiu numa proporção bem menor do que seu número, reafirmando a tendência de pouca expressão econômica das propriedades rurais pertencentes a imigrantes.

Imigrantes não significa necessariamente colono, trabalhador de fazenda de café. Havia propriedades de estrangeiros, empreendimentos de grande alçada que operavam na comercialização e produção do café como, por exemplo, as fazendas, Guatapará, Dumont e Monte Alegre em Ribeirão Preto. No início deste século, considerando-se apenas as duas últimas fazendas, essas possuíam

(5) Cf. (BEIGUELMAN: 1977; 114)

(6) Estatística Agrícola e Zootécnica, 1930.
Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo.

mais de 10 milhões de pés de café e 6000 trabalhadores. A trajetória de colono a grande fazendeiro não era comum. Falando de Francisco Schmidt, que era proprietário da fazenda Monte Alegre e de Geremia Lunardelli, também grande cafeicultor, Holloway procura demonstrar que imigrantes bem sucedidos eram poucos. No caso de Lunardelli e Schmidt, ele relata que embora tivessem trabalhado na roça esses imigrantes não basearam sua fortuna em economias feitas quando trabalharam como colonos.

> "Schmidt conseguiu estabelecer laços financeiros e políticos com a elite fazendeira nativa, a tempo de expandir suas posses durante o boom cafeeiro do início da década de 1890. Os pais de Lunardelli emigraram do norte da Itália para São Paulo, em 1886, quando Geremia tinha um ano de idade. A família trabalhou como colono na fazenda Dumont, enquanto Geremia se criava, e ele comprou seu primeiro sítio com a idade de dezenove anos, em 1904, em sociedade com seu irmão e vários outros parentes. Mas Lunardelli construiu sua base financeira principal durante a segunda década deste século, como intermediário de café. (HOLLOWAY: 1984; 217)

Em Jardinópolis acompanhando a tendência geral da pouca expressão das propriedades rurais pertencentes a estrangeiros, o número de propriedades rurais de imigrantes, embora fosse aí relativamente mais expressivo que a média geral do Estado, não chegava a ter grande expressão econômica.

Vejamos, em 1905 apenas 1/3 dos estabelecimentos rurais eram de estrangeiros. Em 1913, tomando-se apenas as maiores fazendas, em número de 9, só duas propriedades eram de imigrantes, no caso, portugueses. Um deles, Antonio da Silva Vasconcelos, dono da fazenda Olhos D'Agua havia sido negociante durante vinte e seis anos no Rio de Janeiro; o outro, Manoel Bernardo do Reis era também comerciante de café, possuindo um armazém de depósitos na cidade cujo movimento anual excedia a Rs. 150:000$000. Comercializava, também, máquinas de descascar e classificar café. Devemos lembrar que, em 1913, o preço médio da saca de café, de 60 quilos no porto de Santos era de Rs. 30$000, o que torna bastante significativo o montante anteriormente apontado. Não são portanto, casos típicos de ex-colonos que se transformaram em proprietários fundiários; suas atividades mesclavam produção, comercialização e

industrialização.

O significado das propriedades de imigrantes em Jardinópoles pode ser ainda percebido se atentarmos para o fato de que embora o número de proprietários estrangeiros fosse até maior que o de brasileiros, em 1920 apenas 25,8% da área das propriedades rurais do município eram de estrangeiros. (7)

Não era comum colonos tornarem-se grandes proprietários. Entrevistando um antigo colono italiano, de conhecida família em Jardinópolis, que chegou em 1914, ainda menino, apontou que alçar à condição de proprietário era muito difícil embora ele tivesse conseguido comprar um pedaço de terra.

> "Non era comum. Todo precisava ter atividade de negócio, né. Eu gostava muito de negociá, o que dá dinheiro é negócio. Eu comprava uma vaca, vendi; comprava 10 cabeça de porco, vendia. Estou aposentado, como colono, meio salário. Eu trabalhei muito". (João)

O trabalho livre, sua inerente mobilidade, a possibilidade de acesso à propriedade privada da terra colocava ao cafeicultor a necessidade de um suprimento constante de imigrantes. O Estado vinha em seu auxílio. Desde o trabalho de parceria nas fazendas, promovido pelo Senador Vergueiro nos meados do século XIX, o Estado fazia-se presente subsidiando a imigração de diversas formas no intuito de diminuir o capital adiantado na aquisição de trabalhadores para a cafeicultura. A aquisição desse subsídio indireto à produção fazia com que os discursos sobre a necessidade de braços fossem generalizados em momentos, inclusive, de superprodução. A obtenção de colonos podia significar para o fazendeiro ganho de capital sempre que os gastos de viagem não fossem investimentos dele próprio mas, subvencionados pelo próprio poder público ou arcados pelo próprio imigrante.

O fazendeiro procurava se furtar ou adiar os gastos

(7) CAMARGO; op. cit.
Impressões do Brasil no Século Vinte, Lloyds Greater Britain Highcompany, s.d.

de viagem.

> "Vim para o Brasil no ano de milinovecento e treze. Saí de lá o cinco de dezembro de milinovecentos e treze. Cheguei na fazenda o 1º de janeiro de 14 ... na fazenda Dona Chiquinha, Francisca Silveira do Vale. O administrador de lá, o Lolato... faltava família na fazenda, é que mandou um empregado lá precurá família lá na Itália. Entou viemus em 7 família. Eu sou da Província de Vincenza, Distrito de Bassano, Comuna de Rosá; sou da divisa da Áustria. Fumu contratado, mi cunvidô pr'a vir aqui, a fazenda era aqui, tava a disposição nossa. Viemos com nosso dinheiro e aqui recebemos. Aqui dispois o fazendeiro deu dinheiro. Viemos meu pai, minha mãe e mais quatro irmãos, três irmãos e uma irmã".(João)

A Sociedade Promotora da Imigração, a Hospedaria de Imigrantes - em cujo pátio interno um ramal da estrada de ferro "Inglesa" despejava diretamente imigrantes desembarcados em Santos e a Companhia de Imigração eram elementos de uma nova paisagem que se criava na cidade de São Paulo. Abria-se concorrência pública para as companhias procederem à imigração a custa do Estado. Pela Lei nº 710 de 28 de agosto de 1900, foram feitos vários contratos totalizando a chegada de 30.000 imigrantes no prazo de um ano.

> "Dos proponentes que apresentaram à concorrência foram acceitos: José Antunes dos Santos, para introdução de 14.000 italianos, austriacos, hespanhoes e portuguezes; A.Fiorita & Comp., para 7000 italianos, Roso Lagôa, para 2000 hespanhoes e portugueses, e Gastaldi & Comp. para 7000 italianos, autriaços, hespanhoes e portugueses. Foram uniformizados os preços das passagens e os prazos para execução dos contratos..." (Relatório Anual do Secretário da Agricultura : 1900; 121)

Muitos dos imigrantes dirigiram-se para Jardinópolis. No transcurso de 1908 a 1914 é que se deu o maior crescimento da população do município que passou de 16.117 habitantes para 19.382, significando um incremento de 20,3%, o maior crescimento populacional de Jardinópolis até nossos dias. (8)

(8) Em 1980, a população de Jardinópolis era de 19.601 habitantes. Desde a segunda década deste século a dinâmica populacional do município conheceu índices de crescimento bem menores que os das primeiras décadas do século e, até mesmo, índices de crescimento negativo. Em 1950 a população do município não chegava a 15.000 pessoas. (Censos Demográficos - FIBGE)

As levas de imigrantes eram responsáveis por esse crescimento visto que até 1920 havia entrado 5.967 pessoas no município (9). Uma análise da imigração estrangeira revela que no fluxo migratório para o município predominavam italianos, portugueses e espanhóis. Em 1920, para uma população de 18.813 habitantes, 4.243 eram estrangeiros, dos quais 2008 italianos, 932 portugueses, 811 espanhóis, 228 japoneses, 6 alemães e 258 estrangeiros de nacionalidades diversas. (10)

O trabalho nas fazendas de café de todo Estado baseava-se no colono estrangeiro. O trabalho, de coercitivo e compulsório que havia sido na escravidão, passava a ser livre e incentivado; o sonho de tornar-se proprietário passava primeiro pela realidade de trabalhador.

Os antigos posseiros, agregados e camaradas, faziam-se presentes. Durante dias, na estação seca, o fogo queimando denunciava a derrubada da mata, feita em geral por esses trabalhadores. No início do século proprietários e trabalhadores tiravam pouco partido das riquezes florestais pois a inexistência de caminhos e de veículos de carga, dificultava o transporte das grossas toras que tombavam. (11)

Nas covas previamente alinhadas e separadas pelos carreadores por onde transitariam as carroças e carros de bois durante a época de colheita, os colonos plantavam o café diretamente com sementes que produziriam em cerca de 6 anos ou através de mudas prèviamente preparadas em vasos ou jacás que após 4 anos já dariam os frutos. Em ambos os casos as covas eram cobertas com madeira frequentemente extraída das paineieras para proteger as mudas do sol.

---

(9) CAMARGO, op. cit.

(10) CAMARGO, op. cit.

(11) Só a partir da década de vinte com a melhoria dos meios de transportes é que se desenvolve de fato, a indústria florestal, cujas serrarias com seus equipamentos pesados, eram montadas junto às estações de estradas de ferro.

Quando se tratava de formação do cafezal o colono empreitava o serviço. A fazenda

> " de formã cafẽ ẽ empreiteiro, a pessoa pega uma empreitada por quatro ano... derruba a mata, abre a cova, semeia o cafẽ e dispois intão vai tratando 4 anos, talvez 5, depende o contrato que feiz... pagava o cruzeiro por pẽ, mas sõ que plantava muito. Aproveitava a plantação porque colhia milho, arroz, feijon. Colhia muito mantenimento. Sõ que precisava ter um pouco dinheiro pr'a tocar o serviço, nẽ? Não era qualquer um que podia pegã empreitada. Plantava tudo, plantava na lavoura, dentro do cafẽ, fora tambẽm. Eles dava um pedaço de terra. Dava a cada 1000 pẽ de cafẽ... um alqueire de terra dado e mais adentro do cafẽ". (João)

Os contratos entre fazendeiros e colonos eram muitos variados, atẽ mesmo em uma sõ fazenda. Algumas vezes os colonos que haviam formado o cafezal tinham direito à primeira colheita recebendo posteriormente uma remuneração em dinheiro na entrega do cafezal formado.

> "Apenas seis anos de prazo e a linda mata virgem, em qualquer recanto longíquo, se transformarã em verdejante cafẽzais, que de mão beijada serão entregues ao donb da terra".
> (Correio Paulistano, 21 de Junho de 1902)(12)

Na cafeicultura com o colonato, a base do trabalho era a unidade familiar. Os contratos eram feitos considerando-se a quantidade de braços para a lavoura que o colono podia proporcionar com os membros de sua família. A família do colono constituía-se numa unidade de trabalho para a reprodução do capital, sendo tambẽm a base para a reprodução da força de trabalho. A unidade doméstica no colonato era importante para o trabalho produtivo sem deixar de o ser, tambẽm, determinação das condições de sobrevivência individual.

> "A gente priferia família grande porque tratava de mais pẽ de cafẽ e a colheita era mais rãpida, tocava

(12) Cf. (BEIGUELMAN: 1978; 94)

rápido pr'a panhá café. Solteiro, só diarista. (Argile)

No colonato a preferência era dada ao trabalhador casado com família constituída. Isso certamente devia-se ao fato de que boa parte dos meios de vida necessários à sobrevivência do trabalhador deveriam ser produzidos pelo trabalho familiar. Dava-se preferência aos imigrantes casados em detrimento dos solteiros; por exemplo, o contrato estabelecido entre o governo e a firma Ângelo Fiorita & Cia, uma das grandes companhias de imigração, estipulava em 1984 que os imigrantes deveriam ser casados, com menos de quarenta e cinco anos de idade, sem filhos e, no caso de serem casais com filhos ou viúvos e viúvas deveriam ter, pelo ao menos, um homem por família.

Isso era reconhecido mesmo pelo consul italiano no Brasil que em 1901 declarava que:

> "Só nas condições mais ideais pode um colono solteiro ganhar o suficiente para viver.
> Uma família com filhos que possam ajudar na colheita do café, nos cuidados da criação e da horta, por outro lado, está numa posição muito mais vantajosa, e pode mesmo fazer alguma economia. Se a família tem vários filhos em idade de trabalhar as coisas vão muito melhor". (MONACO : 1902; 31-35) (13)

O trato do cafezal exigia um trabalho árduo onde cerca de 4 capinas eram feitas durante o ano.

O trabalho volumoso, maior, era na época da colheita, período em que o poder de barganha tornava-se maior para os colonos, momento especial de ocorrência de algumas greves.

> "Um dia antes da colheita entregava sacaria, entregava tudo... dispois quando vai começá, de manhã cedo, entrega cada um seu número, porque é tudo por número, então cada um ponha na rua...
> Fiscal vai fiscalizando pr'a ver se num deixa café pr'a a traz no pé, dispois então quando panhou 8, 10 dias, volta pr'a traz, varre, cada um varre sua rua e fiscal acompanha. Fiscal, trabalha". (João)

(13) Cf. (HOLLOWAY: 1982; 214)

A remuneração do colono era feita de acordo com o número de pés de café e não apenas em relação à safra colhida. Nos anos de pequena produção o dispêndio em trabalho era o mesmo dos melhores anos; os gastos do fazendeiro é que poderiam permanecer fixos, qualquer que tivesse sido a safra.

> "Cada ano tem um contrato, o fazendeiro faiz um contrato, tudo ano. Quem gosta do contrato qui quê continuá vaí lá e fala eu vou continuá, quero mudá umá tabela de café, quero mudá isso, combina o contrato e quem non quê, eu vou dispensá. Alí tem que acabá o ano, tem que dá o café esparramado, tudo limpo , tudo pronto, alí vai embora. O ano aquele tempo era de outubro a outubro. A colheita caba em setembro , outubro faiz a esparramação."(João) (14)

Os cuidados na redução dos custos com o cultivo e a colheita eram incentivados buscando-se extrair o limite máximo do potencial de trabalho da unidade familiar. As culturas dos colonos, às vezes intercaladas no cafezal, apareciam a seus olhos como suplèmentares e o trabalho que produzia para o patrão era tido como essencial. Essas culturas e suas criações ao garantirem a sua sobrevivência estavam garantindo também sua condição de produtor de trabalho excedente.

Segundo José de Souza Martins, o

> "chefe da família... se constituía em agente da exploração que a fazenda exercia sobre ele e os seus... O trabalho necessário aparecia como trabalho sobrante e o trabalho sobrante, o trabalho para o fazendeiro, é que se revestia da aparência de trabalho necessário. O essencial como secundário e vice-versa".
> (MARTINS: 1979; 88)

O arroz, o milho, o feijão, eram culturas possíveis por entre os cafezais. Outras vezes eram-lhes destinadas porções de terras que se distanciavam do cafezal fazendo com que os cuidados com essas culturas merecessem uma segunda jornada de trabalho já que não poderia ser feita ao mesmo tempo em que se cui

(14) Deixar o pé de café esparramado significa que após a colheita, os ciscos deixados devem ser esparramados em volta do pé do café.

dava do cafezal.

O colono contratado para o trabalho na fazenda recebia uma porção de terra proporcional à qualidade de "enxadas" existentes em sua família. Desta forma mantinha-se uma proporcionalidade entre a quantidade de pés de café cultivados pela família e a quantidade de terra recebida para a produção de alimentos. Essa proporcionalidade permitia combinar a dureza do trabalho com a idéia de fartura proporcionada pelo trabalho doméstico dedicado à subsistência.

Nesse contexto o acesso à terra para a produção de alimentos, cujo excedente poderia ser comercializado pelo colono, a propriedade dos meios de trabalho, o pagamento em dinheiro em função da quantidade de café colhido e, não em relação ao tempo dispendido no trabalho e, a prestação de serviços que não era remunerada, garantiam a reprodução ampliada do capital, muito embora as relações de produção não fossem capitalistas.

A utilização de terras para a produção de alimentos não significava que o proprietário estivesse abrindo mão de alguma renda territorial que se pudesse auferir. Esta aparecia manifesta no pouco dispêndio de capital-dinheiro do fazendeiro. Os ganhos dos colonos puderam ser mantidos baixos porque sua reprodução, enquanto trabalhador, dependia muito pouco do mercado; a produção doméstica realizada pelo conjunto da família cumpria um papel fundamental na exploração do trabalho do colono.

> "Os costeio da fazenda num era um costeio pesado, porque cê vê, o saco de café tava 800 merêis, o contrato pagava 100 merêis. O colono pr'a viver tirava da terra. Fazendeiro não tinha grande despesa... pagava 15 merêis por meis cada família. Era tudo fácil". (João)

A classe dominante não poupava responsabilidade aos colonos pelas crises de preço periódicas do café. Os colonos eram apontados não só como causadores da superprodução de café, na medida em que o interesse em se fixarem nas fazendas passava pelo interesse de poderem cultivar suas roças intercaladamente entre

os cafezais jovens concorrendo assim para a expansão dos cafezais mas, também porque devido à sua mobilidade, dada a sua condição de trabalhador livre, se justificava a continuidade da socialização dos custos de reprodução da força de trabalho através dos subsídios à imigração.

Desde o contrato, fazendeiros e colonos negociavam não só a remuneração monetária relativa à quantidade de pés de café a serem tratados, como também a parcela de terras disponíveis que teriam para o plantio de suas roças. Tanto que ambos sabiam que "se diminuíssem a cessão de terras teriam que aumentar os salários e vice-versa". (SALLUM JUNIOR: 1981; 178)

No campo, os instrumentos de trabalho eram em sua grande maioria simples - enxadas, enxadões, peneiras e rastelos... - pertencentes, em geral, aos colonos. Para o fazendeiro significava uma economia de capital-dinheiro, na medida em que podia transferir para os colonos uma parcela dos gastos com capital constante. Reduzia-se também os gastos de capital na conservação dos instrumentos transferindo a propriedade desses para os trabalhadores. Por outro lado, o trabalho dispendido na manutenção desses instrumentos não se transformava em atividade remunerada.

O trabalho livre havia permitido que a moradia do trabalhador se distanciasse da casa do proprietário. Os cafezais que ondulavam dada a topografia de patamares da cuesta do Planalto Ocidental Paulista, galgavam os espigões ao lado dos pequenos roçados de arroz, feijão, milho, cana ...junto às colonias.

Aquela proximidade entre escravos e proprietários que havia marcado a cafeicultura, sobretudo no Vale do Paraíba , contando com a figura do fazendeiro na direção dos trabalhos: colheita, transporte dos grãos, secagem e beneficiamento, fazendo com que a paisagem do campo fosse marcada pela proximidade especial da casa-grande com a senzala, ambas ao redor do terreiro de secagem do café, tornava-se superada. Tal paisagem havia se desvanecido no tempo. Proprietários e trabalhadores iniciavam uma ri

gorosa segregação dentro do próprio mundo rural. Era um mundo novo que se afirmava na paisagem do café baseado no trabalho livre.

No mar verde escuro dos cafezais as colônias fragmentavam-se dentro das propriedades rurais, por entre caminhos empoeirados ou enlameados atravessados pelos chiados característicos das carroças. A casa do fazendeiro isolava-se num jardim e num pomar; as estrebarias os estábulos, os abrigos para as carroças, os terreiros para a secagem do café, as tulhas , os paiós , as máquinas de beneficiamento, as pequenas engenhosas e moinhos de fubá formavam um mundo onde o soar de um sino regulava o trabalho e o descanso dos colonos. O vozerio no final da jornada de trabalho era sufocado pelo apito do trem.

Um antigo fazendeiro assim se expressou:

> "A maior parte das fazendas era com sino, pr'a levantá pr'a ir pr'o serviço. Batia 6 horas, era obrigado a tá no serviço. Ou, toque de buzina... Colono saía, ía fazê aquela fileira, ía pr'a roça e lá, tudo horário de almoço, café, era por toque de buzina, toque de buzina também pr'a sair". (Argile)

Referindo-se à unidade casa-grande e senzala,Monbeig diz que o:

> "visitante alcançava com um olhar todos os elementos da velha fazenda mas, para visitar a sede de uma fazenda nova, deveria circular nas ruas empoeirando-se ou enlameando-se como numa verdadeira cidade. Uma rigoroso segregação social marcava portanto a explosão da antiga unidade fundada sobre o trabalho escravo. Os laços que reuniam todas as partes da fazenda também estavam dissociados". (MONBEIG: 1952; 161)

A unidade fazenda e colônia trazia uma nova racionalidade na produção. Alguns fazendeiros eram também comerciantes e industriais. Sua residência, espaçosa e confortável, sem a magnitude das antigas casas-grande, tornava-se, pouco a pouco, uma dentre as residências destes fazendeiros. "Homem de negócios o fazendeiro do século XX, deveria habitar tanto a cidade como o campo". (MONBEIG: 1952; 160) Os absenteísmos temporários dos pro

prietários tornavam cada vez mais obrigatório uma nova personagem, a do administrador de fazendas.

Em 1913, alguns grandes fazendeiros de Jardinópolis ainda residiam nas suas fazendas; outros, já tinham também casas na cidade. É o caso, por exemplo, do Dr. José Eugênio de Amaral Souza, um dos maiores fazendeiros de café do Estado de São Paulo, que residia na Capital e de Joaquim Ferreira da Rosa que morava em Batatais.

Torna-se importante apontarmos que o apogeu da cafeicultura em Jardinópolis situou-se nas duas primeiras décadasdo século, quando a sede do município pertencia à Comarca de Batatais. Essa dependência jurídica e o atrelamento à Ribeirão Preto, cidade que, na região, aglomerava um número maior e mais diversificado de atividades urbanas, são elementos que podem explicar a falta de suntuosidade nas antigas construções urbanas de Jardinópolis. Esses vínculos levavam o fazendeiro a buscar soluções jurídicas e financeiras para seus negócios fora do município, o que concorreria para a manutenção da sua moradia na sede da fazenda ou para a transferência da sua residência para estas cidades de maior porte. (15)

Alguns fazendeiros de café, experimentados homens de negócios, exerciam atividades diversas, como Joaquim Prudente Corrêa, proprietário da fazenda da Serra, que era também um dos sócios da firma F. Pereira & Cia em Sarandy e da firma Corrêa Irmãos & Cia, essa última de comissários de café em Santos. João Nepomuceno de Freitas, um dos sócios da Colônia Parnahyba havia sido empregado em diversas casas comissárias de Santos, o outro , Manoel Bernardo dos Reis, além de possuir outras fazendas em Jardinópolis tinha, como já apontamos, um grande armazém de estoca

(15) Só em 1947 é que Jardinópolis foi servida por uma agência bancária, o Banco Artur Scatena. Até então a praça financeira era sobretudo Ribeirão Preto. Na cidade funcionava o serviço de Correspondente Bancário onde um correspondente de determinado Banco emitia cheques para os clientes da cidade. O jornal "Diário de Notícias de Ribeirão Preto", publicava frequentemente anúncios dos correspondentes bancários em Jardinópolis oferecendo seus serviços.

gem de cafe na cidade, além de comercializar máquinas de descascar e classificar café.

O número de pés de café e de equipamentos expressavam a riqueza da fazenda. A proporção maior ou menor de casas na colônia em relação à dimensão do cafezal podem sugerir as condições melhores ou piores de moradia dos trabalhadores nestas fazendas.

TABELA II
JARDINÓPOLIS, 1913
RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE PÉS DE CAFÉ DE ALGUMAS FAZENDAS COM O NÚMERO DE CASAS DA COLÔNIA

Nome da Fazenda	Nº de Pés de Café	Nº de Casas da Colônia
Colonia São Sebastião	60.000	8
São Felipe	170.000	25
Santa Maria	140.000	30
Parnahyba	175.000	32
Bela Vista	90.000	50
Fazenda da Serra	250.000	50
Olhos D'Agua	210.000	62
Porangaba	280.000	100
Sarandy	665.000	120

Fonte: Impressões do Brasil no Século Vinte; op. cit.

Em geral, os trabalhadores nas fazendas de café podiam escolher entre pagar ou não pela sua moradia, isto dependia do contrato feito com o fazendeiro. Algumas vezes a moradia não era paga durante um certo período de tempo, quando da chegada do imigrante. Enfrentavam frequentemente a necessidade de terminar a casa. Muitas vezes tinham que:

> "Aterrar, aplainar e calçar o assoalho... subdividir a habitação em dois, às vezes em quatro aposentos, mediante paredes internas, cobrir um ou mais compartimentos com ripas de palmeira e terra, etc" (DAVATZ: 1980; 72)

Os personagens dessas fazendas não eram apenas o proprietário, o administrador e os colonos.

> "Num era só colonos que morava na fazenda. Os camaradas que era por meis ficava na fazenda, o campeiro, o carroceiro...ela tem tudo, ela tem o retireiro, tem o ronda da noite, o maquinista, mora tudo aí perto...
> Lá em Cresciuma/referindo-se à fazenda Cresciuma de propriedade de Cândido Pereira Lima/era mil e tantas pessoas... família podia calcular 150, 120 entre as duas seção. Seção era... Uma parte chamava Colônia Baja, outra parte chamava Colônia Arta...Na Colônia Arta... tinha 65 casas, tinha 65 famílias. Ora, tinha família de 15 pessoa , 12 pessoa".
> (João)

Considerando que as condições técnicas de produção do café eram praticamente as mesmas, estas diferentes proporções entre o número de pés de café e o número de casas da colônia indicam que não só nem sempre as condições de moradia nas fazendas eram iguais, como também parece reforçar a idéia de que nem sempre uma casa era habitada por uma única família. Outras vezes, um fazendeiro, proprietário de fazendas próximas, alocava a maioria dos colonos em uma delas e procedia ao deslocamento dos trabalhadores quando necessário.

Dizemos que as condições técnicas de produção do café podem ser consideradas semelhantes porque na expansão dos cafezais importava mais a obtenção de rendas diferenciais de localização e fertilidade que acabavam impondo limites aos investimentos técnicos nas plantações de café fazendo com que a incorporação de novas terras de solos virgens, significassem, pelo menos a princípio, maior produtividade do cafeeiro acabando, assim, por regularizar o movimento da fronteira de expansão e, consequentemente, os investimentos. Por isso, é que ainda na década de 30 os cafezais que se derramavam sobre as barrancas do rio Paraná contavam praticamente com as mesmas técnicas de cultivo. Quase nada havia se alterado nas técnicas de plantio e no trato do cafezal mas, sim, nos seus processos técnicos de beneficiamento.

Em 1901, havia 3.373.000 pés de café em Jardinópo

lis, sendo que 84,2% estavam em produção. Quando em boas condições o cafeeiro no seu terceiro ano de vida apresenta uma flora da relativamente abundante para dar no ano seguinte uma produção média de 10 a 30 arrobas por mil pés e nos anos subsequentes entrar em pleno rendimento. A produção de café apresentada em 1901 indica que os cafezais já existiam, pelo menos, desde a época de emancipação do município, ou seja, desde 1898. (16)

A época das primeiras plantações de café em Jardinópolis é bastante imprecisa e os relatos divergem. No seu "Roteiro do Café e outros Ensaios", Sérgio Milliet não arrolou os municípios de São Simão e Batatais - que se desmembrariam em Ribeirão Preto no primeiro caso e em Jardinópolis no segundo - como produtores de café em 1886. Segundo Pierre Monbeig, já Martinho Prado Junior, grande cafeicultor, ao viajar em 1887 pelos arredores de Ribeirão Preto apontou a existência de pequenas fazendas de café na região. (17)

A produtividade dos cafeeiros encontrava aí condições exepcionais. Os predicados naturais, tais como a topografia, condições pedalógicas e climáticas aliados ao processo de colheita, à presença de pragas e ervas daninhas e, principalmente, à idade do cafezal influíam diretamente na produtividade do cafezal. Por exemplo, em Baurú e Lins onde as condições pedológicas não eram tão excepcionais como as da região de Ribeirão Preto, os cafezais não suportaram mais que 25 anos de produção. Não eram só as condições naturais que influíam no montante e na qualidade das colheitas. Também a qualidade técnica do trabalho deve ser considerada, por exemplo, o processo: de colheita por derriçamento embora mais rápido, comprometia a qualidade do fruto na medida em que os colhia em diferentes estágios de maturação acabando por comprometer também a colheita seguinte pois ao se puxar os ramos por entre os dedos, a fim de desprenderem-se as cerejas de café quebram-se, muitas vezes, folhas e brotos prejudicando o desenvolvimento ulterior da planta. O comprometimento da qualidade dos

(16) Anuários Estatístico do Estado de São Paulo, 1901..

(17) Cf. (MONBEIG: 1952; 89, 90)

grãos implicava no seu preço.

> "Antigamente eles panhava e dispois que vinha fazê a levanta do café... Estendia um pano no chão, apanhava tudo no pano e dispois levava pr'o terreiro pr'a secar. O café de pano demora 30, 40 dias pr'a secar... Precisava tratá muito bem do café e secá ele muito bem pr'a pô nas tulhas e tal e, tinha valor o café bom. A derriça... é um sistema diferente. Derriça é panhá o café diretamente no chão, depois daí uns dias levantá o café, passá por um lavadouro ... tirá o torrão; vai pr'o terreiro secá. Esse é um valor, o de pano é um valor superior, é um café que num vai nada lavado, tudo o melado do café fica tudo no grão do café". (Argile)

Poderia haver portanto, num mesmo lugar devido às modificações das condições naturais e até mesmo devido à técnica empregada, uma flutuação na produtividade do café.

A busca incessante de rendas diferenciais e a especulação com a terra davam mobilidade aos cafezais, nos primeiros anos deste século, em geral, eram altos os rendimentos de grande parte dos cafezais em São Paulo, salvo os do vale do Paraíba comprometidos com os processos de ravinamento, com a idade dos cafeeiros e com a descapitalização dos fazendeiros.

Em 1905, tomando-se como base o número de cafeeiros existentes, a produtividade do cafezal de Jardinópolis era de 55 arrobas por mil pés, muito superior à de vários municípios daquele Vale. Em Jataí era de 2 arrobas, Bananal 16, Pindamonhangaba18 e São José dos Campos 30. A produtividade dos cafeeiros de Jardinópolis assemelhava-se à das cidade de Itu, com uma produção de 55 arrobas por mil pés, Campinas 43 e Mococa 73. Era, no reverso da cuesta de Botucatu, com grandes extensões de terra-roxa, que a produtividade do cafezal era mais elevada: 70 arrobas por mil pés em Ribeirão Preto, 98 em Santa Rita e São José do Rio Preto. Em Lençóis a produtividade era de 95 arrobas por mil pés, em São Manoel 85 e, em Piraju 99. Segundo Pierre Monbeig, "podemos pensar que a média elevada de rendimento desta zona/referindo-se a Lençóis, São Manoel e Piraju/seja devida à extrema juventude dos cafezais pois não há diferenças verdadeiramente sensíveis entre a

qualidade de sua terra roxa com aquela de Ribeirão Preto". (MONBEIG: 1952; 154)

Até os anos 20 a produtividade dos cafezais de Jardinópolis foi maior que a produtividade média do Estado, chegando a ser no ano agrícola de 1909/10 de 128 arrobas por mil pés, cifra jamais alcançada uma segunda vez. Neste município, de 1909 até 1918 a média de arrobas por mil pés foi bastante profícua, da ordem de 91 arrobas, caindo, porém, vertiginosamente no ano seguinte dada a forte geada que assolou todo o Estado de São Paulo.

TABELA III
JARDINÓPOLIS E ESTADO DE SÃO PAULO, 1909-1920
PRODUÇÃO CAFEEIRA

ANO	Arrobas Produzidas		Produção Média por Mil Pés (arrobas)	
	Jardinópolis	Estado de São Paulo	Jardinópolis	Estado de São Paulo
1909/10	788.200	48.496.204	128	70
1910/11	492.500	33.833.504	80	49
1911/12	506.550	42.320.691	82	60
1912/13	696.277	37.883.334	113	53
1913/14	593.120	44.289.470	96	61
1914/15	557.700	36.828.000	91	50
1915/16	563.400	46.844.000	75	64
1916/17	443.800	39.752.000	59	*
1917/18	743.000	48.840.000	99	*
1918/19	418.000	29.012.000	56	*
1919/20	228.220	22.279.280	367	27

(*) Sem informações.

Fonte: 1909/10 a 1915/16 - O Café, Estatística de Produção e Exportação, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Serviço de Publicação, São Paulo, 1914 e 1917.
1916/17 a 1918/19 - Pizza, Marcelino - Os municípios do Estado de São Paulo. Informações Interessantes, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 1933.
1909/20 - Anuário Estatístico do Café, Secção de Estatística, Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1941/42.
1919/20 - Anuário Estatístico do Café, Departamento Nacional do Café. Secretaria do Estado de São Paulo, São Paulo, 1939/40.

Em São Paulo o regime de chuvas fazia coincidir a época chuvosa com o período de maturação dos frutos do café e, a de seca com a colheita e o tratamento do café nos terreiros. Porém, quando ocorria excesso de umidade na época da maturação ou uma deficiência hídrica anual maior que 150 mm, frequentemente a produção era prejudicada.

No ano de 1918 uma forte geada dizimou 400 milhões de pés de café no Estado e com isso a produção de Jardinópolis diminuiu pela metade. A tal agrura juntou-se ainda a expansão da broca de café que se estendeu de Jundiaí à Jaboticabal numa faixa de 40 quilômetros, atacando os cafezais. Ao cafezal fustigado pela geada acresceu-se o poder destrutivo das larvas, concorrendo para que em 1919 a produtividade do cafezal de Jardinópolis fosse apenas de 25 arrobas por mil pés.

> "Em 1918 tivemos o que fala hoje que é crise má num é non, crise é aquela, tivemos gafanhoto que limpou tudo, tivemos a gripe espanhola. Deu a geada no 18 também.
> Então, soltou uma porçon de broto, agora precisa sabê fazê o serviço, non é?
> Então eu peguei empreita ali... precisava adsvrotá e deixá o broto em lugar que não lasque e nem lugar que torne a brotá, então vira massaroca, deve ser lascado pr'a num criá caso. Aquela que se chama crise, má non é agora... lá em Cresciuma era mil a tantas pessoas... Aquele tempo o fazendeiro pagava 200 meréis por mil pés. Agora deu geada, o gafanhoto , deu tudo, então o fazendeiro abaixou o preço, pagava 100 meréis pr'o mil pés... quer dizer que o lavrador, o colono... ganhou na plantação, plantava feijão picado, plantava arroz picado, plantava milho, tudo na rua, non é? Tiremos da lavoura... A gente escolhia o café, si tinha um preto, se tinha uma coisa otra, e sabe que preço vendi? A 5,6 meréis a arroba... A geada secou tudo, o café então cortou alí embaixo, dessa artura, dispois dali ele pegou a brotá, então precisa deixá pr'a formar o pé, pr'á crescer o pé... Perdeu só um ano, o otro ano já deu... Em 20 já pegou a produção. Já em 23 , 24 / referindo-se à crise de 29 / quando veio a crise, deu café que dava medo, dava 120, 130 sacos por mil pés, deu muito café". (João)

Ribeirão Preto com uma produção em 1920 de 741.080 arrobas, São Carlos com 693.193 e São Simão, Franca e Araraquara

entre 400 e 450 mil arrobas eram os maiores produtores da zona Mogiana. Jardinópolis possuía, em 1920, uma produção de 228.287 arrobas, situando-se em décimo segundo lugar em relação aos municípios compreendidos nesta zona (18). Embora ainda bastante expressiva, a produção de Ribeirão Preto representava cerca de 1/3 da produção da zona Mogiana e a de Jardinópolis pouco mais da metade daquela do primeiro quinquênio dos anos dez.

Comparando os dados dos anos agrícolas compreendidos entre 1913/18 e 1926/31 dos municípios paulistas, Monbeig procura mostrar que embora a produtividade do cafezal do Vale do Paraíba fosse pequena, havia relativamente aumentado devido ao abate dos cafeeiros mais antigos. Expandiam-se os cafezais em direção ao Paraná na procura de terras virgens e de ocorrência de latossolo roxo sobre os espigões, ao mesmo tempo que se erradicavam cafezais nas áreas de ocupação mais antiga do Estado.

Todavia em muitos lugares a paisagem de velhos cafezais persistia. Aqueles pés de café que haviam dado um novo significado à freguesia de Ilha Grande, quarenta anos após lá estavam. Em 1937, no município de Jardinópolis, 99,2% dos cafeeirosem produção tinham mais de 40 anos, num montante de 5.823.377 pés de café.

Igualmente em Ribeirão Preto a quase totalidade dos pés de café em 1942, ou sejam, 17.401.769 cafeeiros, tinha mais de 40 anos significando 99,8% dos cafeeiros do município. Esses dois municípios, Ribeirão Preto e Jardinópolis eram responsáveis por 64,9% dos cafeeiros com mais de 40 anos do Estado, os quais representavam 17,8% do total de cafeeiros paulistas (19).

---

(18) A zona Mogiana, segundo regionalização de Sérgio Milliet, compreende os municípios de: Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodosqui, Caconde, Cajuru Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Moji-Mirim, Moji-Guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim, São Simão, Santo Antonio da Alegria, Santa Rosa, Serra Azul , Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande.

(19) Cf. (MILLIET: 1982; 82)

TABELA IV
JARDINÓPOLIS, 1905-1940
PRODUÇÃO CAFEEIRA

Ano	Nº de Cafeeiros	Arrobas Produzidas	Produção Média por Mil Pés, (arrobas)
1905	5.429.700	303.030	-
1909/10	6.155.900	788.200	128
1915/16	7.462.000	563.400	75
1919/20	6.249.212	228.220	37
1926	8.540.000*	295.000	35
1930/31	7.799.000*	396.800	37
1934/35	6.052.500*	274.237	45
1937/38	6.652.800*	-	-
1940	5.751.833	172.555	28

(*) Refere-se a cafeeiros em produção
(-) Sem informação

Fonte: 1905 - CAMARGO, op. cit.
1909/10 e 1915/16 - O Café - Estatística de Produção e Exportação.
1919/20 - Anuário Estatístico do Café.
1926 - Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.
1930/31, 34 e 37/38 - Estatística Agrícola e Zootécnica, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Volumes de 1930 a 1938, São Paulo
1940 - Censo Agropecuário, FIBGE

Para o proprietário da terra, tanto a longevidade dos cafezais como a apropriação do trabalho do colono materializado na formação do cafezal significavam ganhos. Segundo José de Souza Martins,

> "a principal forma de capital absorvida na formação da fazenda de café era o trabalho - trabalho que se convertia diretamente em capital constante, no cafezal... A fazenda produzia, a partir de relações não capitalistas de produção, grande parcela de seu próprio capital" (MARTINS : 1979; 74)

No entender de Gorender o cafezal formado significava uma cristalização de renda da terra, não se constituindo em capital.

"O dono da fazenda entregava a uma família camponesa de empreiteiros uma área de terra e só dava a eles, como adiantamento, nada mais nada menos do que as sementes ou as mudas de café... O empreiteiro com sua família e, raramente, com a ajuda de alguns jornaleiros, desbravava a terra, destocava, limpava, plantava as sementes ou as mudas e durante quatro a seis anos plantava gêneros de subsistência, feijão, milho, arroz, etc., que pertenciam literalmente a ele... Notem bem o que é isso? O fazendeiro não adiantou nenhum capital, e durante quatro a seis anos se absteve de receber renda da terra, não recebeu nenhuma quantia correspondente à renda da terra. Mas acabados os quatro a seis anos, recebeu o quê? Um terreno com um cafezal formado; esse cafezal é uma cristalização de renda da terra; aquela renda da terra, que não foi recebida durante quatro e seis anos está alí, no cafezal... há um autor que diz: muito bem esse cafezal formado à maneira não-capitalista se converte em capital. Não, digo eu, na minha opinião modesta. Porque o cafezal naquela época não seria explorado por operários assalariados, porém, por colonos de café e esses colonos de café não eram operários assalariados, não eram proletários, mas se inseriam em uma forma camponesa dependente. Por isso, a renda da terra, que vai sair dali ainda não é uma renda de tipo capitalista, embora possa conter algum elemento diferencial que a aproxime da renda capitalista" (GORENDER: s.d.; 51, 52)

Sob um ponto de vista ou de outro, a formação do cafezal significava riqueza acumulada. Além de beneficiar-se com a apropriação do trabalho do colono na formação do cafezal, o fazendeiro também se beneficiava com a longa vida dos cafezais.

A natureza colocada no seu sentido histórico e o trabalho incorporado ao cafezal conformavam uma unidade que reaparecia a cada floração do cafeeiro como um valor novo que se realizava sob a forma de renda. De um lado a natureza histórica colocava a fertilidade da terra como relativa. Embora a aparência possa contradizer,

"...a fertilidade não é uma qualidade tão natural como se poderia acreditar: ela se vincula intimamente às relações sociais atuais. Uma terra pode ser fértil para o cultivo do trigo e, no entanto, o preço do mercado poderá determinar que o cultivador a transforme em pastagem artificial" (MARX: 1982; 150)

A simples continuidade da floração do cafeeiro não

possibilita a apropriação de excedente. Esse só existe enquanto resultado de uma relação social e não da ação simples da natureza. A persistência de velhos cafeeiros pode ser então entendida a partir da consideração de que o dado natural também é social. A longevidade dos cafezais em Jardinópolis e sua persistência, mesmo frente à política de erradicação e à concorrência do plantio em outras regiões pode ser explicada através de uma rentabilidade alta desses cafezais. A erradicação dos cafezais mais antigos, o plantio de novos e a questão da produtividade estavam diretamente relacionados com a obtenção de rendas diferenciais.

Mas, devemos compreender que a fertilidade da terra e a longevidade dos cafeeiros não se constituem num mero dado natural geradores de qualquer tipo de renda. Esta

> "resulta das relações sociais nas quais se realiza a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos durável da terra. A renda não provém do solo, mas da sociedade". (MARX: 1982; 152)

Enquanto recurso, a natureza conforma-se nas relações sociais de produção. O cafeeiro enquanto meio de trabalhofuncionava como uma espécie de capital fixo, não porque fosse uma planta perene que frutificava inúmeras vezes a partir de uma só semeadura mas, porque parte de seu valor incorporado na sua produção perdurava na sua forma material e se transferia sucessivamente aos seus frutos. Daí que, como elemento historizado da natureza, o cafeeiro constituía-se em elemento que funcionava como capital produtivo, em aparente contraposição com outros recursos naturais, como por exemplo, a aroeira e o pau d'alho, elementos constituintes da originária mata tropical latifoliada, frutos de um processo exclusivamente da natureza. No cafezal, ao contrário, a grande massa de trabalhadores não era usada só para a colheita mas, também, para a produção, pois o produto agrícola não é o resultado de uma ação exclusiva da natureza.

Para a realização da produção havia se tornado imperativo o desenvolvimento da circulação. Uma extensa rede de caminhos por todo o interior paulista estruturou-se num movimento

duplo, de um lado a cata dos cafezais que se espraiavam e, de outro, impulsionando também a extensividade da produção cafeeira. Foi a implantação de uma rede de estradas de ferro que tornou possível a expansão dos cafezais ligando os diversos locais de produção ao porto exportador de Santos. Segundo Marx, a mediação dos meios de circulação anula o espaço pelo tempo; no caso particular, eram as estradas de ferro acompanhadas pela revolução nas comunicações, graças ao telégrafo, que haviam viabilizado a produção extensiva dos cafezais até atingir terras distantes.

> Nas palavras de Araujo Filho: "Si as áreas mineiro- fluminenses procuravam com dificuldade ligar os seus municípios produtores ao porto do Rio de Janeiro, numa multiplicação de pequenas companhias ferroviárias que depois se fundiram, formando o arcabouço da hoje Central do Brasil e da Leopoldina, numa ramificação a mais irregular possível, por isso que ela se formou numa área de há muito ocupada; as áreas paulistas do café resolveriam mais facilmente o problema porque a era ferroviária as alcança ainda em pleno desenvolvimento, quando não no início. Ora, as ferrovias mineiro-fluminenses, pouco anos depois de inauguradas, sofriam as consequências da decadência da maior parte das lavouras por elas servidas, de maneira que, embora construídas pelos barões de café, elas não representaram para os cafezais de suas respectivas zonas, o papel que as ferrovias paulistas representariam para as suas: as grandes colheitas de café mineiro-fluminenses serviam-se mais das tropas de burros que do trem de ferro". (ARAUJO FILHO: 1956; 84)

Cabe lembrar que a gênese histórica da criação de excedentes acabou por desencadear uma produção crescente de valores de troca que transformaram a circulação num pressuposto da produção, não mais num resultado desta. No caso, as ferrovias, igualmente como os portos, navios..., enquanto meios de circulação, colocavam a circulação material como um fator da produção na medida em que a circulação social significa a totalidade do ato de troca. Marx, nos Grundisse havia apontado que "a troca aparece em todos seus movimentos diretamente, incluída na produção ou por ela determinada" (MARX: 1978; 20). As estradas de ferro passaram a diferenciar os valores adicionados às mercadorias, não no âmbito do processo imediato de produção mas, no processo geral de produção no momento em que tornaram possível a transformação de uma mercadoria potencial, o café produzido cada vez mais dis

tante do porto exportador, em mercadoria real para o mercado de consumo mundial. A mercadoria café no porto de Santos tendia a se apresentar para o mercado mundial com um preço homogêneo indiferente à distância do local de produção.

Ainda no trânsito do trabalho escravo para o trabalho livre é que surgiram as primeiras estradas de ferro no Brasil. Em 1854, construído pelo Império, havia sido inaugurado o primeiro trecho ferroviário com uma extensão de 14 km ligando Mauá à Fragoso, no Estado do Rio de Janeiro e só a partir de 1891 é que a atividade ferroviária se viu emancipada do Estado, tornando-se livre a qualquer capitalista a construção de estradas de ferro.

A forma extensiva de produção dos cafezais não pode ser dissociada dos meios de circulação requeridos para o escoamento dessa produção até o mercado consumidor. Isso, reconhecia o Presidente do Estado:

> "A nova safra que vai ser colhida não poderá chegar ao mercado de exportação sinão no segundo semestre do ano e com limite imposto pela capacidade dos meios de transporte e pelas conveniências comerciaes" (20).

As estradas de ferro impunham-se como necessidade de transporte e como fator de valorização das terras por onde passavam. As companhias ferroviárias gozaram até 1880 de uma garantia de juros sobre o capital investido. As terras que ladeavam os trilhos até uma distância de 30 km ficavam pertecendo à ferrovia e eram fontes de negócios. Dado o volume de transporte, as companhias prescindiram dos juros mas nunca abriram mão do "privilégio de zona" que consistia no direito de negociar as terras laterais, fonte de grandes lucros. Esse privilégio de zona fez com que a rede ferroviária que se desenvolvia tivesse sua racionalidade quase deslocada dos serviços de transporte para a especulação com as terras.

---

(20) Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de São Paulo em 7 de Abril de 1894, pelo Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Campos, p. 37.

Salvo a São Paulo Railway, chamada popularmente de "Inglesa" que foi construída com capitais estrangeiros e a Noroeste do Brasil, pelo Estado, todas as outras estradas de ferro foram obras de companhias cujos acionistas eram em grande parte fazendeiros de café associados a comissários de café e a banqueiros. É o caso, por exemplo, da companhias Paulista de Estradas de Ferro, da Cia. Ituana de Estradas de Ferro e da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

As companhias de estradas de ferro estavam vinculadas a importantes nomes como ao dos Barões de Itapetininga, de Limeira, Piracicaba, a Martinho Prado, Antonio Pompeu de Camargo, Floriano de Camargo Penteado e aos irmãos Souza Aranha. A Companhia Ituana de Estradas de Ferro relacionava-se com José Elias Pacheco Jordão e com Antonio Queiroz Telles, esse, Conde de Parnaíba, promotor da imigração e presidente da Província que, ao lado do Barão de Jaquara, foi um dos fundadores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

A "Inglesa" ligando Santos a Jundiaí, num percurso de somente 140 km venceu as escarpas do planalto através de planos inclinados e manteve o monopólio dos transportes ferroviários entre o litoral e o planalto até 1930. Esse monopólio era razão do desinteresse dos ingleses pela construção de outras estradas, pois o privilégio de noventa anos sobre a ligação entre o litoral e o planalto

> "assegurou-lhe o monopólio no funil São Paulo-Santos, de modo que qualquer estrada que se construísse no interior acabaria sua tributária - e isso lhe bastava..." (MATOS: 1973; 69) (21)

O Noroeste do Brasil construída entre 1905 e 1910

(21) A "Inglesa" além desse monopólio por quase um século, privilégio de zona e juros de 7% sobre o capital investido até um total de 2 milhões de libras esterlinas, contou com isenção de direitos de importação para os materiais, direito de desapropriação dos terrenos necessários à construção da estrada, direito na obtenção de terras devolutas e de exploração das minas que porventura fosse encontradas nas áreas de seu privilégio.

tornou possível a ligação com Mato Grosso, que até então era feita através de águas platinas e paraguaias e, ligando-se à rede ferroviária boliviana permitiu-nos alcançar o porto de Arica no Oceano Pacífico. Essa condição de criação de companhias ferroviárias fez com que se desenvolvesse uma extensa rede de estradas que não tinham comunicação entre si e que em grande parte do percurso praticamente corriam em paralelo rumo ao porto de exportação.

A Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, a ferrovia que nos interessa mais de perto, estendeu-se de Campinas, em São Paulo, a Araguari nas terras mineiras incorporando para a economia paulista as atividades do sul do estado de Minas Gerais e do chamado Trangulo Mineiro. (22)

Fundada em Campinas em 1892, a Mogiana chegou a Mogi Mirim em 27/08/1875 e em 1878 atingiu Casa Branca. As terras do município de Ribeirão Preto, tornaram-se alvo de disputa entre a Mogiana é a Paulista. Esta objetivava captar os ricos cafezais de todo o em torno de Ribeirão Preto a partir do prolongamento de sua linha de Porto Ferreira. Por isso, só em 1883 é que os trilhos da Mogiana atingiram Ribeirão Preto quando houve a perda da concessão do prolongamento da linha de Porto Ferreira pela Paulista. A Paulista, então, procurou captar passageiros e cargas de Ribeirão Preto mantendo entre sua estação de Barrinha e a estação de Ribeirão Preto, uma linha de ônibus. Pouco tempo depois os trilhos chegaram em Jardinópolis.

O município chegou a contar com sete estações: Entroncamento, Jardinópolis, Sarandy e Visconde de Parnaíba, na linha tronco; Cresciuma, Guayuvira e Porangaba, no ramal de Igarapava. A distância entre elas era pequena, de cerca de 5 km. Os trilhos das ferrovias eram verdadeiros "catacafé". Estruturava-se um espaço emaranhado de pequenos ramais no Estado de São Pau

(22) Denomina-se de Triângulo Mineiro a área compreendida entre os rios Parnaíba, Grande e Araguari no extremo oeste de Minas Gerais, cujas cidades de maior relevância são Uberaba, Uberlândia e Araguari.

lo que acabaram encontrando sua obsolescência quando do declínio da cultura cafeeira. O rítmo no avanço dos trilhos era ditado pela cultura itinerante do café, pelos conflitos que poderiam ocorrer devido ao privilégio de zona e, em menor grau, pelas eventuais dificuldades no traçado.

A questão de privilégio de zona era motivo de muitos conflitos. (23) A Mogiana havia invadido a zona privilegiada da Paulista, no trecho compreendido entre Casa Branca e Ribeirão Preto, e projetava atingir o litoral, o que não foi levado a efeito. A Paulista imediatamente projetou um ramal que partindo de Rincão, acompanhando o leito do Mogi-Guaçú até as proximidades do Rio Pardo, pudesse capturar o trânsito de mercadorias e passageiros de Ribeirão Preto, São Simão e Sertãozinho mas, dada a desistência da Mogiana quanto ao acesso áo litoral, tal projeto só efetivou até Pontal. Era em Pontal e Guatapará que os trilhos da Mogiana e da Paulista ligavam-se.

As ferrovias deixavam a mercadoria no porto de Santos introduzindo a produção cafeeira do interior paulista no mercado mundial do café. A mobilidade proporcionada pelos trilhos na cafeicultura aproximava os espaços e interligava os vários aglomerados urbanos do interior colocando em comunicação a população dispersa. O isolamento dos aglomerados, transformava-se em coisa do passado.

No conjunto, os trilhos aproximavam pessoas e lugares distantes. Porém ao cortarem uma cidade tinham um efeito contrário, aprofundando a separação dos que estavam próximos. A ação dos proprietários ao efetuarem os loteamentos e a gestão municipal ao privilegiar apenas as áreas localizadas em um dos lados da estrada acabavam por diferenciar a cidade em torno do eixo ferroviário. Esse foi o caso de Jardinópolis cujas terras a oeste da estação só foram incorporadas recentemente à mancha ur-

(23) Podemos citar, para exemplificar, o conflito que envolveu a Paulista e a Ituana quando as estações da Ituana invadiram a zona de privilégio da Paulista. A resolução deu-se com a obrigatoriedade da Ituana pagar 10% da renda obtida do embarque e desembarque de mercadorias e passageiros naquelas estações submetidas ao privilégio de zona da Paulista.

bana.

Junto à estação localizavam-se, os armazéns de café e cereais, os depósitos de combustíveis, os estabelecimentos de beneficiamento, o pequeno comércio, as casas de serviços, hotéis e pensões voltados para o atendimento dos usuários da ferrovia, sobretudo os viajantes e representantes comerciais. Em geral, à frente, havia um largo que era denominado popularmente de "Largo da Estação". Na estação a população da cidade ia esperar o trem, ver os que chegavam e que partiam, receber os jornais da capital e saber notícias de fora.

O burburinho das pessoas, os passos do ir e vir nas caminhadas, o apito do trem já não ecoam mais na paisagem. O ramal desativado e o abandono da estação, o ar parado como o de cenas fantasmagóricas fazem ficar tão distantes os tempos de um passado recente que torna difícil dimensionarmos aquela vida de então.

No apogeu da cafeicultura os armazéns da estação tornaram-se insuficientes face a abundante produção. Em 1912, o jornal da cidade apontava que:

> "Devido a afluência de mercadorias foi aplicada a disposição do artigo 111 sobre a estada livre das mercadorias nos armazéns da estação desta cidade.
> A estada livre é agora de 24 horas em vez de 48 horas como até então". (O Jardinópolis, 16 de julho de 1912)

No ano seguinte a situação continuava a se agravar.

> "Tem havido enorme dificuldade no embarque de café. Os armazéns da estação, repletos e pequenos como são, tornaram-se deficientes de ha muito para receber mais café.
> As tulhas e casas de máquinas das fazendas estão repletas.
> E a Mogiana continua a não fornecer vagões para o transporte do café.
> Esta situação prejudica enormemente os fazendeiros que estão na impossibilidade de expedir o café beneficiado.
> Urge que a Mogiana tome providências para dar vazão ao embarque de café.
> Empreza poderosa, servindo a uma zona vastíssima, deve

ter o material rodante necessário para o seu movimento de mercadorias, afim de evitar os prejuízos da lavoura e do comercio que são obrigados a se utilizar de seus serviços". (O Jardinópolis, 2 de outubro de 1913)

Os municípios como Ribeirão Preto, Bauru e Campinas, locais de entroncamento ferroviário, beneficiavam-se da concentração de algumas atividades ligadas ou decorrentes da presença da ferrovia. Essas atividades diziam respeito às metalúrgicas e serralherias para reparos necessários aos equipamentos e , escritórios de funcionários, comércio, hotéis, pensões, hospitais e escolas.

Ribeirão Preto era o local da Terceira Residência da Companhia Estrada de Ferro Mogiana. Aglomerava todos os serviços pertinentes à reparação da estrada. Daí partiam as oficinas circulantes montadas em vagões com os trabalhadores especializados nos serviços de estrada.

Campinas, por exemplo, ponto inicial da Mogiana,ou Ribeirão Preto, eram cidades que atendiam a população de todo o oeste de São Paulo, sul de Minas e Triângulo Mineiro desenvolvendo, por isso, significativamente, os serviços voltados à educação e à saúde. Essas atividades que se somavam às outras, também necessárias ao funcionamento da economia cafeeira, envolvendo uma diversificação mais profunda na divisão do trabalho urbano eram bastante responsáveis pelo maior crescimento dessas e de algumas das cidades interioranas.

O significado que o município assumia era proporcionalmente relativo à extensão de seus cafezais. As cidades do oeste viviam pelo café e para o café. Essas materializavam as condições gerais da cafeicultura. Suas funções exprimiam determinadas relações de produção. (24)

---

(24) O capital é também uma função social específica: "... a condição de capital não corresponde às coisas como tais e sob quaisquer circunstâncias mas, é uma função que, conforme as circunstâncias em que elas se encontrem, podem ou não desempenhar". (Grifo nosso) (MARX: Livro II; 180)

Como apontamos, a estruturação de uma rede ferroviária era o arcabouço necessário para uma produção tão extensiva como o café que, voltada para a exportação, tinha em Santos o seu porto e em São Paulo o centro de confluência das linhas férreas radiais que demandavam o interior. Expraiavam-se os cafezais, pontilhava-se de cidades o interior, Babel se fazia presente e o vapor das locomotivas misturava-se à atmosfera paulista homogeneizando-se a paisagem sob a economia cafeeira.

A paisagem criada pelo café excluía as áreas do litoral, vale do Ribeira, de Iguape e sul do Estado que, nem por isso, deixavam de estar inseridas no espaço sócio-econômico da cafeicultura. Ou seja, se de um lado a economia do café significava riqueza, criação de cidades e vias de comunicação, de outro, significava áreas estagnadas na medida em que era a política cafeeira que dimencionava a alocação do capital, trabalho e políticas estatais. Por isso é que diferentemente do interior paulista a denominação dessas áreas são as únicas, que guardam vinculação com a natureza, ao passo que o interior do Estado, conformado pela presença do café, é regionalmente conhecido pelos nomes das estradas de ferro que o cortam.

O embarque do café exigia estações pontuais, para ser transportado pelas estradas de ferro até o porto de Santos onde a comercialização extrapolava esses pontos configurando a origem regional do produto. Café da Paulista, da Mogiana, da Araquarense que, denominados pelo nome da estrada de ferro transportadora, configuravam qualidades diferentes para o produto no mercado mundial.

A expansão da cafeicultura havia se dado sob o domínio do capital comercial. Operava, quanto à produção, o financiamento da produção em si, a modernização do equipamento para o beneficiamento do café e a criação de novas fazendas através dos bancos e das casas exportadoras.

Em relação à modernização do equipamento para o beneficiamento do café, aqueles grãos, tratados, por exemplo, por secadores mecânicos, tinham melhores preços pois uma melhor evaporação da unidade de grãos era uma garantia de não se estragarem durante o transporte. Igualmente os grãos processados mecanicamente pelas máquinas Lidgerwood obtinham também melhores preços. Conforme aponta Monbeig, a "técnica acarreta uma valorização melhor que compensa as despesas de modernização". (MONBEIG: 1952; 89)

Em geral a compra desses equipamentos significava o investimento de capital que nem sempre os pequenos proprietários podiam realizar. Assim, quase sempre os pequenos fazendeiros não possuíam máquinas de beneficiamento o que os tornavam dependentes dos maiores produtores locais ou dos donos de máquinas, transferindo para estes parte do excedente a ser realizado nos produtos gerados em suas fazendas.

> "A inviabilidade do pequeno produtor adquirir máquinas de beneficiamento (além do custo das mesmas e da elevada imobilização do capital que não podiam suportar, a sua pequena produção não justificava a sua compra), a sua dificuldade como pequeno produtor em manter relações diretas com as casas comissárias, criaram certas relações de dependên

cia entre ele e os proprietários de máquinas, cafeicultores ou não. Assim, além de poder beneficiar o seu café em troca de uma taxa, e de, teoricamente, comercializar o seu próprio café beneficiado com uma casa comissária, o pequeno produtor frequentemente tinha o seu pequeno lote de café comercializado juntamente com o lote maior do fazendeiro proprietário da máquina e que beneficiara o seu café, já que o seu contato com as casas comissárias era mais fácil. Essas 'relações de favor' fortaleciam evidentemente as condições de dependência".
(PERIDES: 1981; 241) (25)

Montava-se, assim, um circuito de apropriação de excedente os quais, devido as diversas facetas do capital cafeeiro, acabava por se aglomerar em alguns pontos espaciais dizendo respeito sobretudo aos locais de gestão da produção,concentrando aí as atividades comerciais das mais longínquas fazendas no eixo São Paulo-Santos.

Além da mercadoria principal, o café, que dava origem a um circuito mundial envolvendo negociações mais amplas com casas importadoras e exportadoras, transportes terrestres mais longos e articulados com os marítimos e internacionais e vinculados aos grandes centros comerciais e financeiros, existiam outros produtos de menor importância comercial que criavam uma série de laços e interdependências comerciais, embora de pequena monta e que eram significativos na montagem das relações que se davam na urbanização interiorana.

Neste circuito comercial menor, talvez de cunho não propriamente capitalista, apresentavam-se não só as mercadorias produzidas nas fazendas de café, tanto de propriedade do colono como do fazendeiro e outras que eram produzidas fora da fazenda e que eram aí introduzidas pelo próprio fazendeiro ou por

(25) Segundo João Heraldo Lima, em 1908, por exemplo, o café sem beneficiamento era cotado a 5$200 a arroba enquanto o café beneficiado era comercializado a 8$700.
Cf. (PERIDES: 1981; 242)

algum intermediário. Este circuito, embora possa apresentar uma certa autonomia, estava completamente subordinado ao do produto principal, o café, à medida em que as articulações desses agentes - colonos, fazendeiros, e intermediário - apresentavam um campo restrito de interesses, articulado pela reprodução e diferenciação do próprio capital cafeeiro.

A produção, pelos cafeicultores, de outros produtos que não o café ficava circunscrita aos interesses desses fazendeiros em economizar capital. Os produtos que os colonos podiam cultivar frequentemente eram estipulados nos contratos. Muitas vezes os fazendeiros assenhoreavam-se do privilégio de compra desses produtos excedentes, controlando assim não só o que era produzido mas assegurando o poder de decisão de compra frente às vantagens de mercado. Sua intervenção podia ir ainda, mais além, através da manipulação que podia exercer também no transporte dos produtos.

Alguns fazendeiros de Jardinópolis possuíam as máquinas de beneficiamento de arroz e moinhos de fubá, recebendo do colono pelo benefício e limpeza dos grãos. O maquinísta, contratado por mês, encarregava-se do benefício desses produtos, como também dirigia a operação de beneficiamento do café.

Havia também máquinas de beneficiamento na cidade. O anúncio de Mário Fregonesi publicado em 4 de janeiro de 1912 é um exemplo bastante significativo.

> "O proprietário desta machina avisa a seus amigos e freguezes que a mesma está trabalhando, sendo movida a electricidade, e, por esse motivo, mais fácil lhe será atender e servir seus freguezes com toda a brevidade possível. Conforme seus gastos assim serão servidos na separação do arroz". (O Jardinópolis, 4 de Janeiro de 1912)

Embora alguns colonos possuíssem animais, vaca, porco, galinha, o leite era, em geral, fornecido pelo fazendeiro na medida em que a criação de gado fazia parte do funcionamento da fazenda de café que era exigente em adubo orgânico para o trato do cafezal. O colono

"Ia no escritório, comprava 30 talão,... dispois Ia no curral entregava pr'o campeiro, entregava o talãozinho e Ia com um litro de leite... O campeiro ganha mais... por meis, porque tem que levantá cedo e porque tem que dá conta do serviço. Não tem domingo, não tem dia santo, nada. Aquilo é continuado. Toma conta do gado e tira o leite".
(João)

As fazendas não eram anto-suficientes. As vendas na fazenda eram necessárias e contavam com uma maior ou menor interferência do fazendeiro dependendo muito de como ele administrava os seus negócios: da fazenda ou da cidade, direta ou indiretamente. A menor lucratividade do comércio de mercadorias vindas de fora em relação à riqueza apropriada pelo trabalho no cafezal permitia a introdução de intermediários que, como pequenos comerciantes, quase sempre acabavam dependentes do fazendeiro.

Os fazendeiros,ao deixarem essa função comercial para outros, permitiam sua instalação dentro das fazendas, ou à beira dos caminhos, dependendo dos laços que pretendiam manter com esses negociantes. Alugavam ou simplesmente cediam os locais a esses intermediários que manteriam o comércio ativo na colônia. Os fazendeiros optavam por participar dos lucros comerciais desses negócios quer financiando o comerciante, quer cobrando altos aluguéis pelos "prédios" que cediam.

De qualquer forma que fosse, o que parece é que esse mecanismo de exploração mercantil do colono através da compra de suas culturas ou da venda de mercadorias que não produziam sempre resultava numa redução do custeio da produção cafeeira, o que muitas vezes minimizava a necessidade de deslocar capital para essas necessidades, o que certamente não era desprezível para os fazendeiros de café que dependiam constantemente de crédito e financiamentos junto a bancos e casas comissárias e exportadoras.

As mercadorias produzidas fora da fazenda, davam um rítmo novo a uma economia de mercado que cada vez mais se expandia. Pierre Dennis, analizando o Estado de São Paulo assim se expressou:

"As cidades do interior não existem em função da concentração da colheita mas, asseguram a distribuição nos cantões agrícolas, de mercadorias importadas, pois a importação é tão desenvolvida como quanto a exportação: tornando-se um grande produtor, São Paulo tornou-se um grande consumidor. Cada cidade contém lojas de quinquilharias, de tecidos e mercearias aonde as vendas das fazendas se abastecem. Elas vivem, então, do comércio do dinheiro". (DENNIS: 1928; 110)

As mercadorias comercializadas nos estabelecimentos da cidade repetiam os muitos ítens dos "negócios" da fazenda. Cada "venda" tinha praticamente tudo, desde o sal, algodão, tecidos, aviamentos, calçados, instrumentos agrícolas e querosene. Aos sabados, à pé, à cavalo, de carroças, o fluxo de colonos que afluía até o comércio da cidade, era grande. Não eram todas as fazendas que tinham "negócio" e a ida à cidade significava também a satisfação de alguns serviços - barbearia, alfaiataria, aquisição de remédios, tratamento médico ...

"Ah! A cidade era outra no sábado... dia de sábado a estrada que nóis mora... aqui pr'o lado que vai pr'a Cresciuma, Santa Helena, Barra, contava 50 carrinhos, trólei, carrinho de 2 rodas com cavalo. Neste comerciante grande... perto da Caixa Econômica, juntava que num tinha jeito de tirá carrinho lá de dentro". (João)

Em 1924, numa cidade como Jardinópolis, havia 90 estabelecimentos comerciais, industrias e de serviços destacando se 3 fábricas de artefatos de folha, 10 alfaiatarias, 15 oficinas de sapateiro, uma fábrica de bebidas, 4 padarias, 5 fabricas de carros e carroças, 3 açougues, 3 garagens, 3 ferrarias, 6 olarias, uma fábrica de louça de barro, 4 marcenarias e carpintarias, 25 máquinas de beneficiar café, 3 selarias, 2 oficinas de, costura, uma fábrica de sabão, 2 tipografias, uma usina elétrica e 5 serrarias. (26)

Nesta paisagem urbana, destacavam-se as máquinas de beneficiamento de café, as pequenas indústrias ligadas a produção de meios de transportes de tração animal e as fábricas voltadas ao consumo da população local, salientando-se, também, a

(26) PIZZA, op. cit.

produção de bens para o consumo produtivo voltado exclusivamente para o café. O crescimento da cidade resultava do desenvolvimento da economia cafeeira, do crescimento do número de trabalhadores pela chegada de imigrantes, e da instalação de equipamentos urbanos necessários ao funcionamento da cafeicultura. Havia pequenas fábricas e desenvolvia-se um comércio varejista voltado, sobretudo, ao consumo não produtivo.

O número de prédios urbanos crescia. Em 7 anos, de 1913 a 1920, Jardinópolis cresceu cerca de 50% passando de 477 para 611 edifícios (27). Era uma cidade que se montava em função da economia do café e, como tantas outras aglomerações, respondia à necessidade de um pequeno comércio embora se constituisse também no ponto de afluxo da produção para o escoamento do café.

Em 1913 já havia na cidade um prédio assobradado e dois de um andar. Embora não houvesse ainda uma rede de esgotos na cidade, o abastecimento de água já era regular. Desde 1900 estudou-se o problema que teve em 1905 solução através da construção de uma rede de água pela captação das águas do Córrego da Glória. Conforme a cidade ia se expandindo tornou-se necessário a extensão dessa rede, sendo que em 1918 já se apontava o problema de abastecimento para a parte alta da cidade, problema este só solucionado sessenta anos mais tarde.

A construção de uma rede de esgotos foi objeto principal de um empréstimo contraído pela municipalidade em 1911, no valor de 450 contos de réis dos quais 391.500$000 era destinados à construção dessa rede e à extensão e reforma no abastecimento de água.

A iluminação tênue e romântica dos lampiões que iluminavam as ruas e praças desde 1903, que havia funcionado em sistema de concessão pública, foi substituída em 1910 pela energia elétrica a cargo da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto que também atendia outros municípios da região. Nos primeiros dez

---

(27) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1913 e 1920

anos havia em média 200 lampadas nas ruas e cerca de 300 consumidores na cidade. (28)

As comunicações telefônicas eram feitas através da Empresa Telefonica Jardinópolis, fundada em 1906, funcionando igualmente pelo sistema de concessão pública.

Praticamente desde os primeiros anos, Jardinópolis contou com serviços públicos, embora nem sempre funcionassem a contento. Na imprensa da época são comuns comunicados quase ameaçadores do zelador da caixa d'água instruíndo a população a não deixarem as torneiras abertas. O serviço de iluminação era motivo de chacotas.

> "Nesse andar quem disser que em Jardinópolis temos luz electrica á noite incorre no perigo do paradoxo. ...a procura da causa das trevas é difícil de encontrar, porque nos parece que está no material todo da Empreza, tão frequentes são os desarranjos.
> ...Tudo que foi lido aí acima escrevemos nós á luz mortiça de uma vela. Abençoada vêla que estás, para a luz elétrica, como o burro para o automóvel. (O Jardinópolis, 02 de março de 1913)

Em 1910, apenas 30,1% da população em idade escolar frequentava a escola, apesar da vigência da lei de 1893 que obrigava os pais enviarem os filhos à escola. As escolas municipais dispersavam-se no município, como a Escola de Sarandy, instalada em 1903, a Escola da Lagoa do Tamanduá e a do Bairro dos Lucianos, de 1909, e a Escola do Bairro de S. Pedro, de 1910. Era, contudo, a instrução pública estadual a responsável pelo maior número de alunos.

Os fazendeiros e administradores da região, divididos entre o campo e a cidade, requeriam colégios internos para a educação de seus filhos. Os mais abastados mandavam, em geral, os jovens para os colégios de Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo. As meninas ficavam, em geral, em Jardinópolis que, desde 1914, já contava com um internato, que acabou se transformandona

(28) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1901 a 1910.

Escola Normal Coração de Jesus, em 1940 (29). O ensino secundário, até 1928 estava praticamente nas mãos dos religiosos que tinham vários colégios no interior para atender à clientela de fazendeiros. Até esta data havia poucas escolas secundárias públicas, como a de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto.

Na maioria das vezes os filhos dos colonos, dos trabalhadores rurais, tinham um outro destino: a roça. Desde os 8 anos meninos e meninas eram incorporados ao trabalho. Eram solicitados durante o ano todo, não apenas nas épocas de acúmulo de serviços quando a lavoura ficava estrangulada pelo mato ou quando era época da colheita.

Morar na cidade, de Jardinópolis, para o fazendeiro significava, muitas vezes, fazer-se presente no cenário político local e isto configurava a cidade como escolha do local de moradia, implicando na dinamização do seu comércio e serviços. Na época, urbanidade da vida não só fazia com que se organizassem grupos de arte e teatro que animavam as noitadas da cidade, como também atraía as companhias teatrais que se apresentavam na vizinha cidade de Ribeirão Preto.

Num cenário de muitos imigrantes, mesmo que poucos fossem comerciantes e fazendeiros, havia espaço para a cultura européia. O Theatro Apollo, em 1915 apresentou 9 peças em lingua estrangeira, 26 em português, além de 4 concertos. Em 1920 chegou a fazer 60 apresentações. O Theatro Eclair, construído em 1916, apresentou 1/3 de suas peças em língua estrangeira. Naquele ano foram aí encenadas 4 peças em língua estrangeira, 8 em português, 3 concertos e uma ópera lírica. Já na primeira década do século, eram frequentes as idas ao Theatro Alfonso com 555 lu

(29) Inicialmente com o primário e depois de 1935 com o ginasial, era praticamente uma escola de internas. A formação de professoras, em geral oriundas de famílias de fazendeiros, funcionários públicos e profissionais liberais, fez com que ao nome da cidade se associasse a lembrança do colégio. Alí chegavam moças, não só das redondezas mas muitas também de Goiás e Minas Gerais. As atividades do Colégio havia se iniciado, em 1914, na casa paroquial quando as irmãs franciscanas aí chegaram após a destruição, por incêndio, de seu colégio em Sacramento perto de Franca.

gares, e ao Theatro São José Carducci, com 250, onde as óperas , operetas, tragédias, comédias e projeções cinematográficas eram apresentadas.

Em 1912 mais um teatro foi inaugurado, o Mafalda.A população da cidade também participava ativamente das encenações teatrais. A cidade enchia-se de gente, o namoro, o "flerte" na praça e a retreta esvaziavam as casas.

> "Aqui em Jardinópolis, o bom hábito é fazer a volta na praça, enquanto o nosso bom prefeito não conclui a avenida Rio Branco. Terminada esta poderemos fazer avenida como qualquer carioca legítimo... Os cinemas estiveram repletos... O Apallo esteve cheio... O cinema Pathé, com um operador que faz maravilhas, esteve transbordando..., e a chuva é que ia entornando o caldo. Fez suspender a retreta da C. M. Carlos Gomes, e quase fazía suspender os espetaculos...
> (O Jardinópolis, 6 de fevereiro de 1912)

Também o dia de sábado era dia de festa no campo.

> "as fazendas era uma coisa muito bonita, tava cheia de gente, tinha divertimento, tinha baile... Quando era o sábado era o baile. Tinha barracão feito pela fazenda, tinha o baile, dançava a noite inteiro, má tava cheio de gente, muito divertido". (João)

A dimensão da vida cultural da cidade também pode ser indicada pela presença dos vários jornais que ali foram editados como "O Eccho" e "O trabalho" de 1901, "A República" de 1905, "O Jardinópolis" de 1907, "O Oriente" e "O Correio da Semana" de 1915 - este último foi o único jornal que permaneceu por mais tempo chegando até 1945 - e, "A Marreta" de 1916. (30)

Diversas associações surgiam, desde as beneficientes, culturais, até as de trabalho, tais como: Associazionde di Beneficenza e M.S. Fratellanza Italiana, que aparece em 1912 , e posteriormente a Associação Beneficiente 8 de Maio, Associação União e Trabalho (1916), Loja Maçonica Estrela do Rio Par

(30) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, vários anos.

do (1920) Associação Beneficiente de Jardinópolis (1910), Associazone Fratelli e Lavoro (1921), Legião de Caridade (1927), Sociedade Beneficiente Carlos Gomes (1927)...(31)

Em 1920 a Santa Casa de Jardinópolis, antigo Hospital Internacional Pio X dos primeiros anos do nosso século, passava por uma grande ampliação. Igualmente reconstruía-se a Igreja Matriz, dobrando a área de sua nave e elevando suas colunas a 37 metros de altura. (32)

Voltada para o campo, a cidada expressava o significado das atividades que aí ocorriam. A produção extensiva e itinerante dos cafezais havia pontuado o Estado com inúmeras cidades. Aglomerações, muitas vezes, de aparência semelhante que, como materializações das condições gerais de produção cafeeira quase não diferiam. De um lado, funcionavam como centro de comercialização de mercadorias de fora e, de outro, como local de embarque da riqueza alí produzida. Dados os mecanismos de comercialização do café, juntamente com a partida dos trens saía a riqueza e chegavam os relativamente poucos produtos de consumo individual.

A riqueza obtida com o cultivo dos cafezais abandonava aquelas terras para, na forma de mercadoria, realizando-se como tal, deixar quase sempre aquele que diretamente a havia produzido como devedor. O trabalhador agrícola, destituido da propriedade da terra, mesmo cultivando para sua própria manutenção terras cedidas "gratuitamente" estava sujeito a um processo espoliativo onde o preço do aluguel da terra que utilizava não era pago monetariamente como renda-dinheiro mas,como renda-trabalho.

A renda-trabalho, que servia como retribuição aos proprietários pela concessão de terras aos trabalhadores, concretizava-se nas benfeitorias feitas pelos colonos e eram incorpora

(31) Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, vários anos

(32) Quando Jardinópolis era ainda distrito de Batatais, Domiciano Alves de Rezende construiu uma capelinha que cedeu lugar à Igreja Matriz quando o reverendo João Salta veio como pároco da Igreja um ano após a emancipação do município.

das à propriedade do fazendeiro. "Na fazenda, tudo que é serviço da classe do homem trabalhador, eu fiz" (33). Consertar cercas e limpar o pasto eram alguns dos trabalhos de conservação da fazenda realizados pelos colonos sem pagamento pelo proprietário. Por outro lado, ela concretizava-se também fora da propriedade, no caso do fazendeiro ter interesse e a responsabilidade pela conservação das estradas e caminhos que utilizava, mas fazia com que nos contratos de trabalhos esse serviço, como outros, fossem repassados à responsabilidade dos colonos.

> "Os fazendeiros justificavam tal apropriação pelo fato dos colonos serem produtores relativamente autônomos de mercadorias (cereais e animais) - interessados, portanto, em manter livre acesso ao mercado às cidades e vilas. Cabia-lhes, então, na visão dos fazendeiros, dividir consigo os custos das vias de transporte das mercadorias, conservar os 'bens públicos', da mesma maneira que colaboravam, como cidadão, no combate ao fogo, às pragas e às inundações. Da mesma forma, a associação dos fazendeiros para dirigir e controlar, a título privado, o trabalho de conservar estradas e caminhos era justificada como o exercício de funções públicas, a substituição do Estado na sua ausência". (SALLUM JUNIOR: 1981; 173)

Como fazendeiros enriquecidos acabaram confundindo se com as autoridades locais, repassaram à municipalidade a conservação, sobretudo das estradas vicinais. Neste sentido surgiu até uma legislação específica sobre a questão. Em 31 de Julho de 1913, o jornal "O Jardinópolis", discorrendo sobre o assunto,perguntava:

> "Que é mais proveitoso para o município - distrair do seus trabalhos, periodicamente, os pequenos lavradores, os colonos, os empreiteiros, os industriais localizados no perimetro rural, para o reparo das estradas, causando-lhe prejuízos com o abandono de suas ocupações, ou cobrar apenas, anualmente, uma pequena quota de cada e administrar esse serviço, regularizando-o?
> Até aqui os reparos de estradas eram feitos de afogadilho obedecendo cada trecho a um critério diverso, sem um plano geral uniforme e previamente estudado.
> E não tinhamos, até aqui, estradas. Na época da chuva os atoleiros se multiplicavam, sucediam-se os desmoronamen

(33) (João)

tos as águas formavam lagos sobre os pontos baixos dos caminhos. E para esse resultado exigia-se o trabalho de centenas de pessoas, durante três, quatro, cinco dias, trabalho que convertido em dinheiro era mais valioso que a contribuição exigida, agora, pela lei nº 20. (O Jardinópolis, 13 de Julho de 1913).

O poder privado dos fazendeiros locais pouco a pouco foi ganhando foros de poder público, confundindo as autoridades municipais com os fazendeiros ricos da cidade. Podemos apontar alguns exemplos: o prefeito de Jardinópolis em 1920 era Américo Salles Oliveira, proprietário da fazenda Guanabara e cunhado do senador Joaquim Miguel Martins de Siqueira, que era também cafeicultor no município. Rinaldo, que era irmão de Américo, era chefe do diretório político e alto negociante de café. Foi também prefeito o Cel. Vasconcelos, proprietário da Fazenda Visconde; foi vereador em 1928, Carlos Costa Curta; foi presidente da Câmara Municipal seu filho Arthur Costa Curta, proprietário da fazenda Parnaíba... E, depois esse fazendeiro, depois aquele...A família Pereira Lima, maior proprietário de fazendas - a Santa Quitéria, Porangaba, Cresciuma, Mata da chuva, Soledade, etc,chegou a ter 14 mil alqueires de terra e invariavelmente contava com um representante na Câmara Municipal e fazia prefeitos.

O "coronel" personificava a figura do político nos municípios interiores mas, ao mesmo tempo que se afirmava este poder, gestava-se uma transformação lenta da agricultura que implicaria na redução de sua importância e na transformação da cidade. Até a grande mudança gerada pela intensificação do capital na agricultura significando o assalariamento dos trabalhadores rurais e sua transformação em homem também da cidade, Jardinópolis conheceu um período de letargia urbana frente ao rápido processo de urbanização e industrialização do Estado.

No capítulo seguinte procuraremos discutir o lento processo de capitalização do campo que explica porque foram localizadas e lentas as modificações das condições de vida, e as alterações na cidade acompanhadas da persistência relativa da economia cafeeira, principalmente onde as condições locais eram favoráveis ao seu cultivo, como em Jardinópolis.

JARDINÓPOLIS E A NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

A homegeineidade da paisagem onde os cafezais perdiam-se num horizonte pontuado de cidades havia se gestado nas oscilações do movimento do capital. A economia cafeeira, como vimos no capítulo anterior, baseava-se numa produção eminentemente extensiva e numa rede de estradas de ferro que ligava o porto de exportação ao interior criando inúmeras cidades. Nestas cidades com seus jardins e retretas, locais de encontro das pessoas, de lazer e aonde se aglomerava o comércio, o apito do trem e o vozerio na hora dos despachos das sacas de café faziam parte do cotidiano. Estas cidades haviam sido criadas ou tinham renascido para o café; pela vaga cafeeira e para sua sustentação determinadas condições gerais da produção cafeeira - estação da estrada de ferro, oficina, hotel, comércio, escola, hospital, correio , administração pública... - havia se aglomerado materializando-se nestas cidades. A maior ou menor concentração dessas condições determinava o tamanho da cidade e seu significado em relação às demais.

As necessidades impostas pela produção cafeeira haviam transformado a povoação da Ilha Grande na cidade de Jardinópolis. Desde as primeiras décadas do século XX Jardinópolis apresentava-se plena em sua configuração urbana; os arruamentos, iluminação pública, rede de esgotos, coleta de lixo, praças e jardins marcavam a paisagem urbana do município.

Aí, como em quase todas as cidades paulistas, a vida não deixava de ser ritimada pela evolução dos negócios do café. As sucessivas crises da cafeicultura expressas pelas baixas e altas no movimento dos preços internacionais do produto manifestavam-se na efervecência ou esfriamento da vida urbana.

> "Quando o café sobe... reina o maior entusiasmo. Fundam-se companhias. Rasgam-se sulcos de estradas de ferro através de matas virgens ...A conversa nos trens, nos cafés, nos hotéis, nas farmácias, nos interiores dos lares ricos e dos lares pobres tem sempre o tema - o café.
> Pobres diabos que não possuem um metro de terreno nem uma

compra dos estoques em 1917, pelo governo paulista, contou com recursos especiais do Tesouro Nacional - empréstimo de 100 mil contos de réis - dada a impossibilidade de se buscarem recursos externos devido ao conflito mundial e, em 1919, o Governo do Estado e o Federal dividiam os lucros desta operação. Em 1922, o Governo Federal adquiriu um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas para aquisição de 4,5 milhões de sacas de café que foram vendidos nos dois anos subsequentes e, em 1924 foi criado o Instituto de Café do Estado de São Paulo que daria maior impulso a essa política de valorização do café.

Contraíram-se, nesses anos, empréstimos que, se num primeiro momento foram possíveis de serem pagos, logo, com os primeiros efeitos da crise geral da economia com a tendência a baixa de preço no mercado de café pela concorrência internacional, começaram a encontrar dificuldade em serem saldados.

Essa política de valorização do café baseada na compra dos estoques, garantia a remuneração do capital cafeeiro.

No Congresso do Café, realizado na segunda quinzena de Outubro de 1927, o Dr. Ribeiro Junqueira, grande cafeicultor da região de Ribeirão Preto e defensor de uma política que procurava resguardar os ganhos do capital cafeeiro, proclamava a necessidade de se ter um patamar de preço capaz de manter as condições de reprodução desse capital. Seu discurso fazia dos interesses do fazendeiro, o interesse geral da população, ao dizer que o café "resguardava a vida e o conforto dos lares brasileiros, a ordem e a disciplina do trabalho e o patrimônio da Nação". (TAUNAY: 1945; 145)

A regulamentação das exportações e a intervenção nos preços passou a ser tarefa do Instituto de Café do Estado de São Paulo que junto com o recém-criado Banco do Estado de São Paulo, voltado sobretudo para o financiamento aos cafeicultores, sustentavam as margens de lucro do capital cafeeiro. Mas, com a crise de 29 os empréstimos de recursos financeiros, tanto externos como internos, tornaram-se impraticáveis, comprometendo, consequentemente, toda a política protecionista do Instituto do Ca

choupana, e que só conhecem os cafeeiros de outrem, falam em centenas de contos...
Colonos revoltados exigem aumento de paga. O salário sobe. Há projetos gigantescos. O futuro se antolha cheio de opulência.
Vem a baixa.
Uma hábil manobra de baixista, o jogo imprudente dos altista, uma série de compromissos enormes provocam a queda do café... É a debacle. Ruem os projectos grandiosos... O receio da falência da insolvavilidade, tira o sono aos mais ousados.
E o povo todo, que discutia o café, falava em contos de réis, que sentia a vertigem do dinheiro, deixa cair a crista, perde a alegria, a vivacidade antiga...
Vamos assim vivendo com ou sem crise, com café alto com café baixo prossigamos... (O Jardinópolis, 25 de setembro de 1913)

Desde o início da República a adoção de uma política econômica de defesa da cafeicultura havia estimulado largamente a produção. Além das restrições à expansão de novas plantações o Convênio de Taubaté, em 1906, propôs a compra e a estocagem de parte da produção para manter o preço do café no comércio internacional instituindo como alvo dessa política, a valorização do produto utilizando-se de empréstimos bancários.

A compra de parte da produção cafeeira pelo governo, nem mesmo a um preço menor que o do mercado internacional, não significava prejuízo ao cafeicultor. O governo comprava o excedente da produção que o mercado internacional não conseguia absorver e com isso reduzia a pressão da oferta para uma baixa no preço de mercado. Esse foi um dos principais mecanismos que a classe dirigente cafeeira instituiu para a sua defesa: a socialização das perdas.

A continuidade, durante anos, dessa política de defesa dos cafeicultores levava a efeitos contrários ao inicialmente pretendidos: a oferta de café mantinha-se elevada. Assim, a cafeicultura expandiu-se até o final dos anos vinte praticamente sob a tutela da política de defesa do café mantida pelo governo com base em empréstimos externos.

O empréstimo contraído em 1906 pelo governo estadual estava praticamente saldado em 1914. O financiamento para a

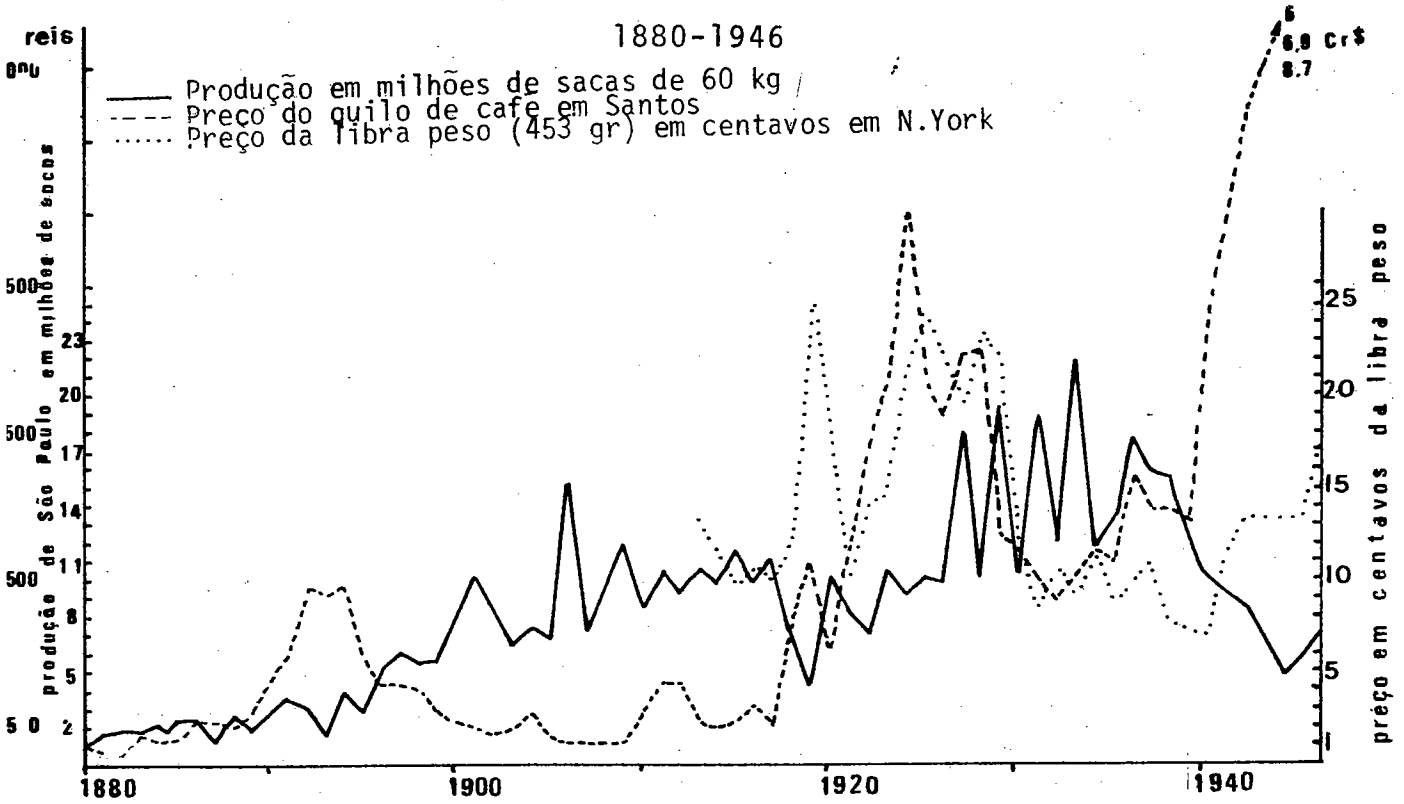
fé. "A cotação oficial de Santos caiu de 33$500 por 10 quilos , no começo de outubro, para menos de 20$000 em dezembro". (SIMONSEN: 1973; 225). Na década de 30 o valor médio da saca de café chegou a representar 1/3 dos valores dos anos 20. (1)

Nestes momentos de crise a natureza não deixara de se mostrar prestimosa. As safras abundavam e o governo federal , a partir do Conselho Nacional do Café, criado em 1931, passou a adquirir estoques objetivando destruí-los em parte. (Gráfico I)

GRÁFICO I

PRODUÇÃO E PREÇO DO CAFÉ

1880-1946



Cf. (MONBEIG: 1952; 97)

"Era perfeitamente óbvio que esse excedente de produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo que se pudesse considerar como razoável. A produção prevista para os dez anos seguintes excedia, com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores. A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma conseqüência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia ven

(1) Cf.(TAUNAY: 1945; 549)

der; À primeira vista parece um absurdo colhêr o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias na economia de mercados". (FURTADO: 1964; 218)

> "O fazendeiro dava a porcentage, acho que era 20% pr'o governo, intão tem que fazer uma partida. A gente mandava 1000 sacos, tinha que tirá 100 saco pr'o governo... A pessoa, que nem eu, qui tomava conta serviço, precisa fazer um transbofe ali pr'a poder enganar um pouco alí o governo. Eu pegava , proexemplo, era 100 sacos, eu pegava 30 sacos de café miúdo que não tinha embarque e pegava uns 40 sácos de café chato e pegava o chatinho e batia, misturava bem misturado e ensacava e mandava. Ia queimá mesmo... Cada montanha de café queimado! Alí em Reberão Preto. Queimó café qui Deus me livre. Aquilo era pelo despacho. Alí era obrigado acompanhá na estação per que quando dispacha dá o recibo, dalí tem que dá aquela quantia pr'a acertá, então mandava pr'a Reberão Preto. Ainda tinha polícia vigiando pr'a ninguém tirá" (João)

A chamada "cota de sacrifício" se era de um lado - o do pagamento do sacrifício - socializada, era de outro, - o da apropriação do lucro - privatizada. (2)

A socialização dos custos de tal política havia tornado possível, pelos mecanismos da valorização, viabilizar a expansão cafeeira mesmo quando a superprodução poderia ter significado baixos preços no mercado internacional. Em fins dos anos vinte os cafezais haviam se alçado em direção aos interfluvios superiores do Rio do Peixe, Aguapeí, Tietê e São José dos Dourados; ao sul, acabaram posteriormente por ultrapassar as barrancas do rio Paraná buscando o "trapp" basaltico das terras roxas do Estado vizinho.

Durante os anos trinta a maior produção de café lo

(2) Na literatura infantil encontramos uma expressão punjente do significado de tal política:
"- E aquela fumaceira que estou vendo lá, vovó? Dona Benta suspirou:
- É a queima do café, minha filha... Produzir para destruir é o maior dos absurdos... Já foram queimados 35 milhões de sacas./ As queimas chegaram a 82 milhões de sacas/. Para dar uma idéia do que isso representa basta pensar que 35 milhões de sacas formam uma pilha de 40 por 40 metros , muito mais alta que o Pão de Açúcar..." (Lobato: 1944; 54)

calizava-se no 9º distrito do Estado (3), região dos mais novos cafezais onde a produtividade era, no entanto, muito semelhante à dos velhos cafezais da região de Ribeirão Preto, os quais embora tivessem uma produtividade decrescente, eram favorecidos pelas excepcionais condições pedológicas. A nível do Estado, restringiam-se a área cultivada, a produção e os cafezais. Em 1931-2 os pés de café em produção passaram de 1.438.916.466 para 1.322.537.741 em 1937-38; a área cultivada passou de 930.388,51 alqueires para 680.210,50 alqueires no mesmo período e a produção de café em arrobas decresceu de 73.045.792 em 1931-2 para 59.029.982 em 1936-37. Na região de Ribeirão Preto só no ano de 1938 haviam sido cortados e abandonados cerca de 80 milhões de pés de café. De 1935 a 1944 haviam sido deliberadamente destruídos 547.969.980 pés de café em todo Estado. (4) Tal eliminação, foi possível e viável graças a uma remuneração feita pelo governo aos cafeicultores na destruição de seus próprios cafezais.

A erradicação vinha eliminar, sobretudo, aqueles cafezais de rendimentos menores. Tanto a erradicação como a valorização do café interessavam ao fazendeiro. A valorização aumentava os preços do café e mantinha a lucratividade do cafezal de bom rendimento; com isso, o café que era erradicado em alguns municípios era mantido ou expandia-se em outros.

Dos 270 municípios paulistas da década de 30, apenas 42 municípios produtores de café possuíam uma produtividade superior a 44 arrobas por mil pés. No final dos anos 30, o rendimento médio por mil pés de café em Jardinópolis era de 30 arrobas, quase dez vezes menos do que havia sido em 1909-10. (5)

---

(3) O 9º distrito segundo a Divisão do Estado de São Paulo de acordo com o serviço de Estatística Agrícola e Zootécnica de 1931-32, compreendia os municípios de Agudos, Anhemby, Araçatuba, Avahy, Avanhandava, Bauru, Botucatu, Biriguy, Bocayuva, Cafelandia, Coroados, Duartina, Galia, Glycerio, Garça, Iacanga, Itatinga, Lençóis, Lins, Marília, Pennapolis, Pirajuhy, Piratininga, Presidente Alves, Promissão e São Manoel.

(4) Estatística Agrícola e Zootécnica, 1930 e 1938- Segundo esta publicação, um ano corresponde ao período compreendido entre agosto de um determinado ano a julho do ano seguinte.

(5) Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1937 a 1938

Em todo Estado os decréscimos constantes na produtividade aos cafeeiros eram devidos tanto à idade dos cafezais como às condições de solos menos favoráveis do chamado Oeste Novo. A esses decréscimos, algumas vezes associava-se o desenvolvimento de pragas que se alastravam dada a precária limpeza dos terrenos. A necessidade de se reduzir os custos de produção levava o fazendeiro a empregar menos trabalho. A deficiente limpeza dos terrenos após a colheita deixava grãos apodrecidos, folhas e ramos acumulados junto ao pés de café propiciando ambiente para o desenvolvimento de pragas e, assim, comprometendo a produtividade.

> "A queda dos preços de café deveria afetar tanto mais o nível de lucratividade do capital investido pelos fazendeiros quanto menor possibilidade tivessem de reduzir os seus custos de produção...
> Ocorre que as diferenças de lucratividade entre os capitais particulares aplicados na produção do café eram grandes. Como a tecnologia utilizada na produção era mais ou menos homogenea no Oeste Paulista, a rentabilidade dos capitais empregados pelos diferentes fazendeiros dependia da produtividade dos seus cafezais, produtividade que resultava, basicamente, da qualidade dos terrenos e da idade dos cafeeiros." (SALLUM JÚNIOR: 1981; 114)

Em Jardinópolis, conforme observamos anteriormente, o tempo de vida dos cafezais comprometia sua produtividade apesar desta ser, em meados dos anos 30, maior que a produtividade média do Estado que era de 35 arrobas e, maior que da região, da ordem de 34 arrobas. (6)

Com a fixação de imposto proibido para o plantiode novos cafezais em 1931 e sua posterior proibição, os pés de café de Jardinópolis com menos de quatro anos,que em 1931-2 representavam apenas 5% dos cafezais, passaram a representar apenas 1,5% dos pés de café existentes em 1937-8. O mesmo repetia-se no Estado; no início da década de 30, os novos cafezais representavam 16,7% dos pés de café mas, cinco anos após, eram apenas 3,1% significando que já não se ronavavam os estoques cafeeiros. (7)

---

(6) Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1930 a 1983

(7) Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1930 a 1938

TABELA V
JARDINÓPOLIS, 1931-1938
PRODUÇÃO CAFEEIRA

	1931/32	1934/35	1937/38	Δ% 1931/38
Cafeeiros em Produção	7.237.144	6.052.200	6.652.800	-8,1
Cafeeiros Novos	355.300	80.000	—	—
Cafeeiros Abandonados	137.000	308.000	895.200	553,4
Área Cultivada (ha)	4.361	3.610	3.612	-17,2
Produção (arrobas)	495.617	274.237	187.830*	62,1**
Produção Média por Mil Pés (arrobas)	69	45	28*	-59,4*

(*) O dado refere-se ao ano agrícola de 1935/36
(**)Calculada a variação entre os anos de 1931/32 a 1935/36
Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica, 1930 a 1938.

Durante os primeiros quarenta anos deste século, Jardinópolis praticamente manteve o mesmo estoque de cafeeiros, com uma curva descendente de produtividade e produção. Como apontamos anteriormente, 99% dos pés de café tinham mais de 40 anos em 1940.

A persistência dos cafezais no município chegou até meados desse século. Só então podemos falar num refluxo significativo. Em 1950, os cafeeiros já estavam reduzidos à metade dos de 1938 - 52,3% - data em que o número de pés do café começou a se tornar cada vez menor. Em 1910 havia 6.155.900 de pés de café em produção, em 1938 ainda 6.652.800 que passaram a 3.481.775 em 1950 e, a 1.574.567 em 1960.

Durante os anos trinta, embora tivessem sido abandonados cerca de um milhão e meio de pés em Jardinópolis e os pés de café residuais representassem uma produtividade média inferior a 80% comparada com a de 1910, velhos cafeeiros chegaram até os anos cincoenta.

A produção de café continuava a ser altamente concentrada. Havia 21 fazendas em 1938 com mais de 100.000 pés de café cada uma, totalizando 64,1% dos cafeeiros do município. Es

se quadro não havia se alterado desde 1914 quando 18 fazendas , cada uma com mais de 100.000 pés, representavam 61,8% dos cafeeiros em produção. Os Guimarães, Pereira Lima, Meirelles, Uchoa... mantinham a tradição de importantes cafeeicultores. (8)

Durante esses anos Cândido Pereira Lima havia se tornado o principal cafeicultor de Jardinópolis. Já em 1903 residia na fazenda Porangaba que nesta época já era uma grande fazenda com maquinaria moderna movida a vapor para o beneficiamento de café e também do milho, com uma centena de casinhas de colonos e com 500 alqueires de pastos criados de capim - gordura para suas 300 cabeças de gado. A linha Mogiana atravessava a fazenda servindo-a com uma estação, a de Porangaba. Em 1914 era o quarto produtor de café do município; dos 301.000 cafeeiros que possuía neste ano, passou a ter 1,5 milhões em 1938, um quarto dos pés de café do município distribuidos pelas fazendas: Soledade, Porangaba, Cresciuma, Santa Quitéria, Barracão, Santa Clara e Morro da Pedra. (9)

A fazenda São Jerônimo e a Mata da Chuva, num total de meio milhão de pés de café em 1938, pertenciam a seu genro, Joaquim Marçal Ferreira Rosa; aliás, outros de seu filhos - Candido e Humberto - também haviam contraído matrimônio com os Rosa. Estreitavam-se os laços familiares, eram mantidos os cafezais e a propriedade da riqueza.

Não era apenas a produção mas também o processo de beneficiamento que era concentrado nas maiores fazendas. Em 1938 havia 29 propriedades rurais - num total de 169 - com máquinas de beneficiamento, sendo que cerca da metade destas propriedades eram de grandes cafezais. Ensacado, o café era escoado pelo con

---

(8) Entre 1931 e 1938 foram abandonados 1.340.300 pés de café, significando 20,2% dos pés em produção de 1938. A produção média em 1936 era de 30 arrobas por mil pes enquanto que em 1910 era de 128. (Estatística Agricola e Zootécnica - 1930 a 1938)

(9) O Café. Estatística de Produção e Exportação, 1914.
Relação dos cafeicultores do Estado de São Paulo, 1941.Boletim da Superintendencia dos Serviços do Café do Estado de São Paulo, (separata) Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, São Paulo.

junto de estações da Mogiana. O movimento do embarque das sacas era maior em Jardinópolis, Sarandi e Porangaba, onde 135 fazendas faziam seus despachos. Por estas estações ou por Cândia, Guayuvira, Entroncamento, Visconde de Parnaíba, Brodosqui e Cresciuma, 78,7% das fazendas não tinham que percorrer mais de 6 km para procederem ao embarque de sua produção. (MAPA II)

Embora toda a história da cafeicultura fizera-se acompanhar das oscilações internacionais do capitalismo mundial e, tendo sido a produção do café o setor mais diretamente suceptível ao movimento geral do capital - dada a vinculação estreita com o mercado externo - a capacidade relativamente maior de rentabilidade da cafeicultura no oeste e, no caso, em Jardinópolis, havia tornado possível a manutenção por mais tempo, da lavoura cafeeira.

Analisando a agricultura paulista na década de 30, Ângela Kageyama aponta que:

> "o declínio da cafeicultura se fez evidente em todo o estado, acentuando-se na segunda metade da década. No entanto, o seu ritmo é menos intenso na Zona Central e na região de expansão da fronteira onde a atividade cafeeira mantinha ainda uma certa vitalidade, em comparação com as demais regiões" (KAGEYAMA: 1979; 110). (10)

A produtividade dos cafezais de Jardinópolis, embora maior que a produtividade média do Estado, era, como dissemos, declinante. As restrições impostas aos novos plantios e o suporte dado pela política de valorização do café haviam contribuído para a manutenção e persistência dos velhos cafezais e da cidade. Dos investimentos feitos nos cafezais e nos equipamentos urbanos a cidade perpetuava se, esvaziando-se cada vez mais de riqueza e trabalho e transformando suas atividades de acordo com o ritmo imposto pela cafeicultura e pelo desenvolvimento industrial que avançava no Estado.

(10) Segundo a regionalização adotada por Kageyama, a Zona Central corresponde, a grosso modo, ao que chamamos de oeste. A autora baseou-se no mesmo critério de expansão da cafeicultura proposto por Sérgio Milliet, em 1939, no seu livro "O Roteiro do Café e outros Ensaios" op. cit., acrescentando, porém, algumas alterações

Não só não se renovavam os estoques da produção cafeeira como também a própria cidade. (11) Persistiam os mesmos cafezais, persistia a mesma cidade. Aquelas condições gerais da produção cafeeira que se materializavam na produção da cidade desde os primeiros decênios deste século guardavam a mesma identidade dos cafezais do município; ou seja, também não se renovavam. Do mesmo modo que se extraía da vida dos velhos pés de café a riqueza também se utilizava dos equipamentos urbanos aglomerados na cidade produzidos anteriormente, quando da expansão da cafeicultura no município. A utilização, quase que sem renovação, dos mesmos equipamentos urbanos pouco modificados ou ampliados - tanto em qualidade como em quantidade - reflete o fato de que a produção conhecia um processo de desenvolvimento substantivamente diferente daquele que havia promovido o crescimento da cidade.

Embora no município em estudo as transformações tivessem sido mais lentas dada a permanência da rentabilidade do setor cafeeiro, essas se fizeram sentir na medida em que a economia como um todo se alterava. Havia se gestado nas sucessivas crises da cafeicultura um avanço no desenvolvimento industrial e uma reordenação da agricultura paulista. Diversificava-se a agricultura paulista voltada para o mercado externo e interno e eram colocadas novas exigências em matéria-prima pela indústria que, desde o encilhamento, no final do século passado, conhecia um fluxo concentrador na capital.

Redefinia-se a economia paulista como um todo. Em 1940, 70,76% dos produtos exportados diziam respeito a uma diversidade de mercadorias. A situação era inversamente oposta aos anos 20 quando predominava o café na pauta de exportação. (Gráfico II)

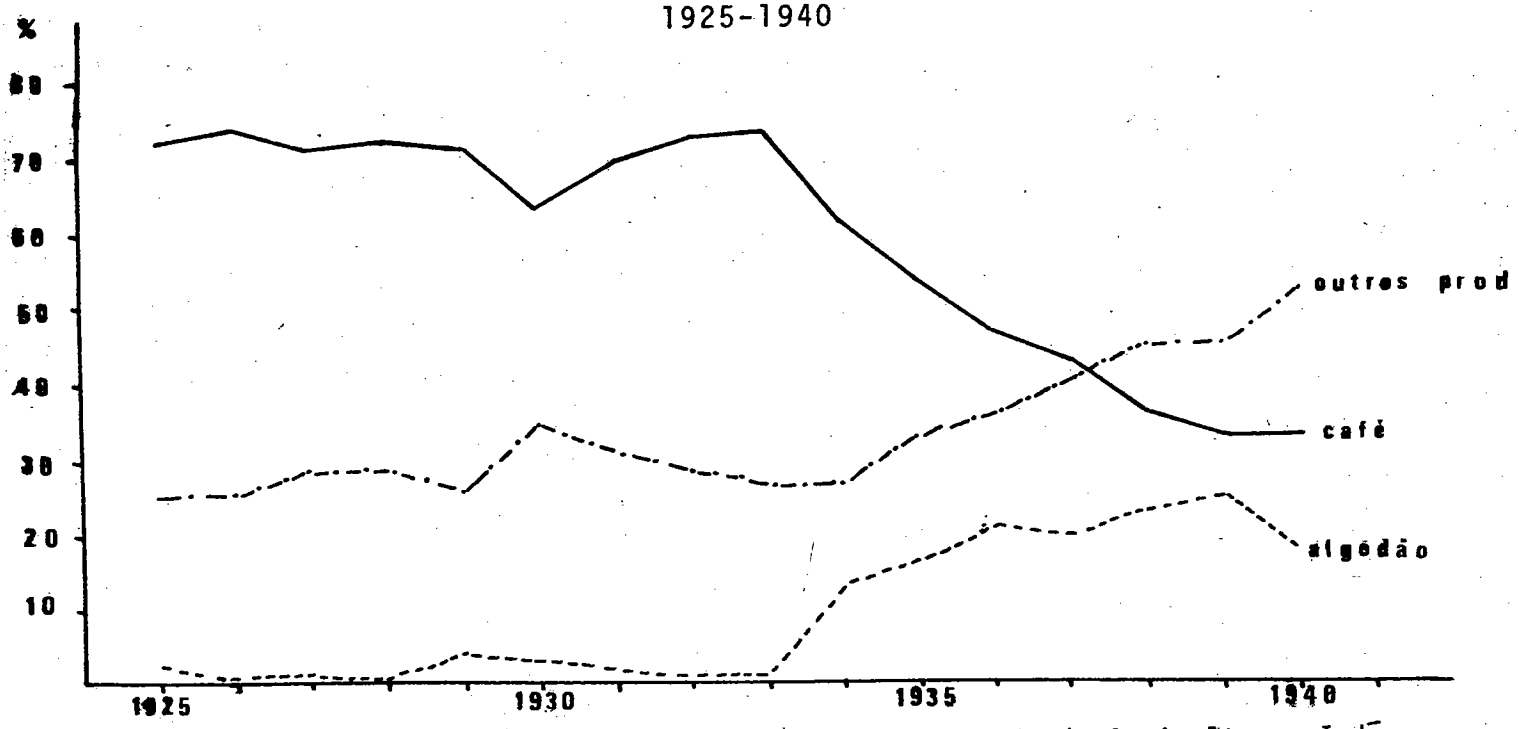
---

(11) Para Marx, os estoques podem aparecer como capital produtivo, mercadoria ou, ainda, como fundo de consumo individual. "Estoque sob a forma de capital produtivo existe na forma de meios de produção que já se encontram no processo de produção ou pelo ao menos nas mãos do produtor de maneira latente no processo de produção."(MARX: Livro II; 144)

GRÁFICO II

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

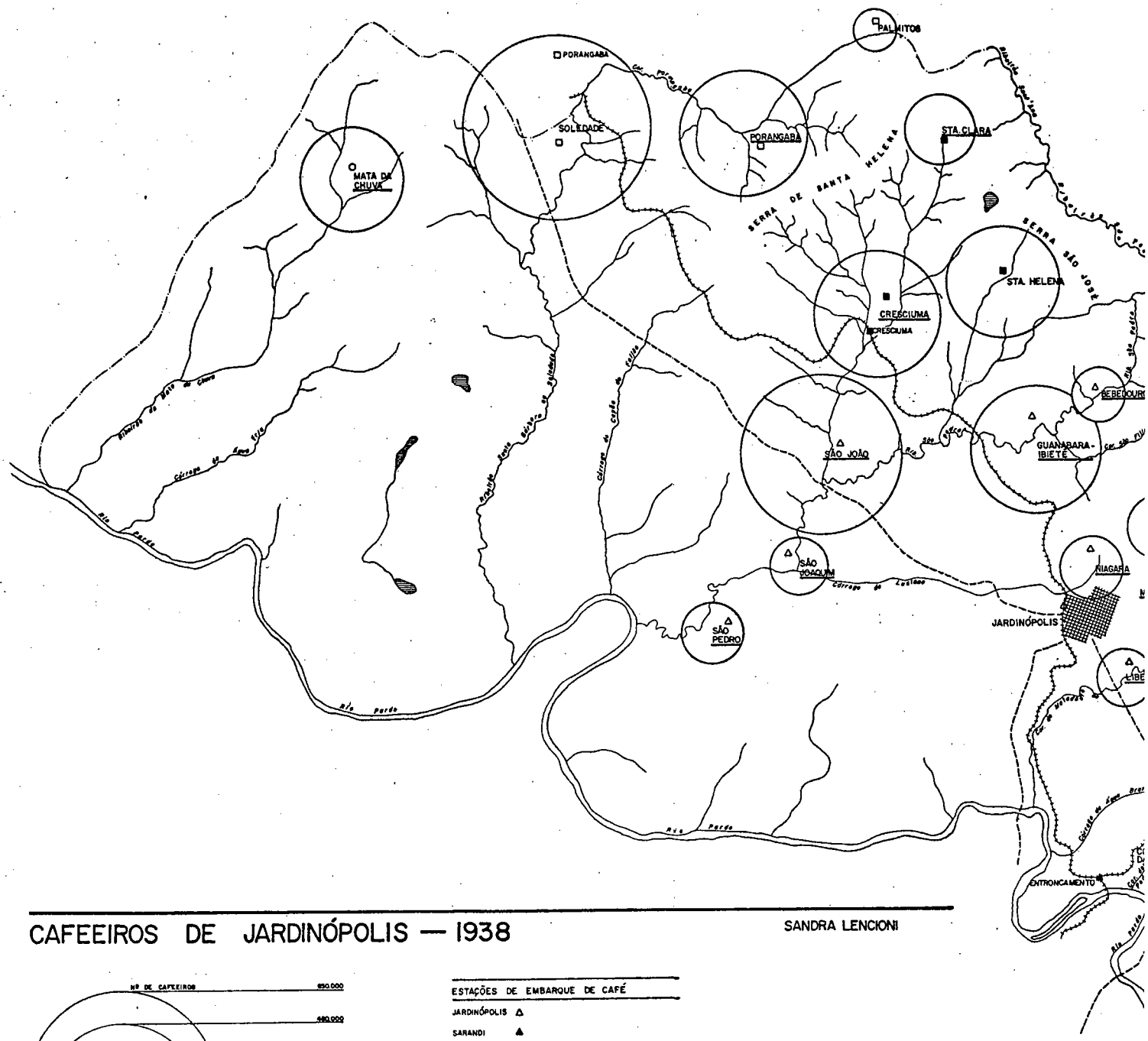
1925-1940



Fonte: Boletim da Agricultura, 1939 e 1940. Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo. Série 40 e 41, números unicos.

De um lado, a diversificação dos produtos exportados e o crescimento da produção de alimentos para a população que se urbanizava e, de outro lado, a perda da importância do café na pauta de exportações vinham acompanhados de um desenvolvimento industrial. Gerada nos interstícios das relações mercantis do café e disperso territorialmente, o processo de industrialização acabou por concentrar-se na capital, na cidade de São Paulo.(13)

(13) Diversos autores procuram explicar o processo de industrialização e concentração em São Paulo. Num artigo, José de Souza Martins aponta que a "gênese da indústria brasileira deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise". (MARTINS: 1979; 106) Contrapõem-se à posição de Celso Furtado, Roberto Simonsen e Antonio Barros de Castro que explicam o processo de industrialização como resultado da substituição de importações e, opõe-se também ao enfoque de Warren Dean que dá relevância à habilidade empresarial dos importadores Martins considera também pouco provável a tese de Sergio Silva de que a indsutria tivesse já nascido como grande indústria.



CAFEEIROS DE JARDINÓPOLIS — 1938

SANDRA LENCIONI

Nº DE CAFEEIROS

850.000

480.000

300.000

100.000

30.000

0

ESTAÇÕES DE EMBARQUE DE CAFÉ

JARDINÓPOLIS △

SARANDI ▲

PORANGABA □

CRESCIUMA ■

CÂNDIA ○

MÁQUINAS DE BENEFICIAMENTO

CASCATA — COM MÁQUINA

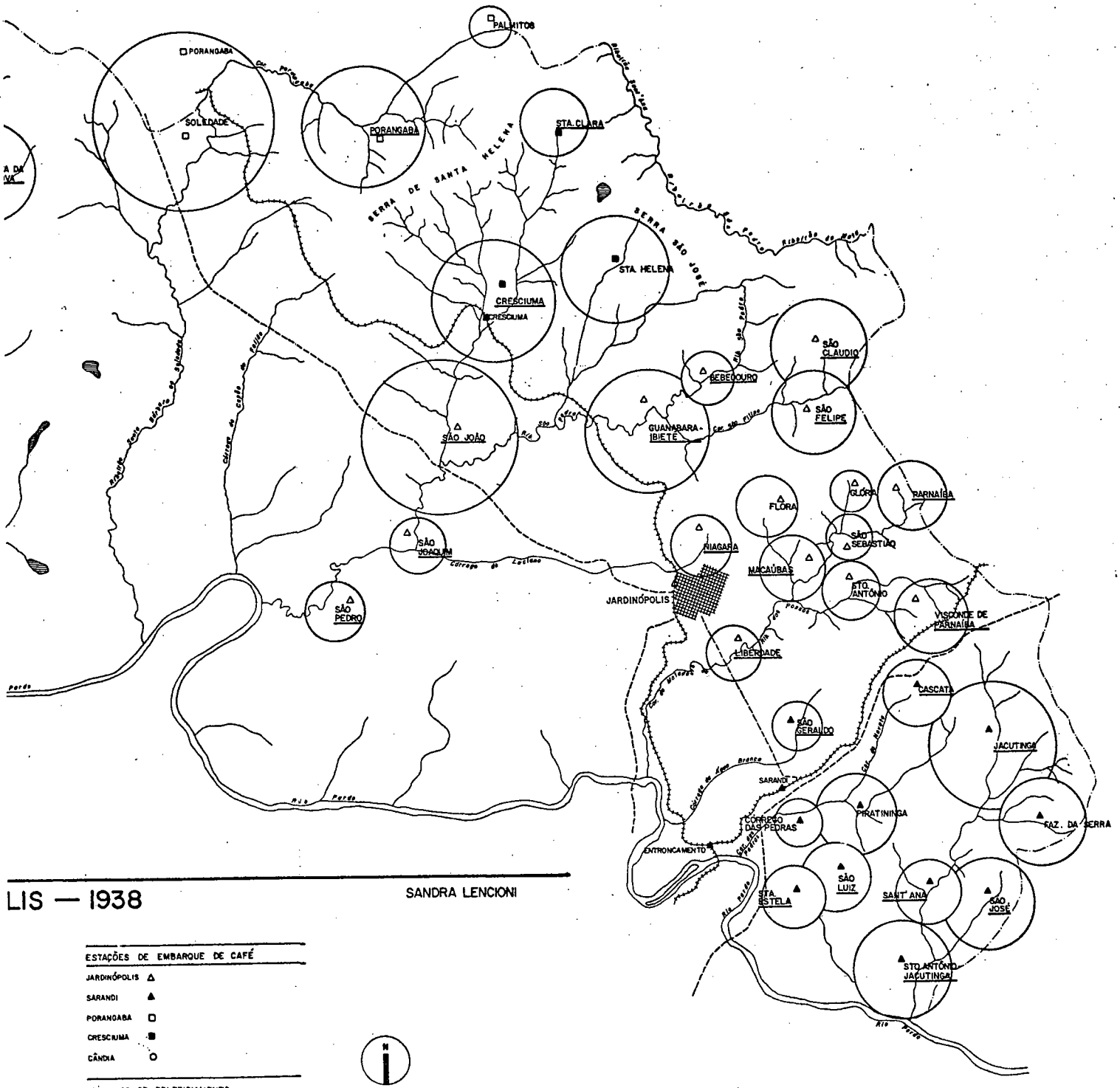
GLORIA — SEM MÁQUINA

N

0 500 1000 1500 2000 m

000 - ESTÃO REPRESENTADOS CERCA DE 90% DOS CAFEEIROS DE JARDINÓPOLIS EM 1938

FONTE: RELAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO E.E.P., BOLETIM DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO 1941



LIS — 1938

SANDRA LENCIONI

ESTAÇÕES DE EMBARQUE DE CAFÉ

JARDINÓPOLIS △
SARANDI ▲
PORANGABA □
CRESCIUMA ■
CÂNDIA ○

MÁQUINAS DE BENEFICIAMENTO

CASCATA — COM MÁQUINA
GLORIA — SEM MÁQUINA

N

0 500 1000 1500 2000 m

OBS.: ESTÃO REPRESENTADOS CERCA DE 90% DOS BATEDORES DE JARDINÓPOLIS EM 1938

FONTE: RELAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO E.S.P., BOLETIM DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DO CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO 1941

II

Em 1936 a maior parte do capital industrial - 85% - concentrava-se em somente 4% das indústrias paulistas, as quais, se localizavam na capital. (14)

A análise da expansão industrial paulista revela a projeção das indústrias texteis e quase na mesma proporção a de produção de alimentos. Em 1938, esses dois ramos eram responsáveis por grande parte da produção industrial paulista, as indústrias texteis com 24%, a de produtos alimentares com 22%, as de preparação de metais, fabricação de máquinas, aparelhos e instrumentos com uma participação de 13% e, contribuindo com 10%, as químicas e as de vestuário, artigos de fios e tecidos e objetos de toucador. As demais - madeiras, serrarias, móveis, materiais de construção, cerâmica, couros e peles e diversas - eram responsáveis por 24% da produção. (15)

Analisando a expansão da indústria paulista, José Carlos Pereira aponta que a desvalorização, tanto interna como externa da moeda brasileira e o deficit de nossa balança de pagamentos se de um lado diminuiu o nível geral de renda, de outro fez com que a rentabilidade do setor cafeeiro decaísse vertiginosamente concorrendo para que capitais disponíveis afluíssem para a indústria, consolidando-a.

> "Particularmente as indústrias de bens de produção foram afetadas favoravelmente. As indústrias mecânicas se desenvolvem, fundam-se novas metalúrgicas e as antigas se expandem. As indústrias químicas e farmaceuticas tomam grande impulso.
> Mas não foram somente os ramos produtores de bens intermediários e de capital que sofreram um crescimento acentuado. É que o decréscimo de produção agrícola para exportação, o desenvolvimento concomitante dos processos de industrialização e urbanização, a expansão das atividades e serviços a eles associados, a instituição de uma legislação trabalhista mais avançada, etc. aumentaram a capacidade aquisitiva da população assalariada, de modo que, além do atendimento do crescimento vegetativo da população, esses ramos contaram com um aumento efetivo da procura . Especialmente a indústria textil, que na década anterior ha

(14) "Novos Problemas Paulistas", O Observador Econômico e Financeiro, 1938 , nº 32, p. 129.

(15) Cf. (SIMONSEN: 1973; 29)

via sofrido séria crise, recuperou-se inteiramente nesses anos, a ponto de em 1936 já estar produzindo o dobro do que antes produzia". (PEREIRA: 1967; 28)

O domínio do capital industrial na reprodução do capital agrícola começou a ditar a produção do espaço objetivando uma crescente escalada de sua integração. O capital integrava, numa nova divisão do trabalho, o território nacional fazendo de cada lugar, intensamente, um lugar ampliado de sua produção nos anos 30, essa integração pode ser exemplificada pela abolição dos impostos interestaduais no sentido de fazer crescer o nível interno das trocas comerciais. Não deixa de ser significativo que o volume físico das mercadorias brasileiras que procuraram os portos nacionais em 1934 tenha sido o dobro do de 1921 , período em que se intensificou a circulação rodoviária. (16)

Não se sustentavam, como dantes e em muitos lugares a auto-suficiência em alimentos e a pequena manufatura; a diversificação agrícola que se impunha numa nova escala significa também uma especialização da atividade em cada lugar impondo novo rearranjo e compartimentação espacial da produção agrícola. Ao mesmo tempo os mecanismos concorrenciais favoreciam as atividades de maior densidade técnica redefinindo a produção industrial em cada lugar. Esses rearranjos é que explicam porque decadência do café não significou um retrocesso à economia de subsistência mas um avanço em outra direção, uma nova inserção na divisão territorial do trabalho. Em Jardinópolis, significou a introdução do cultivo do algodão e da criação de gado.

Durante os anos 30 manteve-se praticamente inalterada a estrutura fundiária do município. Durante esses anos, como em 1905, a maior parte dos estabelecimentos rurais eram pequenos compondo uma parcela bastante restrita em área. (17) Por

(16) "Novos Problemas Paulistas", op. cit., p. 128

(17) Em 1905, a maior parte dos estabelecimentos poderia ser considerada pequena, não ultrapassando 24,2 alqueires. 61,83% dos estabelecimentos possuíam menos de 10 ha. (CAMARGO, op. cit)

outro lado, em poucos estabelecimentos concentravam-se grandes porções de terras.

TABELA VI
JARDINÓPOLIS, Década de 30
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO CATEGORIAS DE ÁREAS

Área (HA)	1931/32		1934/35		1937/38	
	Nº ABS	%	Nº ABS	%	Nº ABS	%
até 10	89	44,5	119	52,7	142	50,2
de 11 a 25	37	18,5	40	17,7	47	16,6
de 26 a 50	21	10,5	19	8,4	32	11,3
de 51 a 100	23	11,5	18	8,0	22	7,8
de 101 a 250	17	8,5	18	8,0	20	7,1
de 251 a 500	6	3,0	7	3,1	11	3,9
de 501 a 1000	3	1,5	3	1,3	6	2,1
de mais de 1000	4	2,0	2	0,9	3	1,1
Total de estabelecimentos	200	100,0	226	100,0	283	100,0

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica - 1930 a 1938.

Observando a estrutura fundiária na década de 30 apresentamos uma argumentação que corrobora a idéia da concentração de terras em Jardinópolis, muito embora, também tivesse crescido a número absoluto de propriedades com menos de 50 ha. Supondo que em 1931/32, ao primeiro extrato em área correspondessem os estabelecimentos de 10 ha - superestimando-os - e que aos dos último extrato os estabelecimentos tivessem 1001 ha - subestimando - os - teremos a relação de 890 ha para 4004 ha, significando que cerca de metade dos estabelecimentos de Jardinópolis possuíam uma área bastante restrita no município pois, compreenderiam a menos de 1/4 de área de apenas 4 propriedades. De maneira geral podemos dizer que estas estimativas podem ser generalizadas para os outros anos.

Essa dinâmica na estrutura fundiária acompanhou as transformações da agricultura a medida em que se avançava em di

reção aos anos 60 quando os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 500 ha, que poderíamos chamar de médios, configuraram uma área semelhante à das grandes propriedades embora apresentassem em número, 16% dos estabelecimentos e, os maiores de 500 ha, apenas 2,7 do número total (18)

Velhos cafezais ainda produtivos, a erradicação de pés de café e o desenvolvimento da pecuária haviam tornado possível a manutenção da estrutura fundiária organizada durante a expansão cafeeira.

O crescimento do número e área dos estabelecimentos havia significado para os colonos acesso à uma propriedade territorial de pouca expressão. Embora em 1934 o número de propriedades pertencentes a estrangeiros fosse maior que o número de propriedades de brasileiros, a área dos estabelecimentos dos estrangeiros significava apenas cerca de 1/4 dos ha de Jardinópolis. Apesar de alguns terem tido acesso à propriedade da terra, os valores que essas representavam eram bem menores do que aqueles referentes aos estabelecimentos de propriedade de brasileiros. De 1924 a 1934, em dez anos portanto, tanto o número de propriedade pertecentes aos imigrantes como o seu valor relativo aumentaram, embora pouco tenha se alterado a expressão econômica dessas propriedades. (19)

Havia, em 1938, muitas propriedades com menos de 10.000 pés de café. O cafezal do município estava basicamente nas 21 grandes fazendas de café - 7,4 das propriedades rurais - cada uma com mais de 100.000 pés. Essas 21 grandes fazendas possuíam 70% dos cafeeiros de Jardinópolis. Os dados de 1944 indi

(18) Em 1960 havia 119 propriedades de até 10 ha de um total de 414, que significavam a cifra pouco expressiva de 1,8% da área dos estabelecimentos rurais. Os extratos compreendidos entre 100 e 500 ha, num total de 66 estabelecimentos, perfaziam 32,4% da área das propriedades e os extratos de 1000 e 5000 ha, 37,8%, muito embora neste último caso englobassem apenas 11 estabelecimentos. (Censo Agropecuário - 1960 - FIBGE)

(19) Em 1924 pertenciam a imigrantes 81 propriedades de um total de 179, representando 13,7% do valor dos imóveis rurais. Em 1934, havia 123 propriedades pertencentes a estrangeiros significando 54,2% do total de propriedades e 23,9% do valor das propriedades. (CAMARGO, op. cit. e Estatística Agrícola e Zootécnica, 1933/34).

cam mudanças: neste ano as maiores fazendas - agora em número de 15 - compunham 51,6% dos cafeeiros do municípios. (20)

TABELA VII
JARDINÓPOLIS, 1934
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA POR NACIONALIDADE

Nacionalidade	Nº	Valor	Área (alq)
Brasileiros	104	7.652:200$000	9.857
Estrangeiros	123	3.682:400$000	3.095
Total	227	11.334:600$000	12.952

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica, 1933/34

O valor imobiliário era dado pelo número de pés de café e os cafeeiros nas propriedades dos imigrantes eram poucos expressivos. Em 1927, por exemplo, apenas 15,4% dos cafeeiros estavam nas propriedades de estrangeiros. (21)

Basicamente a riqueza estava concentrada nas grandes propriedades de alguns poucos; o café era plantação de rico, de locais privilegiados dos espigões e exigente de muito trabalho. A produção de alimentos e o trabalho familiar era muito comum entre aqueles que aqui chegaram e se tornaram proprietários. Os grandes proprietários não eram, em geral, ex-colonos.

O colonato, relação basilar de trabalho por onde transcorreu a expansão cafeeira havia se transformado, dando lugar às relações de produção onde o enfrentamento do proprietário com o trabalhador passava, cada vez mais, pela mediação do dinheiro. Diversificava-se a agricultura ao mesmo tempo em que se urbanizava a população e se intensificava o processo industrial.

Jardinópolis era uma peça nesta nova engrenagem que

(20) Relação dos Cafeeicultores do Estado de São Paulo, 1944.

(21) Relatório da Agricultura, 1927 - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

de produtora de café para o mercado externo passava a atender esse mercado também com algodão e se voltava para o mercado interno no fornecimento de algodão como materia-prima para a indústria textil e também em termos de produção de alimentos, em particular, pela crescente produção de mangas.

Levando em consideração os dados de Jardinópolis vemos que só a partir de 1950 o dinheiro começa a aparecer mais como o mediador direto entre o dono da terra e o trabalhador. Naqueles tempos em que o proprietário da terra permitia ao colono plantar entre a leiras do cafezal ou nos terrenos menos férteis não ocupados pelo cafezal, o trabalho da roça, como vimos, não aparecia aos olhos do colono como um sobre trabalho; ele encobria a exploração do proprietário na medida em que esse trabalho, necessário à reprodução do colono e de sua família, é que aparecia como trabalho excedente e não o trabalho no cafezal. Quando o proprietário não mais cedia a terra ao trabalhador a exploração tornava-se cristalina a seus olhos, na medida em que ele passava a ver todo o fruto do seu trabalho ser dividido entre ele e o proprietário da terra. Tornava-se transparente o pagamento da renda da terra em produto e a exploração aparecia mais límpida ainda quando a relação entre eles mediatizava-se pelo dinheiro.

Criado em Cresciuma um atingo meeiro contou:

> "Lá, na época que eu tava lá, comecemos de colono, mexendo com café. Depois, nóis fomos meeiro; tocava a terra à meia e... mudemos em todas as fazendas também...
> O meeiro... tinha animal, tinha de tudo pr'a tocá a terra, então plantava arroz, milho... algodão. Quando era no fim, quando... das colheitas, então repartia metade da fazenda e metade do meeiro. Então, aquela parte que sobrava pr'a gente, então a gente pagava adubo da parte da gente, a semente e o que sobrava então era data do meeiro". (Severino)

Torna-se relevante lembrar que a remuneração em dinheiro esteve sempre presente na nossa economia, mesmo nos interstícios da escravidão, como também é importante lembrar que o

trabalho remunerado em produto também se faz até hoje. Isto significa dizer que as relações sociais de produção estão mesclados de diversas formas e que o predomínio de uma não significa exclusão de outras. Convém esclarecer que quando falamos em colonato não significa que estamos generalizando esta relação de trabalho para aquele momento, apenas que no caso específico que estamos estudando era a forma de trabalho predominante.

As relações de trabalho vão se transformando num desenrolar que torna impossível dizer quando uma forma determinada de produção termina e outra começa. A nossa preocupação é mais a de priorizar a direção da transformação do processo de trabalho, do que comparar as suas formas.

O decréscimo de parceiros relativamente maior que o decréscimo de empregados - o primeiro variando em 61,9% e, o segundo, em 24,3% entre 1950 e 1960 indica que a mediação do dinheiro se fez cada vez mais presente na relação entre proprietário e trabalhador. (22)

TABELA VIII
JARDINÓPOLIS, 1950 e 1960
NÚMERO DE PARCEIROS E EMPREGADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

	1950	1960	Δ % 50-60
Parceiros	1.068	407	-61,9
Empregados (23)	3.072	2.325	-24,3

Obs:- Os critérios na definição de categorias referentes ao trabalhador rural no censo de 1940 são diferentes ficando prejudicada uma comparação nestas três décadas.

Fonte: Censo Agropecuário, 1950 e 1960 - FIBGE

(22) Segundo o artigo nº 1410 do Código Civil Brasileiro chama-se de parceira agrícola "quando uma pessoa cede um prédio à outra, para ser por ele cultivado, repartindo-se os frutos entre as duas, na proporção que estipularem".

(23) São considerados empregados, segundo o censo, aqueles que recebem pagamento em dinheiro pelo trabalho e, quando recebem pagamento em dinheiro e produto percebem a maior parte em dinheiro.

Pela mediação do dinheiro produzia-se um homem posto cada vez mais em função da mercadoria. Essa monetarização acabaria por significar o crescimento de necessidades a serem satisfeitas no mercado e, consequentemente, uma progressiva alienação do trabalho, na medida em que este passava a ser menos uma satisfação de necessidades para ser, cada vez mais, um meio de satisfazê-las. O desenvolvimento das relações sociais de produção significava comprometimento da pouca liberdade do homem.

Essas alterações vieram acompanhados, de um lado, pela incorporação de terras novas para o cultivo e pastagem intensificando-se o uso produtivo do solo, de outro, pela mudança de uma paisagem marcada pelas culturas permanentes para uma paisagem de culturas temporárias. A porcentagem da área cultivada com café correspondendo a 60,8% das áreas de cultura em 1920 passou a representar 25,6% em 1960. Neste último ano o número de pés de café havia se restringido em 80% em relação aos anos 20. (24)

Jardinópolis não era tradicionalmente apenas conhecido pelo café. Chamado popularmente de terra de "boca amarela", era grande centro produtor de mangas; já em 1926 era responsável por 10% da produção do Estado. Quase toda produção provinha de uma dúzia de fazendas, ressaltando-se os manguesais de Antonio Uchoa Filho responsável por um terço da produção do município. (25)

A não padronização dos dados, ora apresentando a produção em unidades, cento ou caixas torna difícil dimensionar o incremento de seu crescimento durante vários anos. Mas, nos anos trinta, os anos de transformação agrícola, a produção de mangas que no início dessa década era de 27.730 caixas passou a 58.766 em 1938 fazendo jus ao apelido de Jardinópolis como a ci

(24) O dado de 1920 está subestimado pois naquele ano, conforme CAMARGO, op. cit, havia 179 propriedades rurais. Utilizamos os dados do Anuário Estatística do Café, 1939/40 que aponta 106 estabelecimentos no município para o cálculo da área cultivada com café.

(25) Estatística de Frutas do Estado de São Paulo por Anibal A. Brasil. Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio - Diretoria da Indústria e Commercio, 1926.
PIZZA, op. cit.

dade de "boca amarela". Daí em diante a manga-rosa, espada, bourbon, comum passaram a ser produtos de maior valor comercial, entre as muitas mercadorias do município. Pela lei nº 298 de 27 de outubro de 1948 a Prefeitura Municipal chegou instituir a Festa da Manga.

Paulatinamente desenvolveu-se a produção de alimentos para o mercado interno. (26) A produção de feijão durante os anos 30 cresceu em 30,1%, a de milho, 57,1%, mas foram a produção de arroz e de algodão as principais responsáveis pelo crescimentos das lavouras.

A produção de arroz passou de 9.180 sacas em 1924 para 15.904 em 1931 e depois 38.002 sacas em 1938, significando um crescimento de cerca de 300% em 14 anos. No entanto, a medida em que crescia essa produção no município, decrescia o volume do produto aí transformado industrialmente. Em 1931, cerca de 70% do arroz era ai beneficiado; em 1938, limitava-se apenas a 11,6%.

O processo de transformação industrial especialmente concentrador tornou o município apenas produtor de arroz enquanto matéria-prima. Das 5 máquinas descascadoras de arroz em funcionamento em 1924 passou-se a 2 em 1935 e em 1938 restava apenas uma na cidade. (27)

A concentração do beneficiamento dos produtos agrícolas era acompanhada pela ampliação do mercado desses produtos.

---

(26) A dimensão do mercado interno durante a primeira metade do século deve ser colocada em seus devidos termos. Se de um lado a maior parte da população rural do Brasil estava praticamente à margem da esfera comercial e a terça parte da classe operária era de mulheres com um salário que era metade do salário médio masculino, 130$000 contra 250$000, conforme dados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários; para a década de 30, de outro, era o Estado paulista, em particular a cidade de São Paulo, o principal mercado desses produtos. (Novos Problemas Paulistas, op. cit., p. 129).

(27) Em 1931/32 Jardinópolis produziu 5.334 sacas de feijão, em 1937/38 a produção foi de 7.630 sacas. Foram produzidos 42.235 sacas de milho em 1931/32 e 66.540 sacas em 1937/38. (PIZZA, op. cit. e Estatística Agrícola e Zootécnica, 1930/38)

A crescente industrialização requeria cada vez mais matérias-primas. O algodão foi, tanto para o mercado externo como para a indústria textil nacional, a principal alternativa pós crise de 29 e, aos poucos, o Estado de São Paulo foi se projetando como importante produtor.

> "... entre os doze Estados Algodoeiros, São Paulo occupava, ainda em 1931, o décimo lugar, com 35.500 quintaes, contra os 230.000 do primeiro, que era a Parahyba. Em 1934, já occupava o primeiro lugar com 1.022.960 quintaes, contra os 389.980 do segundo, que era também a Parahyba". (AMARAL: 1939; 269)

Embora a produção do algodão até os anos 30 estivesse sobretudo no Nordeste e muitas fábricas de fiação e tecelagem se espalhassem por todo o território nacional, em 1915 a indústria textil já estava concentrada no Sudeste, particulamente em São Paulo, onde aí havia 49 fábricas, 17.812 operários, 12.743 teares e 378.138 fusos. Em segundo lugar estava Minas Gerais com suas 43 fábricas, 8.234 operários, 4.245 teares e 127.582 fusos.

Produzir algodão tinha sido atividades antiga dos paulistas quando da guerra de Secessão dos Estados Unidos. Nos meados do século XIX havia se desenvolvido e entrado em decadência a cultura algodoeira voltada para o mercado externo, respondendo à demanda das indústrias européias, em particular a inglesa. Naqueles anos, atraídos pela alta dos preços do algodão no mercado internacional muitos plantadores de café ocuparam-se também do algodão. Nos anos 30, inverteram-se os termos. Algodoais substituíram muitos cafezais, não mais apenas em função do mercado externo mas, também do atendimento das novas fábricas de tecidos que surgiam em São Paulo. (28)

---

(28) Não devemos entender que essas indústrias sejam as primeiras fábricas de São Paulo. No início do século XIX, em 1813, o Príncipe Regente havia expedido alvará para funcionamento de uma fábrica de tecidos em Santos cujos "últimos registros conhecidos que comprovam seu funcionamento datam de 1827". (CANABRAVA: 1951; 275). Durante o suto algodoeiro dos meados do século XIX desenvolveram-se algumas fábricas de fiação e tecelagem junto aos centros de produção de matéria-prima que produziam algodão grosso.

Em 1915 foi criado o Serviço de Algodão; em 1918 , o decreto 12.957 de 10 de Abril, estabelecia medidas para evitar a importação de sementes de algodão sem expurgo prévio e em 1920, o decreto nº 14.474 abria crédito para o combate à largata rosada que prejudicava as colheitas do Sudeste. (29)

> "A luta do algodão em São Paulo não consistiu apenas em cuidar da terra e lançar as sementes para depois fazer a colheita: ela foi antes, uma campanha de laboratório, vivida muito especialmente no Instituto Agronômico de Campinas, onde foram selecionadas qualidades excepcionais pela sua resistência, pelo volume da produção e pelas qualidades da fibra.
> (Observador Econômico e Financeiro: 1948; nº 147, 4 e 5)

TABELA IX
ESTADO DE SÃO PAULO, 1920 e 1945
RELAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA COM CAFÉ E ALGODÃO (ha)

ANO	CAFÉ	ALGODÃO
1920	1.028.673	109.788
1934	1.906.621	294.860
1920-34	85,3%	168,6%
1940	1.228.116	1.416.482
1934-40	35,6%	380,4%
1945	1.302.981	1.657.969
1940-45	6,1%	17,0%
1920-45	26,7%	1.410,2%

Fonte: CAMARGO, op. cit

Cresciam as áreas cultivadas com algodão no Estado e a paisagem dos algodoais em 1940 ultrapassava a dos cafezais. Focalizando Jardinópolis vemos que a produção que em 1931 era de 27 toneladas, três anos após passava a 312 e em 1938 chegava a 1883 toneladas. No entanto, em 1950 os índices voltaram a ser semelhantes aos de 1934, quando foram produzidas 479 toneladas de algodão mas, em 1960 retoma-se os altos índices, com uma produção de 2.819 toneladas.

(29) Cf. (AMARAL: 1939; 264)

Os estoques de algodão amontoados durante a guerra fizeram com que o Banco do Brasil, então o principal agente financeiro desta cultura, suspendesse, em 1947, o financiamento do algodão.

> "... terminada a guerra subiram os preços do algodão e os estoques que tínhamos acumulados encontraram rápida saída; mas em compensação alguma coisa andava mal pelo outro setor; a produção caía, em volume de safra, na produtividade por área e as características nobres da fibra sofriam também: diminuía o comprimento e a resistência". (O Observador Econômico e Financeiro: 1948; nº 147, 5)

Desde 1944, declinavam as safras de algodão no Estado de São Paulo chegando até a ser inferior a 100 mil toneladas, abaixo da demanda das indústrias paulistas de fiação e tecelagem. Os descarossadores de algodão no Estado que passaram de 66 em 1931 para 380 em 1936, refluíram em 1938 para 290. A cultura algodoeira em Jardinópolis só a partir da década de 60 é que retomará aquele impulso que conheceu pós crise de 29.

Ao lado da alternativa do algodão incrementou - se em todo Estado a criação de gado vacum que passou de 307.262 cabeças para 1.957.686 de 1905 a 1931 atingindo 3.484.614 em 1938 (30). Durante a década de 30 os pecuaristas contaram com créditos fáceis junto aos bancos públicos, se comparados com os créditos disponíveis para os agricultores. Aqueles beneficiaram se ainda de tarifas ferroviárias mais favoráveis ao transporte do gado.

As superfícies em pastagens cresciam por todo território paulista. Essas que eram de 19% em 1930 passaram a com por 31% do território de São Paulo no final desta década. Os alqueires plantados com milho dobraram de 1905 a 1931, de 143.383 para 362.073; junto com as forragens, o milho era também utilizado na engorda do gado. (31)

---

(30) Para 1905 e 1931, Estatística Agrícola e Zootécnica, 1930/31; para 1938, Boletim do Departamento Estadual de Estatística Agrícola, 1940, nº 8.

(31) Cf. (MONBEIG: 1952; 277)

As áreas de pastagens no município de Jardinópolis correspondiam, em 1940, a metade da área das propriedades rurais. De 1920 a 1940 o número de cabeças de gado havia crescido 36,4% - 15.632 cabeças para 21.326 - na realidade, de 1934 a 1940 ocorreu uma restrição de 44,7% da área de lavouras do município, cujos terrenos serviram para o pastoreio do gado. (32)

As alternativas encontradas - basicamente a cultura algodoeira - acompanhada de uma produção cafeeira que chegava a ser metade daquela do início do século, não foram suficientes para modificar o sentido urbano de Jardinópolis.

De um lado, a riqueza produzida no campo com os mesmos mecanismos da fase cafeeira continuava a ser captada pelo processo global de reprodução do capital; de outro, essa riqueza, já agora interessando diretamente a acumulação do capital industrial, deslocava-se dados os mecanismos concorrenciais e de localização das atividades industriais induzindo a um processo concentrador no território que privilegiava a capital do Estado e também alguns municípios do interior.

A inserção de Jardinópolis nesta nova divisão territorial do trabalho, como de muitas cidades cafeicultoras que não passaram por um desenvolvimento industrial urbano, tornava cada vez mais distante aquele tempo em que predominava a persistência da paisagem urbana gerada pelo café. As novas condições gerais da produção industrial, materializando-se em algumas aglomerações, acentuavam diferenças e aceleravam mudanças nas conformações urbanas. Recriava-se uma nova diferenciação urbana que dado aos mecanismos de complementariedade aproximava mais as cidades. Tornava-se necessário equacionar melhor os meios de circulação material.

A rede ferroviária montada no complexo cafeeiro, aos poucos foi se obsoletizando, até a situação tornar-se angus

---

(32) CAMARGO, op. cit.

tiante. Em Goias ficaram retidas em 1952, 400.000 sacas de arroz por insuficiência de transporte para São Paulo. Do Triângulo Mineiro ao Rio de Janeiro o escoamento de um saco de feijão levava dois meses e meio; os produtos do Paraná e Rio Grande do Sul, por falta de vagões encontravam dificuldades no escoamento. A imprensa noticiava a angustiante situação ferroviária.

> "as ferrovias brasileiras se têm visto a braços com problemas de despesas de salário e custo de combustiveis e outras matérias-primas... A maioria delas não pode realizar um ajustamento de tarefas, rápido e suficiente, de maneira a poder aumentar as rendas em proporções das despesas de operação. O custo do equipamento, além disso, tanto no Brasil como no estrangeiro aumentou de modo considerável, sem que as ferrovias, paralelamente, se encontrassem em condições de acumular reservas, em valor suficiente para compensar o vulto da depreciação e do envelhecimento do 'material'", ("Aspectos Rodoviários", O Observador Econômico e Financeiro: 1952; nº 194; 78)

Alterava-se a política relativa à circulação material. Odilon Nogueira de Matos nas páginas finais do seu trabalho, "A evolução ferroviária em São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira", afirma que:

> "Construída, pois, atendendo aos interesses e às conveniência dos fazendeiros, a rede ferroviária paulista, no seu aspecto arboricular, dá-nos, hoje, a impressão de total ausência de plano, o que explica que, superado o fundamento econômico que a motivou, pela natural itinerância do café, ou por decorrência de fatores externos que condicionaram o apelo às rodovias, elas tenham se tornado anti-econômicas, praticamente sem função em muitos dos seus trechos, que acabaram sendo suprimidos.
> Não tendo sido reaparelhados para novas funções e não tendo condições para resistir à concorrência das rodovias, acabaram muitas delas se tornando absoletas, entravando o desenvolvimento de regiões (elas que, no início, foram o fator precípuo do progresso...) justificando, enfim a supressão autorizada pela lei 2698 de 27 de Dezembro de 1955. Só no Estado de São Paulo quase mil quilômetros de estradas foram suprimidas, abrangendo 27 trechos, de pequenas estradas, ou de ramais das grandes empresas". (MATOS: 1973; 188)

A reorganização das vias de circulação significava uma opção pelo transporte rodoviário pelo governo estadual desde

Washington Luís, com o conhecido lema: "governar é abrir estradas". Também, o governo federal caminhava na mesma direção ; através do Decreto-Lei nº 8.463 de 27 de Dezembro de 1945 havia criado o Fundo Rodoviário Nacional destinado à construção, conservação e melhoramento das rodovias que faziam parte do Plano Rodoviário Nacional, estando comprometido, também, no auxílio financeiro de outras estradas. As estradas que passavam por São Paulo e faziam parte deste plano eram a BR-2, cujos principais pontos de passagem era Rio-São Paulo-Curitiba-Lajes-Porto Alegre e Jaguarão, a BR-33, que partindo de Santos passava por São Paulo-Araraquara-São José do Rio Preto-Campo Grande-Corumbá e a BR-34 que partia de São Paulo passando por Ourinhos-Porto Epitácio-Rio Brilhante e Porto Murtinho. (33)

As rodovias traçavam caminhos pelo território que se superpunham às linhas tronco ferroviárias não as complementando, pelo contrário, acompanhavam quase que em paralelo e direção do traçado das principais ferrovias. As distâncias, pelo tempo , diminuíram aproximando mais os lugares, com que reduzindo o território apoiadas na difusão dos meios materiais de circulação.

Para chegar à capital saindo de Jardinópolis, podia-se optar pelos antigos trilhos da Mogiana ou pela rodovia Anhanguera. No primeiro caso a distânc a era de 441 km num percurso de 12 horas; no segundo, essa distância caía para 372 km e o tempo médio de viagem não ultrapassava 6 horas. Várias empresas de ônibus, como a Antonio Lamonato e Empresa de Transportes de Passageiros ligavam Jardinópolis a São Joaquim da Barra, Orlândia, Sales Oliveira, Ribeirão Preto e outras cidades da redondeza. Transportadoras locais, ressaltando-se a João Said & Cia Ltda, levavam cargas em direção ao Estado de Góias, Minas Gerais e à Capital paulista. O município se rasgava de estradas vicinais num total de 300 km lineares.

A crescente industrialização, significando diver

(33) "Aspectos Rodoviários", O Observador Econômico e Financeiro, 1952, nº 196, p. 90-112

sidade e concentração de atividades urbanas, implicava no desenvolvimento de fluxos comerciais e no crescimento de algumas cidades ao mesmo tempo em que aglomerações que não se beneficiavam desse processo, como Jardinópolis, sofriam um esvaziamento econômico e político evidenciado na redução do contingente de sua população e no esmorecimento da cidade. A cidade, enquanto materialização das condições gerais exigidas pelo campo, definhava devido ao significativo declínio da produção agrária traduzido pela perda da hegemonia da cafeicultura na economia. Num período de 40 anos o município sofreu um lento esvaziamento provocado, sobretudo, pela diminuição de sua população rural. Urbanizava-se a população em função das alterações no uso da terra e na relação de trabalho no campo.

TABELA X
JARDINÓPOLIS, 1920-1960
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

População	1920	1934		1940		1950		1960	
	NºABS	NºABS	%	NºABS	%	NºABS	%	NºABS	%
Urbana	----	3841	20.7	4067	22.3	4251	29.1	7522	45.3
Rural	----	14752	79.3	14203	77.7	10338	70.9	9092	54.7
Total	18699	18592	100.0	18270	100.0	14589	100.0	16625	100.0

Fonte: CAMARGO, op. cit.
Censo Demográfico, 1940, 1950 e 1960 - FIBGE

Nos anos de declínio da atividade cafeeira, considerando-se o período de 1934 a 1950, embora a população rural tivesse decrescido em 30%, diminuição maior que o crescimento da população urbana que foi de 10,7%, foi a população ativa urbana que sofreu uma perda bastante expressiva, reduzindo-se em 28,2%, muito mais que a população ativa rural cujo declínio foi de 16,2%. Isso pode ser compreendido se considerarmos que as transformações sob o signo da industrialização, que atingiram todo o Estado, eram duramente sentidas nas atividades urbanas, como,por exemplo, na pequena indústria local.

Em 1960 havia diminuído em 20% o número de casas comerciais varejistas em relação aos anos quarenta e o pessoal ocupado nas atividades comerciais havia decrescido em 1/3. (34) O comércio atacadista que se fizera representar em 1940 por 5 estabelecimentos, em 1960, passava a apenas 1 estabelecimento. O número de indústrias igualmente decrescia.

TABELA XI
JARDINÓPOLIS, 1934-1960
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR RAMO DE ATIVIDADE

RAMO DE ATIVIDADE	1934	1940	1950	34-50 Δ %
Exploração do solo e sub-solo	4676	6075	3919	-16,2
Indústria	723	309	405	-43,9
Comércio	224	210	172	-23,2
Demais atividades urbanas	360	574	362	
População Ativa urbana	1307	1093	939	-28,2
População Ativa Total	5983	7168	1858	-18,8

Fonte: Boletim do Departamento de Estatística Agrícola, 1940
Censo Demográfico, 1940-1950 - FIBGE

O comércio ativo para atender aos colonos, as oficinas voltadas para a atividade rural - reparos, metalúrgia, mecânica - as pequenas fábricas texteis e de alimentos, não subsistiram face aos mecanismos de centralização e concentração do capital.

Jardinópolis caracterizava-se como uma cidade em estagnação frente aquelas que passaram a concentrar cada vez mais atividades de produção e consumo, como a sua vizinha Ribeirão Preto.

O processo de industrialização em curso no Estado redimencionou a cidade de Ribeirão Preto, potencializando e des

(34) Em 1940 havia 75 casas comerciais varejistas; em 1960, 60. (Censos Comerciais, 1940 e 1960 - FIBGE)

dobrando a aglomeração das atividades urbanas que haviam aí sido impulsionadas pelo complexo cafeeiro. Reafirmava-se cada vez mais sua função de centro regional.

A dependência de Jardinópolis em relação à Ribeirão Preto tornava-se maior na medida em que a distância entre ambas passava a exigir menor tempo de percurso enquanto a diferença frente à densidade de equipamentos urbanos de cada uma, tornava-se maior.

De 1940 a 50, enquanto o número de casas residenciais na cidade de Ribeirão Preto aumentava em 50%, em Jardinópolis crescia apenas 8% indicando que o ritmo de expansão da mancha urbana de uma era completamente diferente da outra.

TABELA XII
JARDINÓPOLIS E RIBEIRÃO PRETO, 1940 a 1950
DOMICILIOS PARTICULARES

Domicilios Particulares		1940	1950	1940-50 Δ %
Jardinópolis	Urbano e Suburbano	797	858	7,7
	Rural	2138	1782	-16,7
	Total	2935	2640	-10,1
Ribeirão Preto	Urbano e Suburbano	8568	12847	49,9
	Rural	5239	4621	-11,8
	Total	13807	17468	26,5

Obs: Entende-se por urbano e suburbano as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais) ou às vilas (sede distritais). Domicilio particular significa a habitação que serve de moradia a uma família.

Fonte: Censos Demográficos, 1940 e 1950 - FIBGE

No transcurso da perda da hegemonia da cafeicultura e no bojo do processo de industrialização gestava-se uma diferenciação urbana em todo território paulista baseada numa nova divisão do trabalho. Quando a industrialização se fez cada vez mais presente nas atividades agrárias é que cidades, como

Jardinópolis, cuja concentração de atividades urbanas pouco se desenvolvia, conheceram um novo rítmo de expansão. Se de um lado a cultura cafeeira significou o surgimento da cidade, de outro, a capitalização do campo é que lhe deu novo alento que transformou o trabalhador rural em homem também na cidade, desterrado do campo e lançado na periferia urbana, um quase cidadão.

A PRODUÇÃO DA PERIFERIA EM JARDINÓPOLIS

1. A Capitalização da Agricultura

A ar bucólico da cidade, ritmado pelos lentos passos de sua urbanização, aos poucos ia se condensando e se precipitando devido ao novo padrão de acumulação da economia brasileira nos meados dos anos cinquenta.

A presença massiva do capital estrangeiro, na economia em geral, não mais alocado preferencialmente nos setores de transportes, serviços e extração mineral mas, sobretudo na indústria de bens duráveis, redefinia a agricultura. Impunha-se como necessidade crescente a produção de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbana que estava em processo de expansão e, impunha-se como nunca, o crescimento da produção de matérias-primas para o consumo produtivo.

Como dissemos, tornaram-se idos aqueles tempos marcados pelo absolutismo da cafeicultura na economia. Em Jardinópolis, haviam ficado num passado muito distante, os momentos de crescimento da cidade marcados pela onda verde dos cafezais sucedidos por anos de letargia urbana que, como vimos, havia tomado conta da paisagem da cidade fazendo com que cada vez mais ela se configurasse como uma pequena cidade em relação ao dinamismo de outros centros urbanos, como Ribeirão Preto, que se diversificavam e se industrializavam.

Da fase do predomínio do cafeicultura, cabe lembrar, passou-se para uma agricultura diversificada onde as novas relações de trabalho deixavam na lembrança a figura do colono. Afirmava-se pouco a pouco a trajetória em direção ao assalariamento do trabalhador rural. Desenvolvia-se o processo de subordinação direta da agricultura ao grande capital e o desenraizamento do trabalhador rural que, gradativamente, transformava-se em um homem também da cidade.

Entendendo esse desenraizamento, como também toda a dinâmica dos deslocamentos populacionais, como sendo regulados

pelas necessidades da reprodução do capital, pretendemos demonstrar como o processo de expansão da produção capitalista aconteceu em Jardinópolis, como o capital se expandiu vigorosamente no campo proletarizando o trabalhador rural, muito embora pouco tenha se intensificado na cidade; ou seja, nas atividades urbanas. Imbuídos desta visão nos foi possível reconhecer na urbanização de Jardinópolis um processo de periferização decorrente da intensa capitalização das atividades agrárias, praticamente comum a todo o Estado de São Paulo.

Por outro lado, devemos lembrar que o capital não só subjuga os trabalhadores mantendo-os sob seu controle, como também liberta-se cada vez mais desses mesmos trabalhadores na medida em que sua expansão significa igualmente a diminuição de investimentos em salários. (1) Em outras palavras, o desenvolvimento técnico implica na supressão constante de trabalho vivo. Além disso, ao qualificar uma parcela restrita de trabalhadores para operação de maquinário e para tarefas técnicas e administrativas que se desenvolvem, ao mesmo tempo desqualifica uma grande massa de trabalhadores concorrendo para a desvalorização em geral da força de trabalho.

Acompanhando o movimento geral de capitalização da agricultura paulista, pelos dados dos censos de 50 a 80 podemos apreender o avançado grau de intensificação da produção agro-industrial nas últimas décadas. O desenvolvimento da capitalização da agricultura em Jardinópolis, acima da média estadual, pode ser verificado através da magnitude do capital nas atividades rurais. (TABELA XIII)

---

(1) "É uma tendência inerente da natureza do regime capitalista de produção a de que a população agrícola diminua constantemente em proporção à não agrícola e que na indústria (no sentido restrito) o desenvolvimento do capital constante em relação ao capital variável esteja unido ao aumento absoluto do capital variável, paralelamente a seu decréscimo relativo, enquanto que na agricultura o capital variável necessário para a exploração de uma determinada porção de terra diminui em termos absolutos e, portanto, só podendo aumentar a medida em que se ponha em exploração novas terras, o que pressupõe, por sua vez, um crescimento maior ainda da população não agrícola". (MARX: Livro III; 593)

TABELA XIII

ESTADO DE SÃO PAULO E JARDINÓPOLIS, 1950-1980

INTENSIFICAÇÃO DO CAPITAL NAS ATIVIDADES AGRÁRIAS

PORCENTAGEM	ESTADO DE SÃO PAULO				JARDINÓPOLIS			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
% do Pessoal Ocupado nas Atividades Primárias	43,2	48,5	20,9	11,0	80,7	65,2	55,6**	37,9
% da Participação da Despesa com Salários em Relação ao Total das Despesas Empreendidas pelos Estabelecimentos Rurais	48,3	41,1	25,8	18,3	42,6	-	24,0	17,6
% da Participação com outras Despesas*	38,9	44,9	71,0	81,7	40,3	-	74,7	83,3
% da Participação das Despesas com Quota-Parte de Parceiros	12,8	14,0	3,2	0,01	17,1	-	1,3	0,1
% de Estabelecimentos que utilizam Força Mecânica	0,1	2,1	9,6	58,4	1,2	7,0	27,0	85,6
Total de Tratores	3.819	–	67.213	137.706	57	113	344	505

* Arrendamentos, adubos e corretivos, sementes e mudas, inseticidas e fungicidas, alimentação e trato com animais, serviços de empreitada, juros e despesas bancárias, impostos e taxas e outros.

** Incluídas as pessoas que estavam procurando trabalho pela primeira vez.

Fonte: Censos Demográficos e Agropecuários, 1950-1980 - FIBGE

TABELA XIV

JARDINÓPOLIS, 1950-1980

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO EXTRATOS DE ÁREA.

Extratos (ha)	1950				1960				1970				1980			
	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%
até 10	68	26,5	364	00,7	119	28,7	819	1,8	141	28,6	660	1,3	87	21,6	465	1,0
10 a 100	110	42,8	4119	08,1	208	50,2	6222	13,3	250	50,7	8414	16,7	208	51,6	7146	15,0
101 a 500	55	21,4	11823	23,3	66	15,9	15133	32,4	77	15,6	18502	36,8	101*	25,1	31039*	65,3
501 a 1000	10	3,9	699	13,8	10	2,4	6863	14,7	16	3,2	11252	22,4	---		---	
1001 a 5000	14	5,4	27384	54,1	11	2,7	17621	37,8	9	1,8	11427	22,7	7**	1,7	8894**	18,7
Total	257	100	50681	100	414	100	46658	100	493	100	50254	100	403	100	47546	100

(*) Incluídos os estabelecimentos de 100 a 999 ha.
(**)Incluídos os estabelecimentos de 5001 e mais.

Fonte: Censos Agropecuários, 1950-1970 - FIBGE
Sinopse Preliminar do Censo, 1980 - FIBGE

Segundo a Divisão Regional Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Jardinópolis pertende à DIRA de Ribeirão Preto. O conjunto de municípios que a forma apresenta um nível geral de desenvolvimento capitalista no campo bastante expressivo, tanto em termos de Brasil como do Estado paulista. A pesquisa "Trabalho Volante na Agricultura Paulista " referiu-se à DIRA de Ribeirão Preto como caracterizando-se por:

> "apresentar um setor agrícola diversificado e com altos índices de produtividade e rentabilidade, em que a capitalização intensiva das empresas é generalizada, assim como os níveis de utilização de mão-de-obra assalariada são os maiores do Estado de São Paulo". (Secretaria de Economia e Planejamento: 1978; 14)

A reorganização do campo em função do crescimento do capital implicando na utilização crescente de maquinaria e no assalariamento dos trabalhos agrícolas, fez de Jardinópolis um exemplo típico de industrialização da agricultura. Em 1950 havia 1,6 arados por estabelecimento rural, número que passou a 5,1 em 1980 quando grades, rolos, semeadeiras, cultivadores e pulverizadores cada vez mais se fizeram presentes no campo ao lado do ruído dos motores dos tratores.

Claro está que o nível de mecanização não é o mesmo para todos os estabelecimentos. A intensificação do seu uso substancia-se na relação capital-trabalho. Também não ocorre de forma padronizado em todos plantios sendo, inclusive, um dos elementos de deslocamento daqueles produtos cuja mecanização ainda é muito porblemática. Conforme o produto pode ocorrer em algumas fases do processo de produção ou em todas: preparação do solo , plantio, cultivo e colheita. No caso do algodão e do café, por exemplo, a colheita só se torna racionalmente possível pelo trabalho manual. Com a cana, os processos mecânicos de colheita ainda trazem problemas dado que os vários cortes processados pela máquina implica numa exposição maior do caule e consequente perda de sacarose, como também o grande revolver da terra durante a colheita significa um processo maior de lavagem da matéria-prima na usina, implicando também em perda de sacarose. As opções de

mecanização não passam apenas por questões técnicas e essas não se colocam isoladamente. Se houvesse, por exemplo, uma brutal elevação do custo da força de trabalho e uma redução do preço das colhedeiras mecânicas - nem que fosse artificalmente através de subsídios, viabilizar-se-ía a mecanização que hoje se coloca como pouco vantajoso.

A mecanização e o uso crescente de insumos colocando a olhos vistos o crescimento das inversões de capital, atestam o grau de intensificação da agricultura. O consumo de nutrientes do solo, notadamente N, P_2O_5, K_2O tornou-se prática corriqueira ao lado da utilização de defensivos quer sejam, por exemplo, o BHC e Bidrin no caso do café e do heptacloro nas culturas de cana. Ainda em relação aos fertilizantes, só para ter uma idéia do significado de seu uso, em Jardinópolis 310 estabelecimentos - 62,9% - utilizavam fertilizantes químicos no trato das culturas em 1970. A porcentagem passou a 94,0% em 1980. O uso de fertilizantes orgânicos e calagem igualmente tornaram-se práticos comuns. Os fertilizantes e defensivos agrícolas usados indiscriminadamente e em doses exageradas não só têm comprometido a qualidade do solo, como também a das águas, haja vista que a qualidade da água, por exemplo, do rio Pardo, já está bastante prejudicada.

A mecanização dos instrumentos agrícolas se fez acompanhar do desaparecimento progressivo dos veículos de tração animal. Carros de bois já eram poucos em 1950, apenas 16, embora 94,5% dos veículos utilizados no campo fossem a tração animal. Enquanto para o Estado de São Paulo, em 1980, cerca de 50% dos estabelecimentos ainda utilizavam sobretudo força animal nos trabalhos agrícolas, em Jardinópolis, esse número era de apenas de 14,9%. Evidentemente, que a par dessa motorização, decresceu, pouco a pouco, o número de cavalos e burros na faixa agrícola; tanto que, de 1853 equinos em 1950 passou-se para 1401 em 1960, 1376 em 1970 e 885 em 1980. (2)

---

(2) Censos Agropecuários, 1950-1980.

Essa capitalização da agricultura significa a subordinação da agricultura ao capital industrial. Num primeiro momento pela compra dos produtos agrícolas pela indústria que irá transformá-los e, num segundo momento, pela venda feita de insumos industriais ao campo. A intensificação do capital nas atividades agrárias significa, portanto, um desdobramento do processo geral de desenvolvimento industrial que se tornou viável devido ao Estado com sua política de créditos e subsídios. Peroza Jr. aponta que a institucionalização do crédito, como uma política de sustentação da agricultura, data de 1937 quando o Banco do Brasil, através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial passou a beneficiar a produção agropecuária. Em 1966, uma nova legislação estendeu a participação do crédito agrícola-até então restrita ao Banco do Brasil, Banco Nacional de Crédito Agrícola e aos bancos públicos—aos bancos privados que passaram a ter de aplicar 10% de seus depósitos em financiamentos ao setor agropecuária. (3)

Essa política tornava possível a expansão das indústrias de fertilizantes, defensivos agrícolas e maquinaria sujeitando o produtor agrícola às determinações desse capital. Em primeiro lugar porque o mercado de tais produtos vinha se estruturando como oligopólio e, em segundo, porque eram as indústrias as compradoras dos produtos agrícolas que sofreriam processos de transformação.

A condição de proprietário de terra colocava-se , como tradicionalmente já o era, no fator primordial para o acesso ao crédito e subsídios. As vantagens fiscais ao tornar viável aquelas produções de baixa rentabilidade permitia a geração de sobrelucros nas produções mais racionalizadas, os quais eram em parte apropriados pelos proprietários fundiários e em parte extrapolavam a atividade agrária através dos mecanismos de mercado, marcadamente oligopolizados, como já apontamos. Neste sentido é que dizemos que a propriedade territorial acentua seu caráter capitalista na medida em que faz tanto dinheiro quando possí

(3) Cf. (PEROZA JÚNIOR: 1977; 11)

vel, ou seja, na medida em que dá ao proprietário maior renda possível e ao arrendatário, maior lucro possível na aplicação de seu capital.

A reorganização da agricultura não veio, no entanto, alterar a estrutura fundiária do estado. Graziano da Silva, no seu trabalho: "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura", analisa a estrutura fundiária paulista apontando que esta se manteve bastante estável nos últimos trinta anos. Algumas modificações ocorreram, muito embora não se tenha alterado fundamentalmente o quadro fundiário. No período 1956/60 se processou uma divisão limitada das propriedades em função de muitas delas terem sido formadas em plena expansão da fronteira agrícola, anterior aos anos cinquenta. No período 1960/67 houve uma variação negativa quanto ao número de pequenas propriedades devido ao movimento que tornava cada vez mais próximos a cidade e o campo pela incorporação de muitas terras rurais à mancha urbana. Haja visto que 75% das propriedades rurais com menos de 3 ha se localizavam nas áreas próximas aos centros que se expandiram, como Campinas e São Paulo. Além disso, o Estatuto da Terra havia tornado proibitivo o desmembramento de unidades inferiores a uma determinada área mínima.

Referindo-se aos anos 1961/67, anos de crise geral da economia, Graziano da Silva aponta duas tendências:

> "De um lado, multiplicam-se as pequenas propriedades, consideradas aqui aquelas inferiores a 10 ha; de outro, subdividem-se as propriedades de mais de 10 mil hectares mas ainda em propriedade gigantescas ou, quando muito em grandes propriedades.
> ... essas tendências, longe de serem uma indicação de desconcentração da propriedade da terra, prendem-se tanto à modificação na base técnica da produção, como a expedientes fictícios a fim de contornar determinados aspectos da legislação vigente.
> (GRAZIANO DA SILVA: 1981; 69) (4)

(4) Referindo-se a esses expedientes fictícios, cita, entre muitos, o do proprietário declarar em separado seus vários imóveis, mesmo que de terras contínuas, evitando, entre outras coisas, que sua propriedade se caracterize como latifúndio por dimensão o que elevaria suas taxas de imposto. A declaração em separado, também lhe permitiria, dado o maior número de propriedades, obter melhores condições de empréstimos bancários.

A estrutura fundiária de Jardinópolis acompanhou a tendência geral do Estado fazendo parte do movimento geral de transformação da agricultura em indústria. As variações foram de pequena monta destacando-se o crescimento, em termos de área , dos estabelecimentos rurais compreendidos entre 100 e 1000 ha , (5).(TABELA XIV)

Quanto aos estabelecimentos muito grandes, com mais 1000 ha, esses tenderam a uma diminuição significativa reforçando redução do tamanho médio dos estabelecimentos rurais. (6)

> "a intensificação da agricultura, acompanhada da redução da quantidade média de terra por farm não tem nada de acidental, local, episódio, mas constitui um fenômeno geral comum a todos os países civilizados". (LENIN: 1980; 37)

Uma análise mais aproximada da estrutura da propriedade da terra durante um largo período de expansão e crise da agricultura nos remete à afirmação de que fossem quais fossem as vicissitudes pela qual tenha passado a agricultura, o processo de concentração fundiária não parece ter sido abalado. Se lembrarmos que em 1934, numa análise retrospectiva, em plena crise da cafeicultura a estrutura fundiária manteve essa mesma direção, colocamos em dúvida a afirmativa corrente que nas crises periódicas do campo há um processo significativo de fracionamento da propriedade da terra. (7) Num primeiro momento se a realização

---

(5) Utilizamos dados censitários onde os estabelecimentos considerados dizem respeito aquelas unidades onde se processa algum tipo de exploração agropecuária não sendo incorporados os estabelecimentos não explorados.

(6) O tamanho médio das propriedades agrícolas passou, em 1950,de 1964 ha para 112,7 em 1960, 101,9 em 1970 e 118,0 em 1980.
Fonte: Censos Agropecuários, FIBGE.

(7) Em 1934 o número de propriedades com até 10 ha era menor que o de 1905 , ano este de plena expansão da cafeicultura no município e, ao contrário, o número de propriedades compreendidas entre 100 e 1000 ha era, em 1934, maior que o de 1905. Ou seja, em 1905 havia 162 estabelecimentos rurais significando 61,8% dos estabelecimentos até 10 ha e em 1934 o número era de 119 estabelecimentos representando 52,7% de estabelecimentos desse estrato. Quanto as propriedades compreendidas entre 100 e 1000 ha, essas representavam 9,6% em 1905 e 13,3% em 1934. (CAMARGO, op. cit.)

TABELA XV

JARDINÓPOLIS, 1950-1980

USO DA TERRA

	1950		1960		1970		1980		
	Área (HA)	%	Área (HA)	%	Área (HA)	%	Área (HA)	%	50/80
Área de Lavouras Temporárias sob o Total da Área dos Estabelecimentos	12.633	24,9	15.794	33,9	20.527	40,8	28.194	59,3	123,2
Área Colhida com Cana em Relação às Lavouras Temporárias	155	1,2	-	-	2.200	10,7	10.500	37,2	6.674,2
Área de Outras Lavouras Temporárias	12.478	98,8	-	-	18.327	89,3	17.694	62,8	41,80
Área de Lavouras Permanentes sob o Total da Área dos Estabelecimentos	5.184	10,2	5.710	12,2	3.354	6,7	2.649	5,8	-48,90
Área Colhida com Café em Relação às Lavouras Permanentes	4.518	87,2	-	-	435	13,0	688	26,0	-84,8
Área de Outras Lavouras Permanentes	666	12,8	-	-	3.354	87,0	1.961	74,0	194,5
Pastagens	24.126	47,6	18.007	38,6	20.580	41,0	13.538	28,5	-43,9
Matas Naturais	2.040	10,2	4.759	10,2	2.156	9,5	726	1,5	-64,4
Matas Reflorestadas	344	0,7	851	1,9	463	1,7	137	0,3	-60,2
Terras não Utilizadas	1.831	3,6	403	0,9	552	1,1	225	0,5	-87,7
Área Total dos Estabelecimentos *	50.681	100,0	46.658	100,0	50.254	100,0	47.510	100,0	

- Sem informações

* Contêm área de pastagens naturais, matas, florestas, terras não utilizadas, improdutivas e irrigadas.

Obs:- Segundo os critérios de classificação de uso da terra da FIBGE são considerados na composição da área total dos estabelecimentos, as terras incultas, improdutivas e, a partir de 1960, as terras irrigadas. O crescimento da área de matas naturais, consideradas como aquelas áreas utilizadas para extração de madeira ou outros produtos ou aquelas consideradas como reservas florestais, prende-se à relação com os diversos usos que as referidas áreas tomam num ou noutro momento. Por exemplo, as terras incultas, consideradas num determinado ano como aquelas não utilizadas na data do Censo mas que tivessem condições de ocupação, ou seja, de prestarem-se para plantações ou pastagens podem, num outro momento, compor a área de matas naturais.

Fonte:Censos Agropecuários, 1950-1980 - FIBGE

TABELA XIV

JARDINÓPOLIS, 1950-1980

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO EXTRATOS DE ÁREA.

	1950				1960				1970				1980			
Extratos (ha)	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%	Est.	%	Área	%
até 10	68	26,5	364	00,7	119	28,7	819	1,8	141	28,6	660	1,3	87	21,6	465	1,0
10 a 100	110	42,8	4119	08,1	208	50,2	6222	13,3	250	50,7	8414	16,7	208	51,6	7146	15,0
101 a 500	55	21,4	11823	23,3	66	15,9	15133	32,4	77	15,6	18502	36,8	101*	25,1	31039*	65,3
501 a 1000	10	3,9	699	13,8	10	2,4	6863	14,7	16	3,2	11252	22,4	---		---	
1001 a 5000	14	5,4	27384	54,1	11	2,7	17621	37,8	9	1,8	11427	22,7	7**	1,7	8894**	18,7
Total	257	100	50681	100	414	100	46658	100	493	100	50254	100	403	100	47546	100

(*) Incluídos os estabelecimentos de 100 a 999 ha.
(**)Incluídos os estabelecimentos de 5001 e mais.

Fonte: Censos Agropecuários, 1950-1970 - FIBGE
Sinopse Preliminar do Censo, 1980 - FIBGE

do fracionamento da propriedade privada da terra generaliza o monopólio da propriedade da terra, não o suprimindo, faz também com que engendre continuadamente os mecanismos de concentração fundiária.

> "A divisão da propriedade da terra nega o grande monopólio da propriedade territorial ainda que somente em relação a generalização desse monópolio. Não suprime a base sobre a qual descansa o monopólio, a propriedade privada. Só ataca a existência do monopólio, não sua essência. A consequência disto é que a divisão da propriedade territorial se submete às leis da propriedade privada. ... aonde existe a propriedade territorial não há outra saída que a volta ao monopólio... (MARX: 1º Manuscrito; 62)

A transformação do campo embora não tenha alterado significativamente a estrutura fundiária, significou uma grande modificação no uso da terra. Aquela diversificação de culturas que se sucedeu à fase cafeeira tomou um sentido cada vez maior de afirmação das culturas temporárias; haja visto que em 1980 , 91,1% da área de lavouras era de culturas temporárias.

O arroz, o milho, o amendoim, a soja e sobretudo a cana aparecem como os novos produtos de uma agricultura que se industrializa. Longe vão-se os dias da paisagem do café. Em 1980 o número de cafeeiros em produção era 93% menor que os dos anos 1935/36. (8) Ao lado dos cafezais o significado das lavouras permanentes é dado também pela produção de frutas, como a banana , laranja, abacate, limão, tangerina e especialmente manga. Metade da área plantada com lavouras permanentes é de café e manga, produtos tradicionais no município representando a sobrevivência de uma paisagem que era marcada pelas lavouras permanentes. (TABELA XV)

Essa transformação relaciona-se com a expansão das culturas que hoje se encontram mais estreitamente vinculadas à indústria. O uso do álcool destilado de cana-de-açúcar como combustível, aliado à forte integração entre agricultura e in

(8) Censo Agropecuário, 1980.
Estatística Agrícola e Zootécnica, 1935/36.

dústria neste caso, fez com que as outras culturas cedessem lugar aos canaviais e às usinas. Impulsionados por uma política pública, os canaviais exprairam-se.

Nas últimas décadas, a política econômica mantendo a agricultura como geradora de excedentes de recursos a serem transferidos às atividades industriais, condicionou a dinâmica agrícola à necessidade de créditos e financiamentos, na medida em que esse mecanismo de transferência cada vez mais a descapitalizava . Com isso, a repartição dos créditos e subsídios tornou-se um a questão política de sobrevivência das diversas atividades no campo.

A institucionalização do PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool - enquanto alternativa enegértica, constituindo-se num setor privilegiado, significou menor recurso para as demais atividades agrárias, notadamente para a produção de alimentos para o mercado interno. (9) São Paulo, passou a expandir canaviais nas melhores terras em detrimento das culturas alimentares, a afirmar a grande propriedade da terra, a garantir até mesmo os ganhos dos agricultores ausentes que arrendam suas terras - em média 60 toneladas de cana por alqueire alugado - e a comprometer seus recursos hídricos decorrente dos poluentes lançados pelas usinas. As inúmeras destilarias de álcool e usinas de açúcar que pipocaram no Estado paulista nas últimas décadas , concentradas sobretudo na região de Ribeirão Preto, fizeram com que esta porção do Estado fosse responsável por cerca de 35% da produção nacional de açúcar e álcool nos últimos anos.

---

(9) Segundo Graziano da Silva, a cana de açúcar em 1976, ano que considera "normal" em termos de preços relativos dos custos de produção, açambarcou 16% dos créditos de custeio destinados aos produtos agrícolas do Estado de São Paulo. Acrescenta que o "algodão, cana-de-açúcar e soja somados juntos às frutíferas (da qual a laranja é produto mais significativo) respondem por mais de 40% do volume total do crédito de custeio destinado aos produtores paulistas no ano de 1976. A participação nos insumos subsidiados adquiridos fora do setor agrícola dessas três culturas (algodão, cana e soja) mais as frutíferas é ainda maior: 50% no caso dos corretivos e fertilizantes e quase 70% nos defensivos agrícolas químicos." (GRAZIANO DA SILVA:: 1981; 92)

Não são só as vantagens creditícias que contam, nem a garantia de venda de toda a produção. Os frequentes acordos entre usineiros e governo têm procurado garantir, também de outras formas, sobrelucros ao setor. Haja visto, por exemplo, a circular nº 913 do Banco Central onde toda a sociedade arcará com os 235,7 bilhões de cruzeiros que o governo canalizará para capitalizar os encargos financeiros dos financiamentos obtidos pelas destilarias de álcool. Por decreto, socializam-se os prejuízos na manutenção de um negócio privado sem risco. (10)

A correção monetária de 1983 e 1984 que deveria ser paga por aqueles que obtiveram empréstimos, não só poderá ser incluída na dívida total, como poderá ser paga parceladamente. Isso fará com que os usineiros paguem pelos financiamentos uma correção monetária de apenas 45%. mais juros de 5% - quando nas regiões da SUDENE, SUDAM, Espirito Santo e Vale do Jequitinhonha ou 50% de correção monetária, mais juros de 5% - quando nas demais regiões do país. Uma correção monetária de cerca de 50% numa economia inflacionária de 200 a 300% ao ano significa que alguém es

---

(10) Em 1983 quando o ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, sugeriu ao Conselho Monetário Nacional que se capitalizassem os juros dos empréstimos concedidos às destilarias de alcool, mesmo sem a implementação da decisão pelo Banco Central, as usinas não mais pagaram seus encargos financeiros junto aos bancos. Em 31 de Janeiro de 1985, o Banco Central acatou a decisão do Conselho Monetário Nacional concretizando-a na Circular nº 913:

"Às
Instituições Financeiras Públicas e Privadas
Comunicamos que as destilarias autônomas poderão optar, até 28.02.85, pela capitalização dos valores da correção monetária incidente a partir de 01.01.83 nos financiamentos do PROALCOOL, concedidos entre 20.09.79 e 30.06.81, sob as condições da Resolução nº 571, de 20.09.79.
2. O exercício dessa opção ficará condicionado a que as mutuárias assinem até 30.04.85 o aditivo ao instrumento de crédito, concordando com a aplicação, também a partir de 01.01.82, que: a) compreenderão juros de 5% a.a. e correção monetária igual aos seguintes percentuais da variação da ORTN no período de dezembro a dezembro anterior:
- nas áreas da SUDAM, SUDENE, Vale do Jequitinhonha (MG) e Espirito Santo, 55%.
- nas demais regiões, 65%.
b) estarão limitados a 45% a.a.; nas áreas da SUDAM, SUDENE, Espirito Santo e Vale do Jequinhonha (MG) e a 55% a.a. nas demais regiões.
..."

tá pagando essa diferença.

Em 1980, capitalistas da cidade e de fora empreenderam a instalação, no município de Jardinópolis, de uma usina de alcool que contou com isenções fiscais da Prefeitura. (11)

Sabendo-se que a capacidade de produção de álcool anual da destilaria do município é de 45 milhões de litros e levando-se em consideração que uma tonelada de cana produz cerca de 65 litros de álcool, podemos estimar que para atender a potencialidade da usina seriam necessárias 692.307,7 toneladas de cana que em termos médios compreenderiam a uma área cultivada de 9.230,8 ha. (12)

A expansão da cana-de-açúcar - 10.500 ha em 1980 - ultrapassando a capacidade de absorção de uma usina, demonstra o sentido regional na promoção dos canaviais. Usineiros do município vizinho de Sertãozinho arrendam, compram terras e fazem contratos de cana-de-açúcar com os agricultores locais procurando elevar a capacidade de produção de suas usinas.

O alto grau de integração entre agricultura e indústria ocorre também com a soja. Introduzida na região em meados dos anos 60, em 1971 era já responsável por 2/3 da produção de todo o Estado. Particularmente em Jardinópolis, em 1980 a soja ocupou 30% dos ha cultivados com os principais produtos. Como a cana, conta com subsídios governamentais - via crédito privilegiado a juros reais negativos - como parte importante no custeio de seus custos e na garantia de seus lucros e como elemento importante na sustentação da indústria de defensivos químicos, corretivos e fertilizantes, como também, da indústria de implementos agrícolas.

---

(11) Em 1980 quando empreendemos a pesquisa de campo, a usina estava sendo instalada com projeção de produzir em 1981, 150.000 litros de alcool por dia.

(12) Considerando-se o rendimento de 75 toneladas por ha segundo os dados de Produção Agropecuária, 1976 - SEADE.

Bastante subsidiado também, na região, é a produção de algodão voltada para as industrias alimentares; tradicional em si mesma mas, modificada em seu destino, deixando longe o endereçamento às industrias texteis para se dirigir, sobretudo , à produção de óleos comestíveis.

A crescente produção de frutas tropicais destina - se igualmente ao mercado urbano-industrial. Laranja, limão, abacate, tangerina e a tradicional manga crescem vertiginosamente em produção. De cerca de duas toneladas e meia de laranjas produzidas em 1950 chegou-se a quase 60 mil toneladas em 1980. A mesma relação pode ser feita quanto à produção do limão. A tradicional produção de manga que era de 124,5 toneladas em 1950 passou a 1.740 toneladas em 1980, a produção de tangerina cresceu de doze vezes e dobrou a produção de abacate. (13)

Os dados censitários de 1980, baseados na safra do ano anterior indicam que quase 1/4 da produção de mangas do Estado de São Paulo provém da região de Ribeirão Preto e, no caso , de Jardinópolis que produz cerca de 90% das mangas da região.Não são os 18,7% dos hectares com mangas os únicos responsáveis pela grande produção. (14) Manguesais, mangueiras de fundo de quintal da região de Santa Fé, Pereira Barreto, Castilho, São José do Rio Preto e até mesmo de MG, MT e BA, de diferentes tipos, como a coração de boi, bourbon, pavão, haden, manga-espada, manga-rosa e comum, sofrem a safra de Jardinópolis.

Através do fruteiro, aquele que possui barração de frutas e caminhões, quase sempre também um produtor, as mangas chegam verdes dos distintos lugares e partem como sendo manga de

---

(13) Em 1950 a produção - em cento - de laranjas era de 2757, a de limão , 3025, a de manga 124.431, a de tangerina 727 e a de abacate 12.500. Em 1980, em toneladas, a produção de laranja chegou a 58.353, a de limão 69.258, a de manga 1740, a de tangerina 8.820 e a de abacate 24.380.(Censo Agropecuário, 1950 e Sinopse Preliminar do Censo, 1980 - FIBGE)

(14) Produção Municipal, 1980 - FIBGE-DEGE/SP, SERDIB/SEDEBI

Jardinópolis. Em geral, um motorista e mais dois empregados procedem a compra e a colheita (15). Para que a manga não seja prejudicada na sua qualidade procura-se não fazer a colheita por derrubada, principalmente porque o próprio leite da fruta a deixa, se escorrido, manchada. O escadeiro colhe as mangas em volta da copa e aquele chamado de meeiro, trabalhando com um cesto, apanha os frutos do meio da mangueira e quando este está cheio, por meio de uma corda, o faz descer, quando então é recolhido pelo motorista.

A remuneração desses trabalhadores é feita pela meação, podendo também um dos empregados na colheita ser assalariado. Procedida a colheita, o trabalhador pode vender sua parte ao fruteiro que o contratou ou para outro comerciante de frutas do local.

Entrevistado um fruteiro, dono de barracão, de tradicional família de fruteiros, atualmente proprietário de parte da antiga fazenda Mata da Chuva, contou que as manqueiras de seu pomar estão circundadas por um anel de canaviais que avançam no município e que, embora a maior proporção de mangas saídas de Jardinópolis seja de fora, as que produzem frutos de melhor qualidade são as do município; muitas delas com mais de 50 anos de idade.

Colocada a granel na estufa por 36 horas - salvo as que irão ser exportadas -, processa-se o selecionamento que a cada dia está mais mecanizado e se faz a embalagem, fazendo a "boca bonita"; ou seja, colocando os melhores frutos por cima, quando então é transportada para São Paulo para serem comercializadas.

A soja, a cana e o algodão fizeram com que as culturas de arroz, feijão e milho se deslocassem em direção à Goiás e Mato Grosso do Sul. Aquelas roças de arroz, feijão e milho as

(15) Os barracões de fruta com seus caminhões não se restrigem a um único produto, comercializam outras frutas nas diferentes épocas do ano.

sociadas a outras culturas tornaram-se quase que inexpressivas.A roça não mais é possível numa agricultura racionalizada pelo capital. As culturas intercalares impossibilitam o trânsito de máquinas. O arroz e o feijão, por exemplo, plantados junto aos cafeeiros impossibilitam a capina mecânica. Além disso essa prática intercalar junto aos pés de café veio diminuindo devido ao declínio progressivo do número de pés de café do município. Enfim, nesta região, aos produtos tradicionalmente produzidos em roça restou o destino de emigrarem junto com os trabalhadores que se desenraizavam do campo. A produção em grande escala tornou-se imperiosa, homogeneizando, de outra forma, aqueles locais que antigamente ondulavam de cafezais.

Como na época da cafeicultura e do algodão, os estabelecimentos rurais mantêm a tradição de serem dirigidos em grande parte pelos seus próprios proprietários. Apenas 20,3% dos estabelecimentos estavam sob a responsabilidade dos arrendatários em 1980, enquanto que 75,7% eram dirigidos diretamente pelos proprietários. Mas, se levarmos em consideração a dimensão desses veremos que embora os estabelecimentos sob a responsabilidade dos arrendatários sejam em número pequeno, compunham cerca de 1/3 da área dos estabelecimentos rurais. Ou seja, a superfície média dos estabelecimentos sob a responsabilidade de arrendatários é maior que a relacionada aos proprietários. Se lembrarmos que em 1970 a área sob a responsabilidade dos arrendatários era apenas 5,8% podemos perceber o dimensão que o arrendamento vem tomando no município. (16)

Uma análise mais minuciosa acerca do significado que o arrendamento vem alcançando no município não é possível a partir dos dados do Censo. Em primeiro lugar porque os critérios

(16) Em 1980, 82 estabelecimentos com uma área de 11.667 ha sob um total de 305 imóveis rurais com 47.546 ha, estavam sob a responsabilidade dos arrendatários. Em 1970 eram 51 estabelecimentos com 2.917 ha sob um total de 493 estabelecimentos correspondendo a 50.253 ha que estavam sob a responsabilidade dos arrendatários. Com relação aos proprietários esses eram responsáveis por 429 imóveis rurais com 46.685 ha em 1970 e 305 estabelecimentos rurais com 32.247 ha em 1980. (Censo Agropecuário, 1970 e 1980)

não são comuns a todos os anos; por exemplo, em 1950, parceiros e arrendatários incorporavam a categoria de arrendatários e, em segundo lugar porque não é possível distinguir a forma como se dá esse arrendamento, se em moldes tipicamente capitalista ou não.

Levando em consideração que a intensificação do capital na agricultura significou o plantio em grande escala da soja e cana-de-açúcar entendemos que o crescimento das terras arrendadas está vinculado ao capital que, na direção do processo produtivo, se apropria do excedente gerado pelo trabalhador mediado pela propriedade da terra.

A mesma dificuldade encontrada quanto aos arrendamentos a partir da utilização de dados secundários repete-se em relação aos parceiros. Não é possível, caracterizarmos perfeitamente a parceria. Mas, o crescimento de número e, sobretudo, da área dos estabelecimentos dirigidos pelos parceiros aliados ao decréscimo e quase desaparecimento do número daqueles parceiros subordinados à administração do estabelecimento - recebendo em produto parte da produção colhida em meia, terça ou quarta - indicam ao mesmo tempo uma tendência do parceiro colocar-se como o responsável pelo estabelecimento enquanto que aquele trabalhador em regime de parceria subordinado à direção do estabelecimento tende ao desaparecimento. Esses eram em 1970, apenas 41 no município, havia diminuído em 96,2%, entre 1950 e 1970 e em 1980 tinham desaparecido.(17)

A elevação da composição orgânica do capital no campo concorreu para a diminuição da força de trabalho empregada na agricultura e para a proletarização do trabalhador rural, quer o vinculado ao regime de trabalho permanete quanto o temporário.

---

(17) Sob a responsabilidade do parceiro havia em 1970, 7 estabelecimentos num total de 234 ha. Em 1980 esse quadro é bastante alterado. Os 12 estabelecimentos sob a responsabilidade dos parceiros compunham 2.794 ha. (Censos Agropecuários, 1970 e 1980)

TABELA XVI

JARDINÓPOLIS; 1950-1980

PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS

ANO	Total	Resp. e Membros da Família	Empregados			Parceiros	Outras Condições
			Permanente	Temporário	Total		
1950	4879	739	2284	788	3072	1068	-
1960	3712	932	1622	703	2325	407	48
1970	2810	1087	932	703	1635	41	47
1980	3034	781	1532	688	2220	0	0

Obs.: Os parceiros responsáveis pelo estabelecimento rural estão incluídos no grupo de responsáveis e membros não remunerados da família. Os denominados parceiros são aqueles que se subordinaram à administração do estabelecimento recebendo como remuneração parte da produção colhida quer seja em meia, terça ou quarta.

Fonte: Censos Agropecuários, 1950-1980 - FIBGE

Os trabalhadores em regime permanente de trabalho, quase sempre possuem alguma especialização ou semi-especialização - tratorista, retireiro, motorista, machadeiro - que lhes permitem estabelecer um vínculo de assalariamento mais duradouro com o estabelecimento rural. A descontinuidade na faina agrícola ao lado da mecanização das atividades tornaram possível a manutenção de vínculos de assalariamento quase que eventuais em prejuízo do trabalhador.

Na década de 60 sob os debates calorosos acerca da reforma agrária, num contexto de intensos movimentos sociais no campo, como as ligas componesas, de crescente migração campo cidade e de uma mobilidade bastante expressiva da população rural, gestou-se um clima que acabou por se desdobrar no Estatuto do Trabalhador Rural. Este veio acelerar o rompimento do arcabouço paternalista das relações sociais no campo que já estava, há muito, em curso. Legislando sobre o trabalho, por exemplo, em termos de salário, tempo de trabalho e férias remuneradas, como também criando o FUNRURAL-Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - acabou com organizações sindicais rurais acelerando o movimento migratório para a cidade. Esse Estatuto foi

substituido em 30/10/64 pelo Estatuto da Terra (18) que não só normatizava o uso e a posse da terra como também promovia uma nova política agrícola de amparo à propriedade privada da terra e de incentivo à capitalização da agricultura.

Essa legislação sobre o trabalho rural acabou por desamparar ainda mais o trabalhador. Contando com o progresso técnico na agricultura realizável nas propriedades dada a expansão do sistema de crédito rural e com a descontinuidade das atividades agrárias, a racionalidade da produção fez do trabalhador temporário a grande massa de trabalhadores do campo, transformando-o num trabalhador permanentemente temporário.

A roça de arroz, milho e feijão dos antigos colonos e parceiros desapareceram junto com eles. Mesmo ao trabalhador permanente essas roças tornaram-se bastante proibitivas porque, entre outros fatores, caso o trabalhador fosse dispensado o proprietário teria que indenizá-lo. A unidade de trabalho familiar do colonato havia deixado, gradativamente, lugar para o trabalhador individual. A partir dos ganhos individuais dos membros da família é que se foi modelando a sobrevivência da família trabalhadora. Novos personagens, como o turmeiro e o volante se fizeram presentes no desenvolvimento de novas relações de trabalho.

A relação entre trabalhador e proprietário deixou, cada vez mais, de ser direta. Como o proprietário pode não ser o empregador, os dados do Censo em relação ao montante de trabalho temporário tornam-se inconsistentes pois, segundo o critérios do Censo, são considerados trabalhadores temporários aqueles contratados pelo estabelecimento para executar tarefas de curta duração; ou seja, apenas aqueles envolvidos numa relação direta, sem intermediações. Sem vínculos empregatícios, marginalizados juridicamente, o trabalhador temporário é a vítima maior da modernização da agricultura.

---

(18) O Estatuto do Trabalhador Rural é de 2 de Março de 1963.

A ilusão da vida na cidade e da inserção ao trabalho urbano, a cada ano é menor. Ocupado na faina do corte de cana, todos os anos vêem a vida de fome, trabalho e miséria se repetir. O retrato dessa situação e as condições de exploração a que estão subjugados podem ser exemplificados pelas condições a que tiveram sujeitos no corte de cana durante maio de 1984.

Com a crise econômica dos últimos anos, com a proletarização crescente do trabalhador rural e uma disponibilidade de oferta de trabalho bastante acrescida, os usineiros procuraram obter ganhos maiores na safra de 1984 pagando, em geral, por tonelada de cana colhida, CR$ 1.100,00 contra CR$ 800,00 da safra anterior e modificando o "sistema de ruas".

Violara-se o limite de resistência desses trabalhadores; as condições de reprodução de sua força de trabalho necessitavam de um esforço sobrehumano. Para comprarem um quilo de feijão necessitariam colher cerca de duas toneladas de cana, sem contar com os percalsos de uma inflação galopante de mais de 200% que colocava o aumento concedido pelos usineiros por tonelada de cana colhida, além dos limites de resistência do trabalhador. Trabalhador esse que, há muito, significava mais de um indivíduo. Homens, mulheres e crianças procuravam garantir o corte de seis toneladas por dia, significando uma jornada de trabalho de 10 ou mais horas, além do tempo gasto da cidade à lavoura nos caminhões, sujeitando-se a acidentes, para chegarem a ter dois salários mínimos no final do mês.

Na safra de 1984, os usineiros procuraram ganhar , em relação ao trabalho, em duas pontas. A primeira, como dissemos, pagando menos - em termos relativos - que na safra anterior e, a segunda, modificando o "sistema de ruas". Quando os trabalhadores procedem ao corte de cana, a cada cinco ruas de cana amontoam a cana colhida para serem apanhadas pelas carregadeiras que a leva à usina. A alteração no sistema de ruas significa que não mais a cada cinco ruas os cortadores deveriam depositar a cana mas, a cada sete ruas. Isso traduzia-se num ganho adicional para o usineiro na medida em que poupava máquina e combustível das

carregadeiras pois, a cada quatro montes, ganhava-se uma mas, também significava, um onus para trabalhador. A produtividade de cada trabalhador ficava comprometida pois ele deveria andar mais para depositar a cana cortada e, como sua remuneração é feita segundo a quantidade de cana colhida, havia uma perda no seu ganho.

Havia chegado o limite. Greves pipocaram nos canaviais do Estado: Guariba, Bebedouro, Andradina, Monte Alto, Sertãozinho, Santa Rosa do Viterbo, Barretos... O estopim foi dado pelas condições de vida urbana quando em Guariba os trabalhadores se revoltaram contra o aumento da taxa de água incendiando o prédio da SABESP - Empresa de Saneamento do Estado de São Paulo - em protexto aos altos preços de água, significando que ao não conseguirem sequer pagar a água das torneiras, muito menos poderiam pagar o custo dos alimentos. (19)

Saques, mortes, dezenas de feridos, espancamentos, tiros, casas invadidas, comércio e escolas fechadas duran

---

(19) "A necessidade de investir de forma rentável, forçou o BNH a buscar clientes com capacidade para fazer frente às dividas corrigidas com juros e correção monetária fixados pelo Banco...Em 1969, a política de habitação popular tinha se revelado o mais completo fracasso...Do início aos meados da década/referindo-se aos anos 70/, o BNH se consolida como o mais forte agente nacional de política urbana... O Plano Nacional de Saneamento/programa de investimento do BNH/é o exemplo mais claro de uma política urbana orientada e conduzida... A taxa de pagamento de água da SABESP - Empresa de Saneamento do Estado de São Paulo - agente do Planasa é, por exemplo, 136% mais cara (no município de São Paulo) que a taxa da empresa municipal de saneamento de São Bernardo do Campo.../A Água é/uma mercadoria cara pela qual o trabalhador paga mais de uma vez: 1) quando empresta (compulsoriamente) ao BNH o seu fundo FGTS para financiar parte dessas obras; 2) quando paga, na taxa do serviço público, a amortização do custo do equipamento da instalação das redes ou das centrais de captação e tratamento de água e esgotos; 3)quando paga aumento nos impostos municipais, aumentos esses que têm origem nas dívidas municipais". (MARICATO: 1983; 116 a 118)
Mais da metade dos municípios paulista estão conveniados com a SABESP, o que faz com que a água de Guariba, por exemplo, sofra as mesmas taxas da água da praia de Pitangueiras no Guarujá. Isso decorre do fato de que muitos "municípios paulistas contavam com condições relativamente boas de saneamento básico quando se inicia a tendência ofensiva de centralização dos serviços de água e esgoto na SABESP. Os municípios que recusaram a transferir seus sistemas à empresa estadual foram marginalizados do empréstimo Federal para melhoria de seus sistemas autônomos..." (MARICATO: 1983; 117)

te três dias, a necessidade de reforços policiais vindos de Araraquara, marcaram maio de 1984, em Guariba.

Tornaram-se necessárias negociações; o direito de lutarem pelo preço de venda de sua força de trabalho foi reconhecido. Voltou-se ao sistema de cinco ruas e a tonelada de cana foi estipulada em CR$ 1.740,00 para a cana de 18 meses e CR$1.660,00 para a cana de outras idades. Procurou-se estender os benefícios alcançados pelos trabalhadores de Guariba para os demais trabalhadores do Estado, situação que beneficiou os trabalhadores de Jardinópolis.

Sujeitos ao capital, trabalhadores rurais permanentes, quer moradores do campo ou da cidade e, trabalhadores temporários, se identificam. Ambos,

> "igualam-se na subordinação às determinações dos responsáveis pela organização da produção. Se podemos dizer que o trabalhador volante constitui a personificação mais acabada do proletário na agricultura, isto não implica estar o trabalhador permanente que reside nas fazendas mais próximo de formas não capitalistas de utilização da força de trabalho. A proletarização completa do trabalhador, decorrente da total desvinculação da terra cujo acesso lhe é hoje bloqueada, não exclui uma flexibilidade nos arranjos de mão-de-obra. ...O trabalhador volante, materialização humana da mercadoria, apenas nos dá a medida da irreversibilidade da separação entre o produtor e as condições da produção". (OLIVEIRA: 1981; 157-158)

O trabalho assalariado homogeineizou campo e cidade, enquanto as condições de capitalização na diversificação das atividades urbanas e agrárias as diferenciava. A reprodução do capital no campo, sob novas formas, transfigurou o município de Jardinópolis fazendo com que a cidade saísse daquela letargia dos anos quarenta. No entanto a reprodução do capital nas atividades urbanas distanciou-se dos mecanismos de concentração permanecendo diminuta a dimensão do capital nas atividades comerciais e de serviços.

2. O Capital nas Atividades Urbanas

O amarelo dos tratores contra o fundo escuro do latossolo roxo, as culturas de cana, soja e algodão e a madrugada rompida pelo barulho dos caminhões de bóias-frias significam as transformações advindas da intensificação do capital no campo. O Distrito Industrial junto à Anhanguera com seus terrenos baldios, a presença de uma ou outra indústria marcando a paisagem e os pequenos estabelecimentos industriais e comerciais do centro da cidade fazem contrastar o desenvolvimento do capital nas atividades urbanas em relação à atividade rural.

A fim de apreender o significado da capitalização nas atividades urbanas é que buscamos investigar os estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais da cidade. De início havíamos observado que a medida em que vinha se processando o crescimento progressivo da concentração industrial na metrópole paulista, o desenvolvimento do capital havia alcançado concomitantemente sua dispersão pelo interior, fazendo com que muitos pontos do espaço passassem a aglomerar cada vez mais capital e trabalho nas atividades urbanas. Pelo Alto e Médio Vale Paraibano e ao longo da Rodovia Castelo Branco e da Anhanguera a industrialização havia se espraiado pelo interior. Essa dispersão acabou significando, também, concentração, pois nem todas as localidades aí existentes incorporaram, no mesmo tempo e no mesmo ritmo, essa industrialização crescente. Estabeleceram-se no espaço pontos privilegiados que concentraram a atividade industrial, comercial e de serviços repercutindo no desenvolvimento e consolidação das metrópoles regionais. Ao lado delas, outras cidades como Jardinópolis, pouco desenvolveram a captalização de suas atividades urbanas. São essas cidades, independentemente de sua população, que qualificamos como sendo pequenas cidades.

Captar o momento em que se encontra o processo de capitalização das atividades urbanas, extrapola a uma análise nu

mérica dos estabelecimentos urbanos. (1) Isto porque a diversidade quanto ao número de estabelecimentos contidos num e noutro ponto do espaço não diz só respeito ao caráter quantitativo que tais números representam mas, também, às diferentes qualidades que tais densidades possam tomar. Ou seja, diz respeito também às diferentes qualidades que configuram cada montante de estabelecimentos. Neste sentido é que, para apreender as particularidades do capital urbano de Jardinópolis, procedemos a um inquérito junto aos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços do município.

Para definir quais e quantos estabelecimentos seriam sujeitos a inquéritos, recorremos a dois expedientes. O primeiro relativo ao inventário dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços do município, únicos dados disponíveis na Prefeitura Municipal (2), e o segundo, referente ao procedimento estatístico com a finalidade de levantamento de uma amostra significativa sob a qual recairíam os questionários a aplicar. Tais expedientes, no entanto, não se comportaram modelarmente. Na realidade surgiram inúmeros problemas que tiveram que ser contornados. A princípio fomos levados a pensar mais em uma espécie de "azar" no campo da investigação devido à carência, à não padronização e às séries incompletas dos dados que buscávamos. Na verdade o fato é que as fontes de dados secundários representam também um retrato das condições administrativas do nosso país as quais são, em geral, precárias, devido a falta de tradição na documentação e registro de nossa história onde muitas vezes os documentos ficam sujeitos a perdas e extravios. Junta-se a isso a

---

(1) O termo "estabelecimentos urbanos" é empregado objetivando fluência na redação, como sendo o conjunto de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.

(2) O emprego de uma listagem utilizando-se de outras variáveis, como o número de pessoal ocupado e valor de produção ou receita, publicados nos Censos Industriais seria improcedente na medida em que esses dados não são divulgados quando o número de estabelecimentos industriais por gênero é inferior a três. No nosso caso, dos onze gêneros industriais existentes em Jardinópolis em 1975, apenas três conteriam tais informações.

fragilidade com que o sistema administrativo está assentado, tanto a nível dos recursos humanos - nem sempre adequadamente preparados - como pelo seu nível organizacional alicerçado numa burocracia em busca de uma suposta racionalização.

Tal realidade fez com que a definição primitiva dos estabelecimentos a serem pesquisados nem sempre pudesse ser levada a efeito. Em primeiro lugar porque alguns estabelecimentos escolhidos a partir da listagem da administração local não funcionavam mais e, como ainda não haviam dado baixa na Prefeitura, continuavam constando do rol de estabelecimentos urbanos ; por outro lado, havia estabelecimentos que não constavam ainda na relação da Prefeitura pois estavam com a papelada em trâmites na administração municipal ou mesmo porque tal listagem carecia de uma simples atualização dos dados. Embora os questionários de pesquisa contivessem um núcleo comum de perguntas para todos os estabelecimentos urbanos, tais como: o número de pessoal empregado e a origem do capital, também tinham questões específicas relativas à industria ou ao comércio e serviços. Na medida em que um estabelecimento estava declarado como estabelecimento industrial ou comercial incorporava um determinado estrato e sofria um processo de amostragem dentro daquele estrato. Mas, algumas vezes a pesquisa de campo denunciava não ser mais essa a condição do estabelecimento fazendo com que se corrigisse a listagem e se alterasse sua posição no âmbito geral dos estalecimentos. Outras vezes, atualizava-se a razão social que havia sido modificada mas estava ainda em processo de registro.

Tais problemas - constar ou não da lista de estabelecimentos que se tinha na mão, ter uma razão social diferente da indicada e ter mudado a atividade principal - foram descobertos nos estabelecimentos sorteados modificando-se a porcentagem da amostra inicial.(Tabela XVII e XVIII)

O procedimento amostral baseou-se na definição de uma amostra casual simples estratificada - partilha proporcio

nal (3). Os estratos foram definidos de acordo com o critério de homegeneidade, ou seja, buscando tornar cada estrato o mais homogêneo possível e tornar os estratos entre si, o mais heterogêneo que se conseguisse. Dentro de cada estrato realizou-se uma amostragem aleatória independente, com um número de unidades amostrais selecionadas proporcional ao número de estabelecimentos de cada estrato.

Com um total de 41 indústrias e 283 casas comerciais e de serviços, fixando-se:

$$\alpha = 5\% \text{ (erro tipo I)}$$

$$\varepsilon = 2\% \text{ (erro absoluto)}$$

$$p = 0.20$$

chegou-se ao tamanho da amostra, 29 indústrias, correspondendo a 70,7% desse universo e a 74 casas comerciais de serviço relativas a 26,1% do total desses estabelecimentos.

Como não se utilizou o processo de substituição, o aumento do erro amostral pode estar mais dimensionado devido a ocorrência de ausência de respostas. No entanto a distância entre o Índice previsto e o efetivamente realizado não comprometea representatividade da amostra. (4)

---

(3) KISH, Leslie - Survey Sampling, John Willey & Sons, New York, 1965.

(4) Por exemplo, na listagem das indústrias obtida na Prefeitura, seu número era de 39. A investigação no campo chegou a determinar 41 estabelecimentos passíveis de incorporarem o universo de pesquisa.

Nº de indústrias da listagem da Prefeitura	39
Nº de indústrias acrescidas	6
Total	45
Nº de indústrias que não haviam começado a funcionar e ainda não tinham registro na Prefeitura	1
Total	44
Nº de indústrias que não haviam começado a funcionar	2
Total	42
Nº de indústrias que passaram exclusivamente a atividade comercial	1
Total	41

TABELA XVII

JARDINÓPOLIS, 1980

Distribuição do nº de estabelecimentos industriais conforme a estratificação em gêneros e ramos, seguida do número da amostra , sua porcentagem, questionários respondidos e não respondidos e porcentagem da amostra efetiva.

Gêneros e Ramos Industriais	Total NºABS	Amostra NºABS	Amostra %	Questionários respondidos	Questionários não respondidos	Amostra Efetiva %
Produtos alimentares						
Máquina de beneficiamento de arroz	6	4	66,7	3	1(a)	50,0
Beneficiamento de arroz e comercio de arroz e outro cereal	4	3	75,0	1	2(a)(b)	25,0
Aguardente	2	1	50,0	1	-	50,0
Padaria	3	2	66,7	1	1(c)	33,3
Doce	2	1	50,0	1	-	50,0
Sub-Total	17	11	65,0	7	4	41,2
Madeira e Mobiliário						
Carpintaria,marcenaria e serraria	3	2	66,7	2	-	66,7
Móveis e estofados	8(*)	6	75,0	6	-	75,0
Sub-Total	11	8	72,7	8	-	72,8
Diversos	14(**)	10	71,4	8	2(b)(c)	57,2
Total	41	29	70,7	23	6	56,0

(*) As indústrias de móveis, que na época tinham registro na Prefeitura eram em número de 7.

(**)Neste estrato estão incorporadas 4 indústrias que não constavam na listagem de indústrias da Prefeitura.

(a) Passou de atividade industrial e comercial para apenas comercial

(b) Ainda não entrou em atividade.

(c) Não foi possível falar com o dono.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jardinópolis - 1980

TABELA XVIII

JARDINÓPOLIS, 1980

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS CONFORME A ESTRATIFICAÇÃO EM GÊNERO E RAMO, SEGUIDA DO NÚMERO DA AMOSTRA, SUA PORCENTAGEM, QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS E NÃO-RESPONDIDOS E PORCENTAGEM DA AMOSTRA EFETIVA.

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS	Nº TOTAL	Nº DA AMOSTRA	QUESTIONÁRIOS NÃO RESPONDIDOS						AMOSTRA EFETIVA	% DA AMOSTRA EFETIVA
			RECUSA	PROBLEMA DE LOCALIZAÇÃO	CASA FECHADA	FECHADA DURANTE O DIA	AUSÊNCIA DO DONO	TOTAL		
Estabelecimentos Comerciais	180	48	2	3	1	-	4	10	38	21,1
Produtos Agropecuários	21	5	-	1	-	-	-	1	4	19,0
Material de construção	7	2	-	-	-	-	-	-	2	28,6
Veículos a motor, peças e acessórios	8	2	-	-	-	-	-	-	2	25,0
Combustíveis e Lubrificantes	8	2	-	1	-	-	-	1	1	12,5
Material elétrico, peças de aparelhos eletrodomésticos e discos	10	3	1	-	-	-	-	1	2	20,0
Livraria e Papelaria	2	1	-	-	-	-	1	1	0	0,0
Produtos Farmacêuticos e afins	4	2	-	-	-	-	-	-	2	50,0
Tecidos, Artefatos de Tecidos, Artigos do Vestuário e Armarinho	44	11	-	-	-	-	1	1	10	25,0
Produtos alimentícios	70	18	1	1	1		2	5	13	18,6
Açougue	8	2	-	-	1	-	1	1	1	12,5
Supermercado	10	3	-	-	-	-	-	-	3	30,0
Armazém e mercearia	51	13	-	1	-	-	1	4	9	17,6
Tabacaria	1	-	-	-	-	-	-	-	-	17,6
Artigos Diversos	6	2	-	-	-	-	-	-	2	40,0
Artigos de Joalheria e Relojoaria	3	1	-	-	-	-	-	-	1	33,3
Funeraria	1	1	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Móveis	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artigos de barro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estabelecimentos de Serviços	103	28	-	3	1	1	1	6	22	21,4
Serviços de Alimentação	62	16	-	2	-	1	-	3	13	20,9
Bar e Botequim	44	11	-	1	-	1	-	2	9	20,4
Bar e Restaurante	4	1	-	-	-	-	-	-	1	25,0
Bar, Sorveteria, Lanchonetes	14	4	-	1	-	-	-	1	3	21,4
Serviços de Reparação	21	5	-	-	-	-	-	-	5	23,8
Reparação de Veículos	19	5	-	-	-	-	-	-	5	23,8
Reparação de Estofados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reparação de Vidraçaria	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Pessoais	18	6	-	-	1	-	1	2	4	22,2
Barbearia	7	2	-	-	-	-	1	1	1	14,3
Conserto de Sapatos	1	1	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Alfaiataria	5	2	-	-	1	-	-	1	1	20,0
Laboratório de Análises Clínicas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auto-Escola	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despachante Policial	3	1	-	-	-	-	-	-	1	33,3
Outros Serviços	2	1	-	-	-	-	-	1	0	-
Empreiteiro de Mão-de-Obra Rural	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de Escavação	1	1	-	1	1	-	-	1	0	-
Total	283	76(*)	2	6	2	2	1	5	16	21,20

(*) Devido às aproximações decimais, a amostra de 74 estabelecimentos superdimensionou-se para 76

Fonte: Prefeitura Municipal de Jardinópolis, 1980.

Quando a amostra de um estrato, por exemplo, comportava 6 questionários para um universo de 8 estabelecimentos, tendo todos os questionários sido realizados, a proposição da amostra atingiu 75% do universo. Por outro lado, quando aplicamos 7 questionários para um universo de 17 estabelecimentos esses representaram 41,2% do total do estrato. Isto porque a representação amostral sendo relativa ao universo de cada extrato, quanto maior o estrato, menor a proporção da amostra e vice- versa. Igualmente os inquéritos nas casas comerciais e de serviços selecionadas que não foram possíveis de se realizarem devido a problemas de localização, não funcionamento e mesmo recusa, fizeram baixar para 21,2% a representação amostral.

As alterações no tocante a amostra estimada para os estabelecimentos urbanos determinou que cerca de 80% dos questionários fossem levados a efeito. Particularmente com relação aos estabelecimentos industriais, 79,3% da amostra se realizou e, quanto aos estabelecimentos comerciais e de serviço, o foram 78,9%.

Em relação à classificação dos gêneros industriais chegamos a três conjuntos distintos. O primeiro englobando o gênero de Bebidas ao de Produtos Alimentares em função da similaridade de seu consumo, o segundo dizendo respeito ao conjunto formado pelo gênero Madeira e Mobiliário devido a identidades que guardam quanto ao seu processo técnico de produção e o terceiro referente a um conjunto de estabelecimentos com pouca representatividade por gênero, os quais foram englobados na categoria Diversos. Quanto a esses, referem-se aos gêneros de Metalurgia, Calçados, Editorial e Gráfica, Material de Construção e os principalmente denominados propriamente Diversos.

Tais combinações entre os gêneros dizem respeito às adequações referentes às particularidades da indústria de Jardinópolis e a "existência de semelhanças entre alguns deles quanto ao processo técnico de produção e características dos produtos liberados", (Andrade: 1979; 36), conforme utilização da proposta da classificação industrial de Pierre George.

Quanto à classificação dos gêneros e ramos das casas comerciais e de serviço, esta se refere à tipologia utilizada pela Fundação Brasileira de Geografia e Estatística.

Primeiramente indagamos acerca das transformações quanto à predominância de determinados tipos de estabelecimentos e quanto às modificações em relação ao número total dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Já havíamos percebido que a diversificação da agricultura no município após a hegemonia da cafeicultura havia significado uma nova inserção na divisão territorial do trabalho, ditada pelo capital industrial que se traduziu em momentos de estagnação da cidade os quais se romperam com a intensificação do capital no campo. A cidade transformou-se em locus de moradia da população rural requerendo condições urbanas de apoio a esse trabalhador sem, contudo, desdobrar suas atividades urbanas.

A capitalização intensificada do campo redefiniu não só a demanda de mercadorias para o consumo não produtivo dos trabalhadores como também desenvolveu a comercialização de cereais, sementes de capim e adubos químicos evidenciando a substancialização da cidade frente às novas condições gerais da produção agropecuária.

Na cidade os armazéns perderam aquela característica interiorana onde eram vendidos desde chapéus, pirulitos , chupetas, mantimentos, panelas e enxadas dispostos pelo chão,portas e calçadas. A venda cedeu lugar ao supermercado que na verdade dista muito dos das grandes cidades. Em geral o recinto e a oferta de mercadorias são diminutos, ficando a similaridade com o supermercado por conta da organização das mercadorias em prateleiras e da instalação de caixas registradoras automáticas para o auto-atendimento. Embora o proprietário ainda administre o seu negócio, a relação do comerciante com o freguês, o comprador, é distante e até mesmo impessoal.

Os bares continuam mantendo uma fisionomia de mesas e cadeiras vazias durante o dia à espera dos fregueses habi

tuais do final de tarde. As lojas caracterizam-se por uma variabilidade muito grande em função dos diversos artigos expostos num mesmo local, como tecidos, armarinhos, calçados, roupas de cama e mesa... ao lado de uma variedade muito pequena de cada artigo.

A pouca movimentação comercial caracteriza o lugar com suas ruas vazias com exceção da manhã de domingo, quando os moradores do campo e os trabalhadores da cidade levam ao Centro um intenso burburinho provocado pela movimentação das compras. São carros, carroças, caminhões, caminhonetas e pedestres que se cruzam fazendo trepidar a quietude do lugar.

Os estabelecimentos de serviços tem sua maior representatividade nos bares e botequins e, em segundo lugar nos estabelecimentos reparadores de veículos, comprometidos com 70% dos produtos comercializados ou serviços prestados na cidade interessando ao atendimento da mecanização do transporte e do trabalho da circunvizinhança rural da cidade. Haja visto que as atividades de comércio e serviço ligadas ao setor de automotores , quer, sejam a comercialização de peças para carros, caminhões , caminhonetas, tratores como também a presença de funilarias, oficinas mecânicas e postos de gasolina correspondem a 13,5% dos estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade. Tomando-se apenas as atividades de serviço para automotores sabendo-se de antemão que está subdimensionada, já que alguns postos de gasolina com prestação de serviços não se incorporaram aos dados dada a dificuldade em se selecionar quais os que mantêm além da atividade comercial, também a de prestação de serviços vemos que 8,4% dizem respeito às funilarias e oficinas mecânicas.

A prestação de serviços pessoais direciona-se fundamentalmente para atender a população local quanto aos serviços de barbearia, sapataria, alfaiataria, auto-escola, laboratório de análise clínicas, etc...

Na pesquisa de campo, os serviços de higiene pessoal, reparação e outros serviços apresentam uma dinâmica bastan

te diferenciada. Cerca de metade (44,5%) destes estabelecimentos declararam que a demanda por tais serviços tem crescido constantemente contra 33,3% que responderam uma invariabilidade quanto ao número de prestações destes serviços e 11,1% que indicaram queda dos mesmos. Os estabelecimentos do ramo de prestação de serviços e automotores foi o único em que as respostas foram unanimes no tocante ao aumento crescente de demanda refletindo a progressiva mecanização da agricultura e o crescimento do número de veículos em geral.

Todos buscam, em maior ou menor grau, o comércio local. Desde fazendeiros a bóias-frias, segundo as possibilidades de consumo de cada um. Aqueles habitantes de Jardinópolis mais privilegiados extrapolam o âmbito local de consumo dirigindo-se, pelo menos, até Ribeirão Preto, para a satisfação de bens e serviços. Os com menor poder aquisitivo, significando a grande massa dos trabalhadores têm no próprio centro local o seu vetor de consumo. Como a dinâmica das atividades de comércio e serviços de Jardinópolis encontra similares nas cidades vizinhas de mesmo porte, justifica-se então, uma demanda regional muito pequena, 5,2%. Essa demanda diz respeito sobretudo aos consumidores atacadistas, vindos da própria região e dos Estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo em busca de produtos para a agricultura, como sementes de capim, grãos de milho e adubos químicos e orgânicos.

Situação angustiante é a das casas comerciais e de serviço do distrito de Jurucê, limitadas ao consumo da população daquele distrito que tem não só uma dimensão pequena como também um baixo poder aquisitivo concorrendo para dar uma fisionomia desolada às poucas casas comerciais e de serviço ali instaladas.(5)

A história de um dos entrevistados deste distrito revela uma trajetória de agonia. Moradores de um sítio, venderam

(5) Desde meados da década de 50 o distrito de Jurucê vem sofrendo uma regressão acentuada de sua população, contando, em 1980, com apenas 786 pessoas na vila.

tudo, desde a casa até a criação: porcos e galinhas. Compraram um bar onde vendiam latarias, pão, bebidas e doces, até o fracasso total do negócio ficando à espera da liquidação de toda a mercadoria restante para fechar as portas. Os comerciantes apontaram não poder concorrer com os preços menores dos supermercados da cidade que possuem a vantagem de poderem proceder a entrega domiciliar das mercadorias e nem mesmo concorrer com os vendedores ambulantes que burlam o fisco.

O isolamento do distrito em relação à cidade, apesar de distante só 10 km em estrada de terra - alagável na época de chuvas provocando atolamentos de veículos - não lhe garante, no entanto, uma vida comercial independente. O distrito está umbelicalmente ligado e dependente da sede municipal.

No município a característica do comércio e serviços é de pequenos estabelecimentos funcionando no mais das vezes como extensão da residência familiar, concorrendo para que o horário de seu funcionamento obedeça a disposições pessoais e particulares dos comerciantes. Dos 60 questionários aplicados ocorreram 34 diferentes horários de funcionamento. Nos fins de semana o movimento é maior. Cerca de metade (43,3%) dos estabelecimentos apontaram o sábado e o domingo como os dias de maior movimento.

A essas características apontadas - demanda fundamentada no consumo local, dependência e submissão do comércio distrital em relação à sede do município, bares, lojinhas, movimento de vendas maior nos fins de semana e vinculação do atendimento comercial e de serviços conforme às disposições pessoais dos comerciantes - junta-se o desaparecimento progressivo do sistema de compra a crédito por "caderneta" e o acirramento da concorrência intra-urbana.

O crédito baseado nas "cadernetas" diz respeito a um relacionamento direto e pessoal entre o comerciante e o comprador. Na medida em que as relações sociais tem tendido cada vez

mais a impessoalidade tal sistema vem desaparecendo, dando progressivamente lugar a formas mais impessoais de regulação creditícia. Através de "cadernetas" remanescentes, duplicatas, promissórias ou outras formas de acordo - cheques pré datados, por exemplo - metade das casas comerciais e de serviço (55,2%) garantem suas vendas.

Não há uma relação direta entre as formas de fornecimento de crédito e os ramos comerciais e de serviços. Por exemplo, os bares e os supermercados podem fornecer ou não algum sistema de crediário. A relação vincula-se muito mais diretamente à dimensão do capital da atividade comercial e de serviços pois, quando assentada num montante mais significativo, passa a operar cada vez mais com financiamento na compra de estoques possibilitanto o crédito ao consumidor, já que se torna cada vez mais possível um retorno de capital em prazo mais longo e com maiores vantagens. Mas, devido a fragilidade dos negócios, muito dos créditos que eram mensais passaram a serem semanais, principalmente aqueles baseados no sistema de "cadernetas".

A grande maioria das casas comerciais - 70,7% dos estabelecimentos - encontra no próprio comércio local uma forte concorrência. Apenas 20,7% dos estabelecimentos comerciais têm em Ribeirão Preto sua praça concorrencial. As casas que estão mais sujeitas à concorrência da metrópole regional são as do ramo de material de construção, de peças de caminhões, tecidos, roupas, calçados, adubos e fertilizantes e sementes de capim. Aqueles que declararam ser a concorrência tanto local como de Ribeirão Preto dizem respeito aos ramos de comércio de peças de automotores, tecidos, calçados, armarinhos... e, do ramo de comércio de cereais, totalizando, no entanto, apenas 4 respostas, representando um pouco mais de 5% das casas comerciais e de serviços. Os estabelecimentos que sofrem sobretudo a concorrência local referem-se aos bares, lanchonetes, restaurantes, sorveterias e à totalidade das casas de abastecimento alimentar familiar - açougues, supermercados e empórios - como também as oficinas mecânicas.

Os deslocamentos no espaço não são só influenciados pela localização de bens e serviços; são primordialmente determinados pelo mercado de trabalho pois o trabalho é o meio pelo qual o homem procura obter o acesso à satisfação de suas necessidades historicamente determinadas.

Expulsos do campo, os trabalhadores rurais vêm cada vez mais afirmar a separação entre o seu local de trabalho e o seu local de moradia. Os meios de circulação material - as estradas - garantem uma aparente liberdade que é cerceada pela condições de vida. Separa-se a luta por melhores condições de trabalho e de salário, da luta por melhores condições de vida no local de moradia - luz, asfalto, escolas... O conflito entre capital e trabalho encontra nesta cisão, um fosso atenuador das tensões sociais, o confronto direto entre capital e trabalho no ambiente de vida acabou pouco a pouco se diluindo.

Essas transformações nas relações de trabalho no campo requerendo da cidade a materialização de novas condições gerais de produção fizeram-se acompanhar por um estabelecimento tênue das atividades industriais, comerciais e de serviços.

O abre e fecha de portas dos estabelecimentos denuncia a fragilidade do capital nas atividades urbanas, onde 61,9% das indústrias pesquisadas datavam dos anos setenta. Num cenário aparentemente sempre novo e renovado,"nascem e morrem" , muitos estabelecimentos em função dos imperativos de ordem econômica. Apesar disso desde os anos sessenta o número de estabelecimentos industriais praticamente não se alterou depois de ter conhecido um incremento de 21,1% entre 1940 e 1950. (6)

A relativa estabilidade do número de estabelecimentos industriais fez-se acompanhar de uma alteração em função dos gêneros de atividades. Essas alterações não significam, no entan

(6) Em 1940 haviam 35 estabelecimentos industriais, 48 em 1950, 44 em 1960 , 43 em 1970 e 42 em 1980.
Fonte: Censos Industriais, 1940 - 1980 - FIBGE e Pesquisa do Campo - 1980.

to, uma diversificação na estrutura industrial pois essa caracteriza-se ainda pela persistência dos ramos tradicionais. A observação das datas de instalação dos estabelecimentos industriaisem Jardinópolis, obtidas pela pesquisa de campo, indica que nos anos 50 e 60 implantavam-se indústrias de Produtos Alimentares e que durante a década de 70 incrementavam-se as indústrias de Madeira e Mobiliário. (Tabela XIX)

Através de fontes secundárias podemos reiterar esta informação e ainda observar o declínio de algumas atividades industriais, como dos ramos de Extração de Minerais, Transformações de Produtos Minerais não Metálicos e de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos que foram os que apresentaram maior decréscimo quanto ao número de estabelecimentos desde 1960. (Tabela XX)

O decréscimo do número dos estabelecimentos transformadores de Produtos Minerais não Metálicos diz respeito ao desaparecimento de muitas olarias no Município.A instalação destas atividades é relativamente facilidade, por não exigir um padrão técnico desenvolvido e nem um montante expressivo de capital,mas é subordinada à disponibilidade do recurso natural - recurso esgotável - e à concorrência de produtos alternativos para a construção civil, como blocos de cimento, telhas e cerâmicas que passaram a ser produzidas em escala verdadeiramente industrial em várias cidades do interior.

Quanto ao Genero de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos houve uma significativa alteração. Em 1960 havia 8 indústrias deste gênero, em 1980 apenas duas - fundadas em 1942 e 1979 - logo, somente uma das registradas em 1960 havia sobrevivido.Tal desaparecimento relaciona-se à introdução de tecnicas industriais avançadas no setor de confecções tornando a viabilidade empresarial condicionada, cada vez mais, à existências de um patamar de capital determinado, que não ocorreu em Jardinópolis.

TABELA XIX

JARDINÓPOLIS, 1980

DATA DE INSTALAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS COM INDICAÇÃO DOS RAMOS DE ATIVIDADES (7)

INDÚSTRIAS	Ano de Instalação	Gráfica	Madeira	Mobiliário	Calçados	Produtos alimentares	Metalurgia	Blocos de cimento
01. Ind. de Calçados Ivan Garotti Ltda	1942				x			
02. Ind. e Com. de Móveis S. José	1957			x				
03. Bertini & Cia.-Ind. de Artefatos de Madeira e Ferro Ltda	1957						x	
04. J. Aquilera e Cia. Ltda	1958					x		
05. Ind. e Com. de Cereais Rassi	1958					x		
06. Renor Targa	1960					x		
07. Albino Marincek	1969					x		
08. Ciniro Côrrea	1969		x					
09. Tipografia Walgráfica Ltda	1970	x						
10. Renato Bertini Filho	1971			x				
11. Reynaldo G. Rosanesse	1971			x				
12. Gráfica Lima Ltda	1972	x						
13. Mobibe Ind. de Móveis Jardinópolis Ltda	1973			x				
14. Antonio R. Roque	1973					x		
15. Gerulino Oliveira Sampaio e Cia. Ltda	1974		x					
16. Ind. e Com. de Móveis Castor Ltda	1974			x				
17. Canamista Industrial Ltda	1976					x		
18. Marques Machado e Cia Ltda	1977			x				
19. Elio Luzente	1977		x					
20. Antonio Côrrea Jardinópolis	1978							x
21. Lacava Calçados Ltda.	1978				x			
22. Cerealista Brigliadori	(**)							
23. Julio Brassalora Ltda	(***)							

(7) Indústrias sorteadas na amostra; para as demais não há dados disponíveis.

(**) Antiga Cerealista Argentato. Não se pode obter a data de fundação desta cerealista. Em 1980, a cerealista mudou sua razão social.

(***) O dono do empreendimento não lembrou a data de fundação.

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980

TABELA XX

JARDINÓPOLIS, 1960 - 1980

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO OS GÊNEROS. (8)

Gêneros Industriais	A N O S		
	1960	1970	1980
Extração de minerais	3	5	1
Transformação de produtos de minerais não metálicos	7	8	1
Metalurgia	1	-	2
Material de transporte	2	-	-
Madeira	5	-	4
Mobiliário	-	5	8
Borracha	-	-	1
Couros, peles e similares	1	1	1
Química	-	1	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8	6	2
Produtos alimentares	15	14	15
Bebidas	-	1	2
Editorial e gráfica	1	2	2
Diversos	1	-	2
Total	44	43	41

Fonte: Censos Industriais - FIBGE
Pesquisa de Campo - 1980.

Em 1980, os gêneros industriais Produtos Alimentares e Mobiliário, representavam 56% dos estabelecimentos industriais do município. Nestas condições, a produção de móveis e de produtos alimentares acabaram por ser responsáveis por 68,2% dos produtos que caracterizam a indústria fabril de Jardinópolis ficando pouco representada a produção para o consumo produtivo que, quase sempre, procura localizar-se em áreas de maior densidadede capital. (9) (Tabela XXI)

(8) Só a partir do Censo Industrial de 1960 é que estão desagregados, por município, os dados relativos aos ramos industriais.

(9) Apenas uma indústria - uma serraria - produz bem intermediário através da fabricação de chapas de madeira para a indústria de móveis.

TABELA XXI
JARDINÓPOLIS, 1980
PRODUTOS DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Produtos Fabricados	Nº de Estabelecimentos
Produtos Alimentares	7
Beneficiamento de arroz	3
Aguardente, rapadura e pão	3
Beneficiamento de algodão e arroz	1
Produtos relativos à Madeira	8
Móveis em geral	6
Mala enxoval (marcenaria)	1
Chapas de madeira	1
Outros	7
Blocos de cimento	1
Calçados	2
Nº e ralos de alumínio	1
Jornal Jardinópolis	1
Impressos em geral	1
Artefatos de madeira e ferro	1
Total	22

Obs: Uma indústria - carpintaria - não produz atualmente mercadorias fazendo somente consertos de carrocerias de caminhão.

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980

As casas comerciais e de serviços mais antigas de Jardinópolis, reportam-se a década de 50, mas representam apenas 3,4% do total. Instalaram-se na década de 70, cerca de 2/3 dos atuais estabelecimentos comerciais e de serviços demonstrando - ao contrário dos estabelecimentos industriais - um crescimento de seu número refletindo a expansão recente do comércio da cidade. (Tabela XXII)

O comércio atacadista que contava com 5 estabelecimentos em 1940 passou a ter 38 casas em 1980. A absorção de em

pregos cresceu em quase trinta e sete vezes (10).Por outro lado, a urbanização da população e seu progressivo assalariamento redefinindo a demanda de mercadorias concorreu para o crescimento,embora em menor dimensão, do comércio varejista. Das 75 casas comerciais varejistas em 1940, chegou-se a 122 estabelecimentos em 1980.

TABELA XXII
JARDINÓPOLIS
PERÍODO DE INSTALAÇÃO DAS CASAS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS (*)

Período	Nº de Estabelecimentos	Porcentagem
Década de 1950	2	3,3
Década de 1960	14	23,3
Década de 1970	36	60,0
1980	5	8,4
N.R.	3	5,0
Total	60	100,0

(*) Estabelecimentos sorteados na amostra; para os demais não há dados disponíveis.

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980

Quanto às atividades de serviços no período compreendido entre 1960 e 1970, houve um grande crescimento do número de estabelecimentos, os quais quase duplicaram, pois passa de 71 para 121 unidades (11). O seu pouco capital faze com que cer

(10) Em 1940 havia 16 pessoas ocupadas no comércio atacadista, incluíndo - se os membros não remunerados da família do comerciantes que tinham atividade no estabelecimento,em 1980 havia 586 pessoas envolvidas nas atividades do comércio atacadista. (Censos Comerciais e Censos de Serviços,1940 e 1980)

(11) Uma análise mais detalhada dos estabelecimentos de serviços tornou-se comprometida porque aqueles serviços, por exemplo, como o de alfaiates , constureiras, sapateiros e estúdios de fotografia faziam parte da categoria de Confecção e Reparação em 1950 mas passaram a fazer parte da categoria Serviços Pessoais em 1960. Outras atividades que anteriormente eram classificadas como Atividades Auxiliares do Comércio (1950) - tais como, agências, corretoras e intermediários de vendas de mercadoria, armazéns gerais, guarda-móveis, escritórios de contabilidade - transferiam-se para a categoria Serviços a partir de 1960. A reconstituição dos dados tornou-se impraticável na medida em que os dados das Atividades Auxiliares de Comércio não são apresentados para os municípios em particular.

ca de metade dessas casas funcionem como empreendimento doméstico. Do pessoal ocupado nas atividades comerciais e de serviços, 38,6% são os próprios proprietários. Embora possa parecer de antemão que os restantes 60% sejam compostos por empregados, este não é o caso. As casas comerciais contam de maneira significativa com o trabalho não remunerado das mulheres e filhos dos proprietários. Neste sentido, 20,8% contidos no montante de trabalho não exercido diretamente pelo proprietário, são relativos a trabalho sem remuneração. Apenas 40,6% do pessoal ligado ao setor é composto por assalariados. Sejam proprietários ou empregados, predomina a utilização de força de trabalho masculina, constituindo quase 70% dos indivíduos ligados às atividades comerciais e de serviços. Quanto à absorção do trabalho feminino este aparece ligado secundariamente, às atividades de escritório e fundamentalmente ao trabalho não remunerado. (Tabela XXIII)

No caso das indústrias, muitas operam com mão-de-obra familiar ligada até mesmo diretamente à produção (12). São empreendimentos que se colocam na fase embrionária da produção industrial fazendo coexistir tanto o trabalho familiar como o trabalho assalariado. Este é o caso de uma indústria de artefatos de madeira e ferro composta por sete sócios, sendo um deles progenitor dos demais que "com economias próprias montou negócio em terreno que comprou. Sem cobertura, trabalhou no 'tempo' e aos poucos foi construindo barracos para trabalhar". Na administração do empreendimento situam-se três sócios, enquanto que os outros quatro estão diretamente trabalhando na produção ao lado de onze operários. Justapõem-se aí a cooperação familiar ao assalariado de mão-de-obra. Neste estabelecimento a flexibilidade do processo produtivo assenta-se tanto na produção em série no atendimento de encomenda de uma única peça que pode serproduzida tanto por um trabalhador individual como elaborada por trabalho coletivo.

(12) Na pesquisa de campo pudemos detectar estabelecimentos onde havia uma simples simbiose do pequeno industrial com o agricultor, estabelecimentos sem nenhum operário onde o próprio dono produzia diretamente as mercadorias, estabelecimentos com predomínio de técnica manual e estabelecimentos com um nível técnico mais avançado. A todos chamaremos preliminarmente de indústrias.

TABELA XXIII
JARDINÓPOLIS, 1980
DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS.

Categorias	Número Absoluto	Porcentagem
Proprietários		
Total	76	38,6
Masculino	56	28,4
Feminino	20	10,2
Pessoal do Escritório		
Total	9	4,6
Masculino	3	1,5
Feminino	6	3,1
Empregados		
Total	71	36,0
Masculino	55	27,9
Feminino	16	8,1
Elementos ativos s/remuneração		
Total	41	20,8
Masculino	14	7,1
Feminino	27	13,7
Total		
Total geral	197	100,0
Total masculino	128	65,0
Total Feminino	69	35,0

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980

Em Jardinópolis justapõem-se processos mais desenvolvidos de produção, onde a divisão do trabalho pressupõe a estruturação de trabalho coletivo, com processos menos desenvolvidos, onde a reunião de trabalhadores nem sempre significa divisão de trabalho pois entendemos o processo cooperativo de trabalho como sendo:

"a forma de trabalho de muitos operários coordenados e reunidos no mesmo processo de produção, de acordo com um plano, ou em processos de produção distintos mas, conexos"..."
(MARX: Livro I; 262)

Na cooperação a totalidade do produto é fruto de um trabalho coletivo em que o trabalho de cada um é o princípio de trabalho de outro. Essa cooperação pressupõem uma dada magnitude de capital que dê conta não só de satisfazer o montante necessário à reprodução da força de trabalho de muitos trabalhadores, como também de pagar os meios de produção necessários e pressupostos no trabalho coletivo.

O patamar mínimo dessa magnitude é o deslocamento da pessoa do capitalista com a pessoa do trabalhador manual. Quando ambos coexistem numa mesma pessoa, a produção capitalista não está sendo realizada. A simbiose entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador transforma o patrão no próprio explorador de si mesmo.

No caso das beneficiadoras de arroz do município, excetuando apenas uma que possui só um operário, as demais mostram simbiose entre o trabalhador e o proprietário. São sobrevivências de formas antigas de produção dentro da lógica capitalista. Em si, atuam mais como prestadoras de serviços porque fundamentalmente fazem o beneficiamento de arroz para os pequenos produtores locais. Muitas vezes a mediação na relação entre o agricultor que leva o produto e o dono do estabelecimento que o beneficia não é feita através do dinheiro mas através do produto. O agricultor deixa uma parte do produto em pagamento ao "serviço" prestado. Outras vezes, nas indústrias rurais o arroz é beneficiado. No campo, aí 75% do produto beneficiado é consumido pelo próprio produtor, ficando portanto, no âmbito de uma produção doméstica. (13)

As grandes beneficiadoras de arroz não estão aí lo

(13) Fonte: Censo Agropecuário, 1975

calizadas mas sim no "core" de áreas produtoras de arroz, destacando-se os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Em muitos casos a atividade de beneficiamento de arroz se mescla com as atividades atacadistas de produtos agrícolas fazendo com que muitos dos grandes produtores industriais também sejam grandes comerciantes atacadistas com poder de ditar também as normas de comercialização.

Outros estabelecimentos industriais são determinados também por esta simbiose entre o proprietário e o trabalhador. O caso de uma carpintaria e de uma metalúrgica tem esse mesmo vetor. Em ambos os casos a produção é incipiente. No primeiro são feitos alguns consertos e reparações de carrocerias de caminhão pelos filhos do antigo proprietário. Funcionando no fundo de um quintal, as atividades são poucas e praticamente a carpintaria está parada e bastante desativada após o falecimento do proprietário. As despesas provenientes das obrigações fiscais são consideradas muito pesadas e levadas a efeito com muita dificuldade.

Numa situação semelhante encontra-se também como atividade de fundo de quintal, montada "em rancho", uma metalúrgica que produz números e ralos de alumínios e, às vezes também faz consertos de panelas. Sua mercadoria é produzida a partir de sucata que o dono compra pessoalmente em Ribeirão Preto, aonde anteriormente trabalhou numa fundição de ferro.

> "A sucata tá dificil. Esses anos atrás tava bom. Tinha um moleque que às vezes ajudava mas hoje não mais porque não tem serviço pr'a mim. A borra que sobra, jogo fora, gente de São Paulo vem procurar e eu não sei pr'a que serve. Não ispiculo". (Júlio)

Jardinópolis apresenta no rol de suas indústrias situações como essas onde salienta-se o caráter não estreitamente capitalista destas atividades e onde ainda não se desenvolveu uma divisão no processo de trabalho. Sendo raro a utilização de trabalho assalariado, tal processo de produção não está sempre assentado em trabalho produtivo, no sentido de trabalho assalaria

do que se troca por capital reproduzindo-o com lucro.

Muitas vezes pudemos observar desconhecimento e falta de documentação em relação à organização do trabalho nos estabelecimentos. Frequentes eram as situações sem qualquer controle da atividade produtiva e sem conhecimento sistematizado da dinâmica do negócio. Algumas vezes não foi possível nem mesmo obter a data de início da atividade que, como tantas outras informações relevantes para a racionalidade da empresa, se perdia na preocupação miúda do dia a dia.

Torna-se importante lembrarmos que para o entendimento do processo de reprodução do capital nas atividades industriais é necessário considerá-las nas suas várias formas e fases industriais. Assim, por

> "manufatura se entende a cooperação baseada na divisão do trabalho... É um escalão intermediário entre o artesanato e a pequena produção mercantil com formas primitivas de capital, e a grande indústria mecanizada, a Fabrica".
> (LENIN: 1974; 354, 355)

Muito dos estabelecimentos de Jardinópolis aproximam-se da organização de manufaturas, onde a produção estrutura se em operações parciais com predomínio de técnicas manuais. A maquinaria ocupa um papel restrito ao lado da acentuada presença das mais diversas ferramentas.

O número e nível de complexidade da maquinaria existente é bastante reduzido. Apenas as indústrias de móveis com suas serras, tornos, fixadeiras, desengrossadeiras, furadeiras, tupias... e as de calçados, fundadas sobretudo em máquinas de costura, de acabamento, lixadeiras e prensas é que apresenta

ram melhor equipadas (14). Os demais estabelecimentos possuem , na maioria das vezes, a máquina chave para o processo produtivo: a máquina de beneficiamento de arroz, no caso das beneficiadoras, os tornos de moenda de cana, caldeira, alambique de fermentação e máquinas a vapor, no caso das indústrias produtoras de aguardente e rapadura, a máquina de fazer blocos dizendo respeito à fabricação de blocos de cimento e as guilhotinas e impressoras manuais e automáticas nas gráficas da cidade.

Nestes estabelecimentos melhor equipados fica claro e evidente a separação entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador. Aí, já se desenvolveu o processo de trabalho que é um pressuposto para a utilização de maquinaria. É fundamental que as operações parciais sejam enfeixadas umas às outras compondo um trabalho coletivo e uma divisão de trabalho nas diferentes fases de produção. Estabelece-se, então, uma relação qualitativa e quantitativa entre operários e maquinaria existente no processo produtivo. A utilização da maquinaria está baseada no fato de que ela aumenta a produtividade do trabalho implicando no barateamento dos custos. Consequentemente serve para manter ou desenvolver o ritmo de acumulação do capital, os mecanismos na elevação da produtividade do trabalho devem ser instigados. A exploração capitalista busca seguidamente produzir e captar cada vez mais valor, os quais irão substanciar a reprodução do capital.

Uma fábrica que poderíamos chamar de grande indústria, é assim considerada em função da totalidade do empreendimento e não apenas de sua parte produtiva alocada na cidade. Tra

---

(14) Qual seria a fronteira entre ferramentas, instrumentos de trabalho e máquinas? Conceitualmente poder-se-ia adentrar na discussão mas o que importa ressaltar de antemão é que o mesmo elemento pode ter significado diferente segundo a percepção dos entrevistados. Uma prensa, por exemplo, foi tanto apontada como ferramenta como máquina de prensar. Neste sentido aparecem indistintos no questionário.Perguntas sobre o número de máquinas e ferramentas, relacionavam os equipamentos "pela lembrança" ; tem "uma prensa, um formão, não, dois..."

ta-se de uma agro-indústria que tem no comércio de produtos agrícolas a origem de seu capital. Tradicionalmente voltada ao beneficio do arroz, a partir de 1977 dedicou-se ao beneficiamento do algodão mantendo nas cidades próximas de Guará e Ribeirão Preto- onde estão alocadas outras unidades produtivas - 57 operários , ficando a unidade produtiva de Jardinópolis restrita ao beneficiamento do arroz empregando apenas quatro operários. É porém , nesta cidade que se localiza toda a administração do empreendimento. Toda a produção é vendida para grandes indústrias alimentícias, tais como, Alpargatas, Sambra, Purina, Comove... Suas sementes selecionadas em estabelecimentos rurais próprios que extrapolam a região se projetando em direção a Goiás, são fornecidas também para a Secretaria da Agricultura.

As propriedades rurais vinculadas a essa agro-indústria ultrapassam a 1.200 alqueires; só em Jardinópolis compõem com uma série de propriedades sob arrendamento, uma verdadeira integração vertical subordinadora da agricultura à indústria. Justapõe-se, aí, ao grande empresário industrial, o grande arrendatário que, pela integração vertical apontam a unidade e o domínio de todas as fases requeridas à produção como um pressuposto lógico da atividade agro-industrial. Como dissemos é uma verdadeira fábrica, uma grande indústria, utilizando modernos recursos técnicos de adubação e maquinaria. Seus princípios de produção são racionais e sistemáticos, com regulação planificada da produção e controle administrativo sobre ela. Dentre as agro-industrias pesquisadas, foi a única que indicou o valor da produção em dados absolutos. As demais, o fizeram com respostas do tipo: "não tem base". Esse tipo de resposta se não serviu para dar comparabilidade aos dados, demonstrou, no entanto, o quão distante está o pequeno industrial do cálculo empresarial encontradono caso desta agro-indústria.

Vinculada às práticas agrícolas encontramos duas indústrias rurais (15) onde a intimidade com a terra não separa

(15) O Censo Agropecuário de 1975 define a indústria rural como sendo a resultante de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários realizada em instalações existentes nos estabelecimentos rurais-moinhos, moendas, casas de farinha, etc.

o pequeno industrial do agricultor. Caracteriza-se por uma estabilidade técnica no processo de produção, por um âmbito dos mais restritos de comercialização das mercadorias produzidas e das matérias-primas utilizadas e, também por um volume insignificante de produção. Sua persistência estabelece-se no limiar da margem de lucro. Seu colapso significaria a morte da intimidade da agricultura e indústria com base no produtor rural direto. Isto, porque o grande capital mesmo aproximando a agricultura da indústria, estabelece um verdadeiro abismo entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador.

Em Jardinópolis, exemplos de indústria rural são dois estabelecimentos que fabricam aguardente e rapatura (16). Antigamente havia muitas dessas indústrias no município que eram movidas a fogo. As que não se reconverteram, fecharam.

> "Desde a época do meu pai havia de 12 a 15 fábricas de rapadura. Faço rapadura há mais de 50 anos; o único de Jardinópolis, ficou um". (Albino)

O trabalho árduo exigido pelas moendas e caldeiras não atrai trabalhadores. Além de contar com o problema na obtenção de força de trabalho, esses estabelecimentos encontram dificuldades na obtenção de abóbora e mamão que entram no fábrico dos doces. Diante de tal quadro, o entrevistado confessou: "Vou continuar assim, com essa produção, ou parã". Na afirmação do proprietário este estabelecimento teve sua origem, "na lavoura, nos braços". A intimidade com a terra e sua dependência evidencia-se também na sazonalidade do processo produtivo fazendo funcionaras moendas e caldeiras no período da colheita de cana, de maio a setembro.

Outro estabelecimento que produz doces e aguardente cessou suas atividades. O proprietário passou a dedicar-se exclusivamente ao arrendamento de terras plantando algodão, milho, soja e cana. Comentando a dureza do trabalho da roça salientou que

(16) Durante a pesquisa verificamos que os tijolos de rapadura são também denominados de doces de cidra.

a mecanização é necessária só compensando, porém, em grande escala. Já possuindo 7 tratores, 2 colhedeiras de cereais e uma retrocarregadeira de cana acrescentou: "a mecanização vai forçando a mecanização".

Esse mesmo entrevistado elucidou sobre o abandono da produção de aguardente:

> "Financeiramente não compensa usar mais cana para aguardente. A mão-de-obra tá muito difícil para esse trabalho. É mão-de-obra braçal. Os mais velhos estão parando de trabalhar e os mais novos trabalham um dia e não voltam sempre. Hoje produzo 10 alqueires de cana, no tempo que fabricava rapadura cheguei a 25 alqueires. Com o programa do alcool esse ano a pinga tá mais cara. Talvez compense coltar ao ano que vem a produzir. A firma pode ficar parada 5 anos. É o direito que tem". (Mário)

Empresas desse porte e com essas características podem ser ativadas ou desativadas conforme as circunstâncias. As condições de reprodução ampliada do capital, gerais à sociedade, não deixa de implicar na reprodução do capital individual em qualquer que seja o ramo ou o lugar que a atividade esteja instalada. O lugar, o ramo de atividade e o porte da empresa podem condicionar o capital individual no movimento geral de reprodução do capital, desde a sua origem até as particularidades de sua reprodução.

Em Jardinópolis, nas indústrias pesquisadas predominam capitais oriundos de atividades comerciais e de serviços mas, há também os originários de atividades industriais anteriores. No primeiro caso, insere-se a indústria mais antiga de Jardinópolis - datada de 1942 - uma indústria de calçados que teve sua origem numa selaria e, no segundo caso, o maior empreendimento capitalista do lugar, voltado para o beneficiamento e a comercialização de produtos agrícolas.

Em seguida há aqueles estabelecimentos cuja formação do capital contou fundamentalmente com economias obtidas através de trabalho remunerado, quer seja sob a forma de salários ou

empreitada em atividades como as de operário, lavrador, pedreiro e químico. Os empreendimentos que tiveram esta origem são justamente os que apresentam os menores montantes de capital atual. Ainda poderíamos mencionar aqueles capitais oriundos da venda de imóveis rurais. (Tabela XXIV)

TABELA XXIV
JARDINÓPOLIS, 1980
ORIGEM DO CAPITAL DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Origem do Capital	Nº de Estabelecimentos	Porcentagem
Atividades urbanas		
Comércio e Serviços	5	21,7
Indústrias	3	13,0
Sub-Total	8	34,8
Venda de terra rural	2	8,7
Economias advindas de trabalho próprio		
Urbano	3	13,0
Rural	2	8,7
Sub-Total	5	21,7
Financiamento, herança e negócio	1	4,4
Venda de imóvel e acumulação pelo trabalho	1	4,4
Não respondeu	6	26,1
Total	23	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980.

O capital aplicado nas casas comerciais e de serviços em 25% dos casos é originário de poupança advinda de trabalho anterior, quer como assalariado ou como trabalhador autônomo. Dada a categoria profissional de origem, mecânico, operário, sapateiro, justifica-se o pequeno montante do capital atual. (Tabela XXV)

TABELA XXV

JARDINÓPOLIS, 1980

ORIGEM DO CAPITAL DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

Origem do Capital	Nº de Estabelecimentos	Porcentagem
Bens próprios sem especificação	4	6,7
Comercial	11	18,3
Economias adquiridas em trabalho anterior:		
como funileiro	1	1,7
como mecânico	3	5,0
como vendedor	1	1,7
como padeiro	1	1,7
como sapateiro	1	1,7
como operário	1	1,7
como mascate	1	1,7
sem especificação	5	8,3
Sub-Total	14	23,3
Empréstimo		
familiar	4	6,7
bancário	4	6,7
Sub-Total	8	13,3
Herança	9	15,0
Indenização por Trabalho	2	3,3
N.R.	12	20,0
Total	60	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980

Seguem-se os capitais originários de precedente atividade comercial, em 18,3% dos inquéritos aplicados. É o caso de uma casa de material de construção onde quem toma conta do negócio é a esposa e o filho do dono. Como o estabelecimento é uma

continuação da habitação familiar, seu funcionamento e forma de atendimento é também muito influenciado pela vida doméstica.

> "Antes de ter o depósito, depois a gente tinha um bar. Cinco anos se demorou para construir a loja , feiz primeiro um barracão no fundo e vendia lá e , depois pelejando, construiu a loja. Com o barracão no fundo funcionou dois anos". (Maria)

Ainda há aqueles capitais que tiveram sua origem em heranças e empréstimos, quer sejam bancários ou familiares.

> "Meu pai tinha um armazém. Eu trabalhava nele e estudava. O armazém não dava dinheiro. Vendemos e montou o posto". (Joana)

Um outro caso é o de uma antiga operária de uma fábrica de chapéus que montou uma loja de produtos de beleza e armarinhos em imóvel da família, após tirar empréstimo pessoal.Muitas ainda apontam a gênese do empreendimento a partir de venda de imóvel herdado e até mesmo advinho de fatos fortuitos, como o da venda de um carro ganho numa rifa.

Cerca de 1/3 dos comerciantes é que têm tradição familiar nas atividades comerciais e de serviços. Aqueles cuja atividade anterior não era a comercial apontaram motivos circunstanciais pelos quais mudaram de ramo de atividade, desde problemas de saúde que não mais permitiam manter a continuidade no trabalho anterior, como por exemplo, "as vistas curta" de um alfaiate e de um motorista ou até mesmo a procura de trabalho menos desgastante exemplificado no caso de um antigo operário ou, ainda , porque procuravam uma "tentativa de melhor posição" já que havia insatisfação com a atividade exercida que "só dava prejuízo".

Destas considerações sobre a origem do capital nos estabelecimentos urbanos de Jardinópolis atem-se o fato de que aqueles investimentos originários de economias feitas através de salários ou formas similares de remuneração são os que constituem menor montante atual. Os maiores montantes de capital tive-

ram sua origem em atividades urbanas, especialmente naquelas onde o empreendedor mantinha algum negócio próprio. Por outro lado, a comparação do capital inicial com o atual dessas indústrias mostrava-nos que houve um grande aumento do capital investido. (Tabela XXVI)

O montante de capital acaba por ser mais significativo que a característica da atividade. Tanto que as casas comerciais e de serviços do município têm características similares aos estabelecimentos industriais que dispõem de pouco capital.Os estabelecimentos comerciais com um capital superior a meio milhão de cruzeiros chegando até a CR$ 3.500.000,00, correspondem a 16,7% dos estabelecimentos, dizendo respeito às casas atacadistas - comercialização de cereais, adubos químicos e orgânicos e sementes de capim - nos níveis mais superiores e a casas varejistas de material de construção, tecidos e artigos de vestuário nos níveis inferiores. (17) (Tabela XXVII)

Em geral os estabelecimentos comerciais e de serviços do município são pequenos 75% não chegam a ter um volume de capital maior que CR$ 400.000,00 dizendo respeito sobretudo a muitos armazéns, mercearias, bares e botequins. As barbearias , alfaiatarias, sapatarias, os bares, restaurantes, lanchonetes , sorveterias e 60% das vendinhas, não ultrapassam a CR$100.000,00 de capital investido. Evidentemente que operam com dificuldades e provavelmente nas margems inferiores de lucro.

Outro aspecto que a pesquisa revelou é o da relação da constituição jurídica do estabelecimento com o montante de capital. As indústrias montadas em formas associativas são as que possuem maior montante de capital. Aquelas constituídas por um único proprietário não possuem capital superior a CR$ 700.000,00.(Tabela XXVIII)

---

(17) Incluíamos aí um estabelecimento produtor e comercializador de adubos químicos e orgânicos que não tendo sido registrado como fábrica, devido à fiscalização da CETESB que procederia inspeção, fez com que não constasse da listagem de indústrias para o procedimento amostral.

TABELA XVI

JARDINÓPOLIS, 1980

ORIGEM DO CAPITAL, CAPITAL INICIAL E ATUAL DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS (em cruzeiros)

Origem do Capital	Data do Empreendimento	Capital inicial	Capital corrigido (1980)	Capital atual (1980)
Venda de terra rural				
	1980	3.000.000	3.000.000	3.000.000
	1977	30.000	128.250	700.000
Comercial e de Serviços				
	1958	500.000	-	42.000.000
	1974	-	-	-
	1974	10.000	110.141	120.000
	1969	-	-	200.000
	1974	30.000	330.425	3.000.000
Industrial				
	1970	15.000	-	500.000
	1976	50.000	304.920	900.000
	1942	-	-	1.000.000
Economias Advindas do Próprio trabalho				
Urbano	1957	40	-	985.000
Rural	1969	2.000	-	400.000
Financiamento, herança e Negócio				
	1970	30.000	689.690	800.000
Não especificou a Origem				
	1971	50.000	955.213	250.000
	1977	100.000	425.500	1.200.000
	1973	39.000	552.781	3.800.000
	1971	5.000	95.521	50.000

Ano Base: 1977

Fonte: Pesquisa de Campo, 1980

TABELA XXVII

JARDINÓPOLIS, 1980

CAPITAL ATUAL POR RAMO DE ATIVIDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS.

Ramos comerciais e de serviços / Capital atual (mil cruzeiros)	Material de Construção	Comércio e serviços de automotores (*)	Tecidos, artefatos de tecidos artigos do vestuário e armarinho	Material elétrico, peças de aparelhos eletrodomésticos e discos	Produtos Agropecuários	Açougue	Armazém e Mercearia	Supermercados	Serviço de Alimentação (**)	Comércio de artigos diversos e outro serviços
0 - 25		2 13,3 29,0 33	4 26,6 40,0 60				1 6,7 11,1 1,7	1 6,7 33,3 1,7	4 26,6 28,5 6,6	3 20,0 42,9 5,0
25 - 50		2 28,5 25,0 3,3							4 57,1 28,5 6,6	1 14,3 14,3 1,7
50 - 100			1 8,3 10,0 1,7	1 8,3 50,0 1,7			4 33,3 44,1 6,7	1 8,3 33,3 1,7	3 25,0 21,4 5,0	2 16,7 28,6 3,3
100 - 120				1 50,0 50,0 1,7					1 50,0 7,1 1,7	
120 - 275		1 25,0 12,5 1,7			1 25,0 25,0 1,7				2 50,0 14,2 3,3	
275 - 385		2 40,0 25,0 3,3	2 40,0 20,0 3,3				1 20,0 11,1 1,7			
385 - 575	1 20,0 50,0 1,7	1 20,0 12,5 1,7	1 20,0 10,0 1,7				2 40,0 22,2 3,3			
575 - 13.500	1 10,0 50,0 1,7		2 20,0 20,0 33,3		3 30,0 75,0 75,0	1 10,0 100,0 1,7	1 10,0 11,1 1,7	1 10,0 33,3 1,7		1 10,0 14,3 1,7

(*) Incluem-se os ramos: comércio de veículos a motor, peças e acessórios e comércio de combustíveis e lubrificantes e serviços de reparação de veículos.

(**) Incluem-se: bar e botequim, bar e restaurante e bar, sorveteria e lanchonetes.

Obs: Os percentuais em coluna dizem respeito aos ramos enquantos que os percentuais em linha referem-se aos valores de capital.

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980

TABELA XXVIII
JARDINÓPOLIS, 1980
CAPITAL ATUAL DAS INDÚSTRIAS E CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Valores em CR$	Número de Indústrias Total	Porcentagem	Proprietário Único	%	Cia Ltda	%
até 46.000	1	5,3	-	-	1	7,1
100.000 a 700.000	10	52,6	5	100,0	5	35,7
800.000 a 1.000.000	4	21,1	-	-	4	28,6
1.000.000 a 4.000.000	3	15,8	-	-	3	21,4
42.000.000	1	5,3	-	-	1	7,1
Total	10	100,0	5	100,0	14	100,0

Obs: Quatro não informaram .
Fonte: Pesquisa de Campo -1980

Apesar de ser outra a escala de valores podemos dizer que a relação entre a constituição jurídica do estabelecimento e montantes de capital dos estabelecimentos comerciais e de serviços, é idêntica à das indústrias. A pesquisa revelou que 72,9% dos estabelecimentos comerciais são empreendimentos compostos associativamente - quer sejam em Cias Ltda, ou Sociedades Anônimas... - permeadas por laços familiares. (Tabele XXIX)

O traço marcante desses estabelecimentos urbanos é o de serem empresas familiares onde as associações entre parentes são expedientes bastantes comuns. Isto dá uma conotação familiar a estes estabelecimentos. Neste sentido o êxito ou o malogro do empreendimento se vê diretamente influenciado pelas relações familiares, sem mediações racionalizantes e burocráticas que ocorrem nas empresas com um sistema administrativo mais complexo.

Se de um lado os laços familiares estreitam as relações, de outro, os vínculos espaciais afirmam o caráter restrito desses estabelecimentos. Da própria região, vem 73% da matéria-prima utilizada, dizendo respeito sobretudo aos produtos

agrícolas necessários à agro-indústria, como por exemplo o algodão, a cana e o arroz. De procedência regional são os couros e solados, borracha para indústria de calçados que se abastecem em Franca - centro industrial de calçados de porte nacional - como também outras matérias-primas, como alumínio, papel e pedra britada, provenientes de Ribeirão Preto. No caso da matéria - prima madeira, é que os fluxos espaciais alcançam maior amplitude, vindo tanto do Norte como do Sul do país, notamente dos Estados de Pará, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. As lâminas de madeira utilizadas nas quais já se incorpora uma primeira elaboração, procedem da capital. Igualmente, o âmbito espacial de consumo das mercadorias aí produzidas é restrito.

TABELA XXIX
JARDINÓPOLIS, 1980
CONSTITUIÇÃO JURÍDICA DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

Valores de capitais (mil cruzeiros)	Nº de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços					
	Total	%	Constituição Jurídica			
			Proprietário Unico	%	Sociedades Anonimas e Cia Ltda	%
0 - 25	14	23,7	2	12,5	12	27,9
26 - 50	14	11,9	2	12,5	5	11,6
51 - 120	14	23,7	2	12,5	12	28,0
121 - 575	14	23,7	6	37,6	8	18,7
576 - 1350	10	16,9	4	2,5	6	14,0
Total	59	100,0	16	100,0	43	100,0

Obs: Houve uma resposta omissa.
Fonte:Pesquisa de Campo, 1980

A paisagem denuncia essa reduzida dimensão das atividades industriais. Logo na entrada da cidade a paisagem de terrenos vazios com uma ou outra indústria testemunha a recente normatização do uso do solo que reservou os terrenos mais próximos à Anhanguera para o uso industrial. Junto à Anhanguera estão os novos empreendimentos, como uma destilaria de álcool cuja produ

ção em 1981 era prevista em 150.000 litros/dia, uma de fertilizantes agrícolas e uma de gás com capacidade de produzir inicialmente 300 toneladas ao mês. Esses estabelecimentos instalaram-se em Jardinópolis em busca de uma localização regional. (18)

A maioria dos estabelecimentos industriais está,no entanto, nos quarteirões mais antigos da cidade ocupando edifícios que em geral não excedem a 500 m^2 e que em 70% dos casos são de propriedade do próprio empreendedor. Porém, há um predomínio da forma de aluguel nos estabelecimentos mais recentes na medida em que o dispêndio com a alocação - variando de CR$ 1.500,00 a CR$ 7.500,00 - é pouco significativo no âmbito dos custos totais da produção.

Reduzido também é o espaço construído das edificações que comportam os estabelecimentos comerciais e de serviços. Via de regra estes estabelecimentos estão instalados na face anterior das residências, em garagens ou em pequenas edificações.O fato de muitas delas estarem anexadas à moradia familiar dificultou a apreensão do tamanho físico que correspondia ao empreendimento porque, em geral para o comerciante confundia-se a dimensão do local de trabalho com o local de moradia. Apesar de tal limitação, os dados revelaram uma predominância dos bares e mercearias em áreas de 100 m^2. Alguns bares, lojas de roupas, tecidos e calçados e oficinas mecânicas situam-se na faixa entre 100 e 300 m^2 e no estrato compreendido entre 300 e 500 m^2, ao ladode uns poucos bares, oficinas mecânicas, lojas de roupas, tecidos e calçados como também empórios e supermercados. Em geral os maiores estabelecimentos, de 500 a 1000 m^2, abrigam o comércio de material de construções e o comércio de cereais. Quanto à propriedade imobiliária, repete as mesmas considerações feitas a propriedade de imóveis pelas industrias.

Romper com essa dimensão do capital nas atividades urbanas significa fundamentalmente acesso ao crédito. No caso

(18) Esses grandes estabelecimentos não estão incorporados à pesquisa porque estavam sendo instalados em 1980, ocasião em que procedemos ao inquérito de campo.

das casas comerciais e de serviços, ampliar os negócios, mudar de local e fazer projetos tornariam-se viáveis se a questão da instabilidade do preço das mercadorias e a concorrência entre os comerciantes - problemas mais significativos apontados por 63,3% dos entrevistados - forem melhor equacionadas.

Um comércio de tal dimensão, a poucos quilômetros do centro regional que é Ribeirão Preto, opera nas margens deixadas pelo capital comercial em geral. Por outro lado, o processo industrial na cidade, bastante longe do campo, no sentido mais histórico do que espacial, tem pouca capacidade de incrementar o desenvolvimento das forças produtivas, de socializar cada vez mais o trabalho e de extrapolar o nível local e regional de sua produção integrando-se num circuito mais amplo, quer nacional ou mundial.

As atividades urbanas em Jardinópolis produzem um espaço onde os laços familiares e de compadrio marcam a fisionomia dos empreendimentos e onde as técnicas manuais sobrepõem-se à automação. O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro calcado em grandes empresas que controlam os setores mais dinâmicos da economia permite, nos seus interstícios, segmentos subordinados de pequeno capital.

Um lugar cujo capital urbano é de pequenas dimensões contrastando com a capitalização nas atividades agrárias configura uma urbanização voltada fundamentalmente para o atendimento das condições gerais da produção capitalista que se desenvolve intensificadamente no campo.

3. A Interiorização da Periferia

A urbanização de Jardinópolis gerada pela intensificação do capital nas atividades agrárias, a par de uma produção industrial ainda incipiente na cidade, produziu uma nova configuração do espaço, ao mesmo tempo resultado e fundamento desta expansão do capital.

Essa nova cidade que se configurou veio significar principalmente a materialização daquelas condições gerais necessárias à reprodução do capital alocado no campo, na medida em que a dinâmica do processo industrial urbano não vinha requerendo alterações na cidade. Ao se alterar pouco o processo de industrialização na cidade, as condições urbanas requeridas pela indústria mantiveram-se praticamente inalteradas, significando que a cidade necessária à essa indústria poderia ser, muito bem, a mesma cidade dos anos quarenta. Mas, como vimos, o desenvolvimento da relação capital trabalho ao se assentar nas atividades agrárias, transformou o campo numa indústria fazendo do trabalhador rural um proletário e um citadino.

Neste sentido é que dizemos que foi no processo de intensificação do capital na agricultura que se determinou a nova fisionomia da cidade. Esta se refediniu como um espaço de reprodução da força de trabalho do campo. O processo de proletarização do trabalhador rural produziu um novo espaço na cidade expresso na formação de uma periferia urbana, como manifestação espacial particular do processo de reprodução dessa força de trabalho. Desta forma a cidade compreendida como materialização de determinadas condições gerais de produção manifesta-se, a cada momento, como resultado histórico determinado.

A necessidade de reprodução do capital, ao fazer com que a sociedade se organize progressivamente como arcabouço do processo produtivo, faz com que no movimento contínuo da sua reprodução as relações estabelecidas na produção em geral se manifestem no urbano. A intensificação do capital na agricultura

aproximou cidade e campo, "a/história/moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade". (MARX: 1978; 442) (1)

A urbanização do campo compreendida no movimento de reprodução do capital indica a contradição cidade campo mas, também a direção para a superar essa contradição. O campo moderniza se, consome, mercadorias produzidas por processos industriais e desenvolve o assalariamento como principal forma de remuneração de sua força de trabalho. Cada vez mais o campo se vê marcado pelas condições de expansão do capital industrial apresentando um caráter de produção nitidamente capitalista que implica na oposição entre capitalistas e trabalhadores. Transcrevemos um trecho onde Castells discute essa questão:

> "Efetivamente, a contradição entre 'cidade e campo' exprimiria, na análise de Marx e Engels, a contradição social entre os produtores diretos trabalhando a terra e os administratores do produto cuja existência se fundara na apropriação do excedente agrícola.
> ...Assim, enquanto a base essencial da economia foi a economia agrária e o trabalho dos camponeses sob diferentes formas de relações sociais, as 'cidades' foram a forma espacial e de organização social, exprimindo por sua vez a gestão - dominação da classe exploradora e o lugar de residência (e de consumo) desta classe e de seus aparatos e serviços, enquanto o 'campo' era o mundo onde vivia e trabalhava a 'massa fundamental' (Cf. Mao-tsé Tung, sobre o conceito de massa fundamental) dos explorados. A contradição entre cidade e campo, identificando-se quase completamente a separação entre trabalho manuel e trabalho intelectual e aí exprimindo a bipolaridade da contradição principal entre exploradores e explorados, tem portanto um sentido profundo. Ao contrário, a partir do momento em que há deslocamento da contradição principal, com a dominação do modo de produção capitalista, a contradição cidade-campo perde a univocidade de seu sentido. Porque aí não há contradição entre camponeses - trabalhadores e proletariado urbano, no momento em que uma identidade de interesses sociais se coloca entre capital industrial e capital agrícola numa economia rural mais e mais dominada pelo capital monopolista. As contradições ditas cidade - campo tornam-se então contradições secundárias entre seto

(1) MARX discute a relação cidade campo apontando que diferentemente da história antiga clássica, onde as cidades se baseiam na propriedade da terra e na agricultura, a história moderna não pode prescindir da cidade.

res produtivos, entre frações de capital.
(CASTELLS: 1977; 11 e 12)

Refletindo sobre a realidade brasileira, Francisco de Oliveira aponta que na fase monopolista, tanto o operário urbano como o trabalhador rural assalariado trabalham para o capital. A

> "modernização do campo pela intensa proletarização, equaliza os custos de reprodução da força de trabalho entre cidade e campo, e não mais se necessita dos movimentos migratórios para transformar a fração latente do exército industrial de reserva em fração flutuante e intermitente; há uma fusão dos três tipos de exército industrial de reserva, tendencialmente, ele está em todas as partes, em qualquer das formas adequadas ao auge do ciclo de acumulação. É neste sentido que se urbaniza o país como um todo, e este é o sentido principal, pois a força de trabalho ou sua unificação opera por seu lado o que a nacionalização e a internacionalização já haviam operado do lado do capital: a completa fluidez. O trabalhador agarrado pelo 'gato' para os trabalhos na Amazonia não tem nenhuma relação com a terra; sua única relação é com o capital, a terra aí é chão, suporte, limite; qual é a diferença entre ele e o 'boia-fria, acumulação e miséria' da soja e do trigo em São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul? Nenhuma, essencialmente, do ponto de vista do capital. E qual é a diferença entre eles e os operários da indústria de transformação? Também nenhuma, do mesmo ponto de vista. É neste sentido que o país se urbaniza, como tendência".
> (OLIVEIRA: 1976; 65)

Essa urbanização significa de um lado a negação das condições de vida caipira e de outro a transformação do antigo fazendeiro em capitalista. Esses estacionam nas portas de suas residências os seus tratores, tal qual o nossos antepassados faziam quando arreavam os seus cavalos. Tanto nas oficinas como nas ruas da cidade transitam tratores ao lado de uma grande frota de caminhões de carga referentes à circulação de produtos agrários. Esses veículos de grande porte requisitam das estreitas ruas da cidade uma adequação que fez com que se estruturasse a direção dos fluxos por toda a área urbana, determinando ruas de mão e contra mão.

Nos arredores da cidade expraiaram-se novos bair

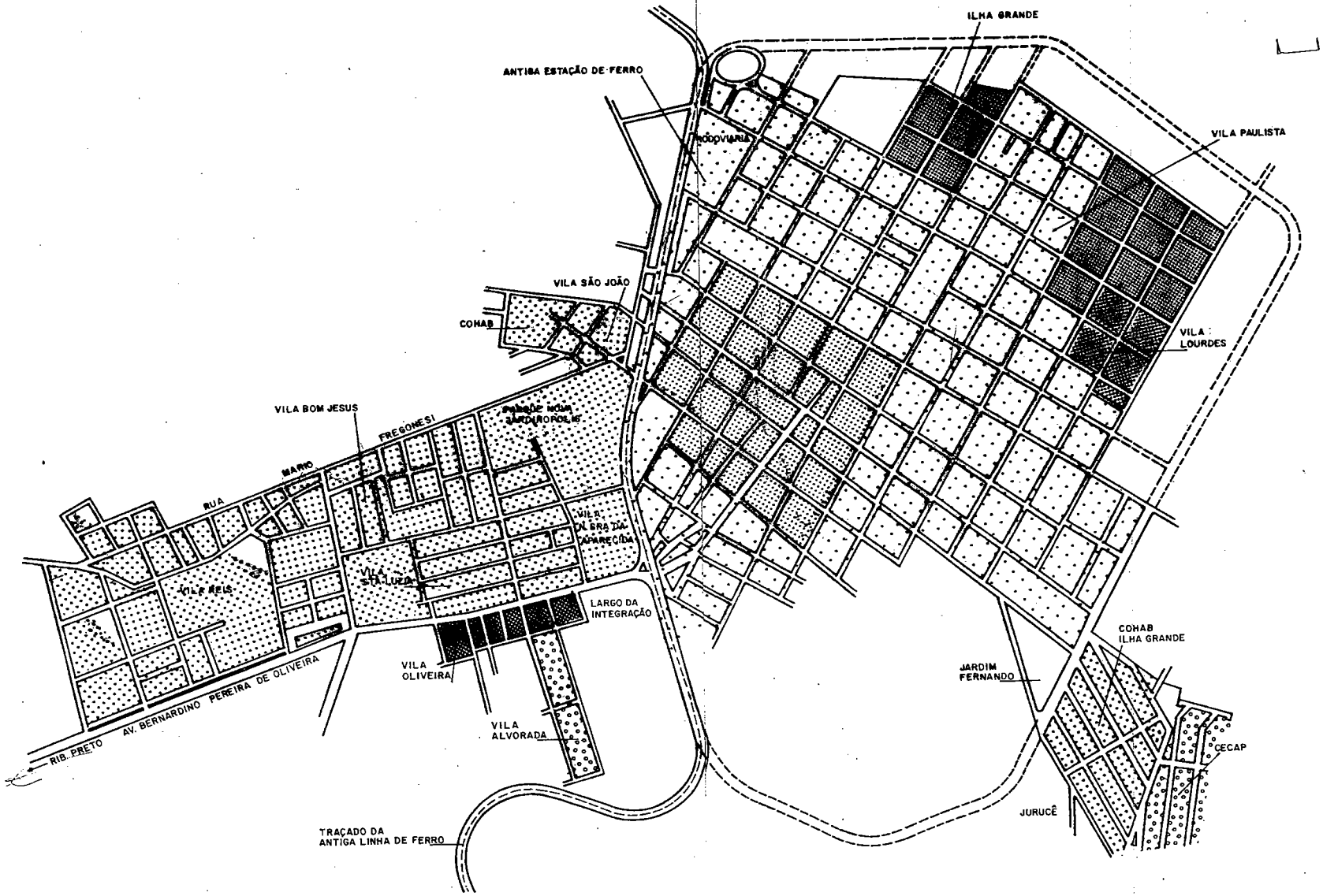
ros que, analogicamente às grandes cidades, passaram a se constituirem em verdadeiras periferias urbanas.

Desvenda-se um quadro inusitado de uma pequena cidade com sua praça, os amarra-burros, as construções antigas e sua calmaria interiorana, rompida pela manhã e ao entardecer pelos bóias-frias nos momentos de saída e chegada do trabalho. O ar bucólico é invadido pelo ruído dos motores modernos dos tratadores e caminhões.

Esse quadro manifesta a minimização da ruptura cidade campo devido a homogenização que a urbanização imprime à reprodução da força de trabalho ao aproximar, inclusive espacialmente, os trabalhadores da cidade e do campo, muito embora simultaneamente apresente mecanismos de segregação.

A configuração urbana de Jardinópolis apresenta uma paisagem dicotômica por onde se delineam esses mecanismos; de um lado estrutura-se a área mais antiga contornada por um anel viário e, de outro, uma área mais recente canalizando-se em direção à Anhanguera. A primeira é a mais antiga e também a origem do núcleo urbano que se formou vinculada à uma divisão territorial do trabalho ao tempo da hegemonia econômica do café e, a segunda , praticamente de mesma dimensão territorial, de formação mais recente, é ligada às manifestações de urbanização do trabalhador rural devido ao aumento da capitalização da agricultura desde os anos sessenta.

Nestes últimos vinte anos o espaço construído da cidade praticamente dobrou. Subtraindo-se os núcleos habitacionais a Nordeste e Sudoeste, os novos loteamentos situam-se entre as ruas Mario Fregonesi e Av. Berlamino Pereira de Oliveira. A mancha urbana se estendeu em direção à Anhanguera, em direção à integração com o centro regional que é Ribeirão Preto. No extremo dessa expansão situa-se o Distrito Industrial buscando uma articulação mais regional que local. (MAPA III)



HISTÓRICO

A CIDADE DESENVOLVEU-SE A LESTE DOS TRILHOS DA MOGIANA, PORÇÃO ESSA ATUALMENTE ENVOLVIDA POR UM ANEL DE CONTORNO E CONHECIDA COMO CIDADE VELHA ONDE A REFORMULAÇÃO DO USO DO SOLO SIGNIFICOU A REURBANIZAÇÃO DO BAIRRO CAIXA D'AGUA QUE PASSOU A SE CHAMAR VILA PAULISTA. OS TERRENOS A OESTE CONHECERAM UMA URBANIZAÇÃO DECORRENTE, SOBRETUDO, DA CAPITALIZAÇÃO DA AGRICULTURA.

LEGENDA

CIDADE VELHA
- PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX
- SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX
- FINAL DA DECADA DE 60
- DÉCADA DE 70

CIDADE NOVA
- FINAL DA DECADA DE 60
- DÉCADA DE 70
- DÉCADA DE 80

EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE JARDINÓPOLIS

III

Em torno da praça central, coroada pela Igreja Matriz é que se construiu a cidade. As casas comerciais, os serviços e os teatros situadas no entorno da praça e na rua Cel. José Teodoro que demandava à estação ferroviária faziam pulsar o coração da cidade. Com rede de água desde 1905, essa área sempre foi privilegiada para moradia. Na cidade existiam os serviços de iluminação, telefone, coleta de lixo e esgoto já desde os primeiros tempos marcando o espírito progressista do município sem, no entanto, apagar a consciência de sua umbicalidade a Ribeirão Preto.

> "Quem se lembrar de Jardinópolis de há três anos, e o comparar ao de hoje, verificará sem esforço o enorme avanço feito.
> Há três anos eram os lampiões de querosene, bruxoleantes, enfumaçados, tentando iluminar a cidade que apresentava um feio e temeroso aspecto... As construções novas, na média de 5 por mês, erguem-se rapidamente.
> Os estabelecimentos industriais aumentam e aproveitam energia elétrica. As lojas de fazenda embelezam-se". (O Jardinópolis, 3 de outubro de 1913)

Esse mesmo jornal contava como a cidade crescia rapidamente apresentando-a como um modelo, mesmo sem querer ser grande.

> "Desde que os rails luzidios da Mogyana contornaram-lhe a casaria humilde; desde que a locomotiva arfante parou junto a gare, - o sangue de progresso, estuante,penetrou-lhe as arterias e a cidade teve o surto do progresso e se fez apta para lutas do futuro.
> "Aquele tempo/referindo-se à antiga Ilha Grande/os presos eram - amarrados em coqueiros, cujas palmas oscilavam, ao beijo dos ventos, na praça da Matriz. Nessa mesma praça , ao lado da capelinha baixa, vacas mansas tinham abundante pascigo. E nesse mesmo ponto, aproveitando as soalheiras, estendiam as roupas lavadas em água de cisterna as diligentes lavadeiras.
> Em derredor do logarejo as matas desdobravam-se, opulentas, de madeiras preciosas...
> Plantaram-se os primeiros pés de café. As matas foram sendo abatidas para o plantio do cafeeiro. Desbravou-se a terra. Imigrantes, chegados de longe, ainda cheios de saudade da patria e do lar distante, fixaram-se aqui. As casas foram-se construindo rapidamente. Rapidamente o lugar progredio.
> Traçaram-se ruas, praças foram abertas e no espaço curto

de 10 anos a Ilha Grande desaparecia para ser substituida por Jardinópolis, sêde de município, que se destacava de Batatais, de que era distrito, apesar de sua resistência. Livre da tutela de Batatais, o município progrediu espantosamente. Nem um outro, em suas condições, assinala tão vertiginoso progresso.
Teve água encanada, teve iluminação. Os administradores zelosos do bem público, sucediam-se. A capelinha tornou-se igreja matriz. Os emporios comerciais instalavam-se. Fortunas eram acumuladas em pouco tempo e finalmente Jardinópolis chegou ao que é hoje, com iluminação electrica, esgotos, água encanada, ruas bem conservadas, edifícios bons...
Sejamos ao fechar esta insossa croniqueta, um pouco de profetas. O futuro de Jardinópolis não é o de uma grande cidade. Pouco mais populada. Pouco mais extensa há de ser. Em compensação será uma pequena cidade modelo. Para aqui virão residir os que em Ribeirão Preto labutam, desde que tenhamos boa estrada de rodagem e melhor serviço ferroviário, Ribeirão Preto será sua suzerana, mas sob essa suzerania Jardinópolis terá o encanto de cidade salubre confortável, moderna.
Pouco mais que um arrabalde chic". (O Jardinópolis, 14 de setembro de 1913)

Apesar da precocidade na montagem da infra-estrutura urbana nada indicava a ausência de problemas. Uma rede de serviços montada quando a cidade começou a se expandir não significava, entretanto, que eles funcionassem a contento. No jornal aparecia frequentemente chacotas "sobre o perigo do teatro ficar às escuras".

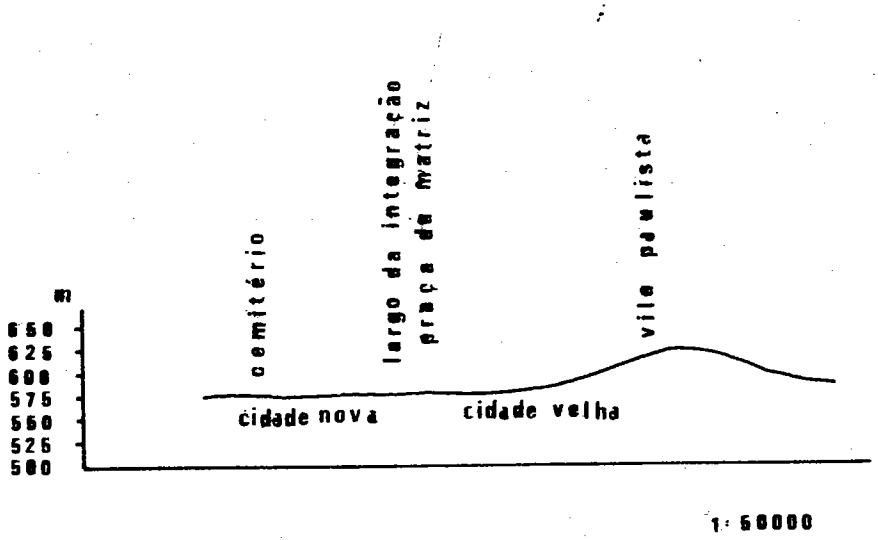
"Nesse andar quem disser que em Jardinópolis temos luz elétrica à noite incorre no perigo do paradoxo... a procura da causa das trevas é difícil de encontrar, porque nos parece que está no material todo da Empresa, tão frequente são os desarranjos... Tudo que foi lido aí acima escrevemos nós à luz mortiça de uma vela. Abençoada vela que estás, para a luz eletrica, como o burro para o automóvel". (O Jardinópolis, 2 de março de 1913)

Era comum o zelador da caixa-d'água solicitar aos moradores, pela imprensa, que não deixassem torneiras abertas. O reservatório d'água, subterrâneo, distribuindo água com pouca pressão, atendia precariamente a parte alta da cidade contribuindo para que essa área ficasse desvalorizada, aglomerando a população mais pobre da cidade. A carência d'água somava-se à carência de recursos, parecendo ter sido em torno da construção do

elemento fixo da rede de distribuição de águas que se operou a montagem do primeiro mecanismo de segregação urbana. Durante muitos anos o problema na escolha do local de moradia parece ter sido: ter água ou correr o risco de não tê-la. Optar por morar no alto, significa escassez, embora se estivesse bem proximo à caixa d'água. Era, portanto, desde os primeiros tempos que a população se segregava em função de uma rede de distribuição de águas da cidade que em muitos pontos de sua canalização se mantinha seca. (Gráfico III) A população mais pobre de Jardinópolis,

GRÁFICO III

PERFIL TOPOGRÁFICO DO NÚCLEO URBANO DE JARDINÓPOLIS



aglomerava-se também na entrada da cidade, local referido como Vila Sebosa.

A urbanização crescente da população rural manifestando na cidade novas formas de exigência das condições gerais de produção fez com que se tornasse imperiosa a expansão do espaço construído da cidade. Diante de um crescimento de 77% da população urbana no período de 1950 a 1960, a Administração Municipal procurou reformular o uso do solo urbano. Em 5 de Outubro de 1964, a Lei nº 491 autorizava a doação de terrenos para edi

ficação da Vila Operária - mais tarde denominada Vila Reis. No seu artigo 1º dizia:

> "Fica o Sr. Prefeito autorizado a doar terrenos de propriedade municipal a trabalhadores que não possuírem outro imóvel, tendo preferencia os de família mais numerosa, terrenos estes localizados em parte da antiga "Chacara do Lazareto", na confluência das estradas que vão ao Cemitério e a Fazenda São Pedro.
> Artigo 2º - Estes terrenos destinam-se à construção de casas pelos donatários, sem nenhum onus a Prefeitura, obrigando-se os mesmos a fazê-lo em prazo de 6 meses, e não transacioná-los durante 6 anos.
> Artigo 3º - Fica o Sr. Prefeito igualmente autorizado a mandar construir residencias simples em número de 14 para abrigar famílias moradoras do lugar urbano conhecido como 'Vila Sebosa', podendo para isto inclusive receber donativos de materiaes de construção". (Atas da Camara Municipal de Jardinópolis, 5 de novembro de 1964)

Ultrapassando o anel de contorno-a antiga linha de ferro da Mogiana - criou-se uma nova cidade. Entre a Vila Reis e o centro da cidade ocorreu nos últimos anos cerca de 80% dos novos loteamentos abrangendo uma superfície de cerca de 400.000 m^2. Em cinco anos haviam sido construídos na cidade aproximadamente 100.000 m^2 (2) No conjunto da COHAB Ilha Grande e CECAP , de 1978 a 1980, respectivamente, construíram-se 476 residências.

A cidade que se desequilibrava em função da linha de ferro, ocupava apenas numa vertente, expandiu além trilhos. O fôsso de 4 metros ao longo do leito da ferrovia desapareceu. Um monumento na entrada da cidade simbolizando os trilhos de ferro sob uma plataforma representando a ligação dos dois lados da cidade, marca a nova unidade da cidade. O local é, hoje, denominado Largo da Integração.

Essa integração não significa porém, uma identidade em ambos os lados da cidade. Embora quase toda asfaltada e pavimentada, os 20% restantes da superfície que precisam ser pavimentados concentram-se praticamente na área mais nova: Parque No

(2) De 1975 a maio de 1980 foram construídos 90.202,65 m^2. (Prefeitura Municipal)

va Jardinópolis e Vila Reis.

A doação de terrenos pela Prefeitura serviu como atrativo à população que morava precariamente no alto da cidade, no Bairro da Caixa D'Água e perto do centro, na Vila Sebosa. A política de remover os moradores de Vila Sebosa que, pela localização se faziam muito presente na cidade faziam parte do discurso que justificava a doação dos terrenos na nova vila mais distante.

O mercado de terras com seus mecanismos fez com que se reformulasse o uso do solo, principalmente privilegiam a parte alta da cidade cuja população pobre se deslocava atraída pela oferta gratuíta dos terrenos nos arrabaldes da cidade. A construção de poços artesianos injetando água para reforçar diretamente a rede de distribuição resolvia aí o problema da constante falta de água. Além disso, as obras de substituição de parte da rede de distribuição de água, a construção de uma rede de captação de esgotos e principalmente o asfaltamento das ruas fizeram dessa área da cidade a de localização mais procurada.

Jardinópolis passava, como a maioria das cidades de clima tropical, a ter nas porções de maior altitude e clima relativamente mais ameno a área de maior valorização imobiliária. O preço da terra que era em 1978 de CR$ 40,00 o metro quadrado passou para CR$ 1.100,00 a CR$ 1.300,00 em 1980. O bairro também mudou de nome, de Caixa D'Água como ainda hoje é conhecido por alguns, passou a ser denominado de Vila Paulista. O nome, lembrando a remodelação da avenida da Capital reafirmou-se pela valorização dos terrenos e pela nova condição dos moradores que pertencem ao segmento da população que percebe maiores rendas. Próximo a esta área também se redefiniu o uso do solo entre as ruas Silva Jardim e Cel. Clementino e fronteiriça à rua Joaquim Araujo. Igualmente valorizada como a Vila Paulista aí situam-se os mais novos loteamentos da cidade velha como o de Ilha Grande.

Deixando o alto da cidade quando ainda era sem pa

vimentação, esgoto, asfalto e com frequente falta de água, a população pobre dirigiu-se para a Vila Reis - então, Vila Operária - atraída pela doação dos terrenos. Afinal, poderiam deixar de pagar aluguel e conseguir um terreno graduitamente onde iam podendo construir aos pouquinhos obtendo os materiais por doação ou comprando em prestações como se fosse um aluguel. Os terrenos para onde mudavam não eram melhores, mas seriam de sua propriedade. Hoje, quase vinte anos depois a infra estrutura urbana da Vila Reis não está ainda completada. Embora iluminada, não conta ainda com rede de esgoto e pavimentação. Primeiramente o abastecimento de

> "água era poço ou caminhão... água suja mesmo. Agora tá bom, tem luz, tem água". (José)
> Mas ainda hoje há quem reclame.
> "Aqui não tem lixeira. essas coisas... onde eu moro só vai água à noite. Durante o dia não vai." (Silva)

A doação dos terrenos parece ter sido a atração decisiva para a mudança da Vila Sebosa e da Caixa D'Água. A gratuidade do acesso ao terreno tornava possível construir a sonha da casa própria. Sem entrar num paraíso, era como sair de um pesadelo para viver a realidade onde não precisava mais sonhar a moradia mas, sim, precisava construir-la e isso foi um processo lento.

Um morador, há vinte anos na Vila Reis contou:

> "Nóis morava na cidade, pagava aluguel. Depois, o Prefeito deu um pedacinho aqui, a gente ganhou o pedacinho de chão e a gente feiz a casa" (Sebastião)

Há doze anos na Vila um outro entrevistado contou que:

> "quando a gente veio para cá, não tinha quasi nada, era pouquinho mesmo, tinha 5, 6 casas. Depois aumentaro, cumeçaro a construir mais, foi indo..." (Silva)

Construindo com material comprado aos pouquinhos, alguns doados e ainda de tijolos tomados de muros que iam sendo rebaixados na cidade, os integrantes das famílias que mudavam eram os próprios construtores de suas casas. A respeito da formação da Vila eles contam:

> "começou lá naquelas casas, lá no fim da vila, lá embaixo, na entrada, lá. Começou sarteado, um fazia um ranchinho aqui, outra fazia lá... Dali foi unindo tudo... Ora, isso aí foi no puro trabalho mesmo, sabe, pelejando prá aqui, prá ali... Tudo que tem feito aqui foi mão minha mesmo, ia fazendo aos pouquinhos, né". (Sebastião)

Vivendo de expedientes arranjados aqui acolá, os primeiros que chegaram na Vila, fixaram-se no lote recebido e iam construindo aos poucos conforme obtinham algum material de construção sem ficarem "marinando" nas esquinas, nos intervalos, nem sempre curtos, do trabalho volante.

> "Conforme a gente trabalhava, por exemplo, aí fazia sobra, fazia sobra um pouquinho, ia lá, buscava materialzinho, encostava aí... Um dia tava carpindo, outro dia tava arrancando toco. Quando na ocasião, vamo supor, de fruta, a gente vai atraís de uma frutinha, vende particular, outra veiz, por exemplo, tira semente de capim". (Sebastião)

Do campo, o êxodo para a cidade continuava e aqueles que chegaram depois, já não tiveram a mesma possibilidade de, gratuitamente, terem o acesso à propriedade da terra urbana. Aos que chegaram mais tarde restavam soluções de moradia que implicavam na compra de faixas de terras nos lotes que foram sendo retalhados ou ainda no aluguel de cômodos que iam sendo construídos precariamente.

A vida na Vila Reis é ritmada pela dinâmica da cidade. As fotos de artistas colorem as paredes, o rádio e a televisão são seus lazeres. Bastante solidários entre si e com um nível bastante grande de cooperação conseguem fazer frente às dificuldades de sua sobrevivência. O ganho médio mensal por família corresponde a 61,8% do salário mínimo. No limite da sobrevi

vência o alcoolismo e a prostituição são bastante elevados. A subnutrição, a tuberculose, verminose e anemia são as doenças mais comuns. Quanto à educação, há uma escola pública municipal funcionando para as quatro primeiras séries básicas cuja frequência reflete a sazonalidade dos trabalhos agrícolas, ou seja, na época do plantio e colheita do algodão cai muito a presença dos alunos que estão vinculados ao trabalho no campo.

Trabalhadores rurais morando na cidade, dependem do campo. Deixam suas casas pela manhã bem cedinho para disputarem um lugar no caminhão que se dirige à lavoura. Para eles, residirem ou não na cidade não foi uma escolha e ficarem na Vila Reis foi uma contingência de momento num longo processo.

> "Naquela época era, tinha o café. Depois, foi arrancando o café, rancaru o café, plantaru roça e então mudou prá meeiro/referindo-se à transformação do colono em meeiro/e, depois chegou à conclusão - já vou falar a verdade - os fazendeiros já num tava dando terra mesmo e agente foi obrigado a espirrá, muda prá cidade, né..." (Severino)

Perguntado porque o fazendeiro havia parado de dar terra à meia, o trabalhador disse

> "a força do pobre era pouca, num dava mode prá dá muita renda pra eles e ele parou... de dar terra... num dava mais terra a meia". (Severino)

Conta que o fazendeiro chegava aos trabalhadores e propunha o trabalho volante.

> "Então propôs volante...
> - Ora, num vou dá terra pr'a ninguem. É cafe. Se cês quisé é por pé. Se tirá 10 cé recebe, se tirá 20, recebe 20, se num tirá nada recebe nada...
> Então, o volante de fazenda aquele tempo ficou isprimido, foi obrigado a voar mesmo, ordenado num dava... Eu mesmo tinha pegado terra, tudo. Me deu terra, me tomou as terras. Se quisé é por pé, se quisé é volante, eu não vou dá mais nada... Então, vim pru comércio". (Severino)

Continuar morando na roça e recebendo como volante era impraticável pois, nessas condições a sujeição e a exploração na fazenda eram ainda maiores a remuneração pelo trabalho na atividade agrícola era muito inferior ao salário pago àqueles que eram arregimenados na cidade.

Conta, Sebastião, que deixou a Fazenda da Barra no final da década de sessenta para vir à cidade indo morar primeiro na Caixa D'Água para posteriormente se mudar para a Vila Reis. Como volante na fazenda

> "ganhava menos, viche! Menos. Quando vim para a cidade, eu ganhava quarenta cruzeiros, eu e 5 molêques, nê. Comia bem, pagava luguerzinho, sobrava dinheiro, comprava de tudo". (Sebastião)

Apesar da família se transferir para a cidade, todos são requisitados para o trabalho, a presença das mulheres na roça é expressiva e para algumas atividades as crianças são consideras até melhores que os adultos. Após o trânsito dos caminhões e a presença do "gato" arregimentando os trabalhadores para o corte de cana não resta uma vila vazia e, muito menos, uma vila só de mulheres e crianças. Pelas ruas da vila ficam todos aqueles que não conseguiram subir no caminhão; ficam grupinhos "marinando", ociosos, gente nas janelas ou sentadas nos muros ou em banquinhos improvisados criando a aparência de malandragem.

> "... então, qual qui é aposentado... bem velho, assim, num tem serviço... a quantidade do caminhão é de 30 pessoas, 40... É que tem muita gente sobrando aí qui quê trabaiá, mais num tem jeito, nê, como qui faiz...
> Quem é registrado ganha cinco e quinhentos. Quem não é tem até preço de quatro... a trez. Eu e o mais velho trabalhamu a semana passada pra ganhá oito, prá arrancá toco, bancando máquina". (Sebastião)

> "Primeiro tinha escolhido gente assim prá enche caminhão, pagava bem...
> Naquele tempo num fartava serviço prá ninguem, agora farta... Antes de entrar cana aqui tinha muito serviço.
> Falta bastante serviço, eu já tô com duas semanas

parado. Tem muita gente parado. (Severino)

A mecanização de algumas tarefas na atividade agrícola fez com que relativamente se reduzisse a oferta de empregos. No entanto, em Jardinópolis, diferentemente de Sertãozinho onde a cana ocupa praticamente toda a extensão das propriedades rurais, há alternativas de trabalho fora da cultura canavieira, como o trabalho na enxada, na colheita de semente de capim, algodão, frutas... As crianças são preferidas, por exemplo, na época do plantio do algodão onde as covas são alinhadas a pouca distância uma das outras exigindo trabalho agachado. Elas são incorporadas ao trabalho na roça aumentando a produtividade do trabalho familiar.

A respeito do significado da mecanização em relação à oferta de empregos, um trabalhador assim se expressou:

> "Prá nóis trabalhadô, prijudicou porque acabou um pouco do serviço, né. Prijudicou bastante. Só o modo de corta cana eles põe 20, 30 esses guinchos. Se não tivesse maquinário num tava parado né. Agora negócio de maquinário, quebração de mio, tirou-se o ganho. Máquina de cana tirou-se o ganho. Pode a cana tá caida, tá em pé que corta tudo em pedacinho. (Severino)

Embora a mecanização possa ser a forma mais perceptível pelo trabalhador da redução da força de trabalho empregada na agricultura, esta não é a única forma que a intensificação do capital reduz as necessidades de trabalhadores no campo. Além da utilização de maquinários, os defensivos agrícolas contribuíram para a redução da demanda de mão de obra fazendo com que cada vez mais trabalhadores rurais tivessem que procurar a cidade. Isso colocou a questão do emprego/desemprego para o trabalhador rural de uma forma nova porque separou as condições de produção agrícola, da condição de sua própria sobrevivência. A capitalização do campo contribuiu para unificar o mercado de trabalho fazendo o trabalhador rural flutuar como mão de obra disponível para a cidade e para as propriedades agrícolas da região.

A doação de terras em Vila Reis permitiu fixar o trabalhador na cidade. "O povo é daqui mesmo... o povo que tava aqui na vila já tava montado em Jardinópolis... Aqui no bairro da Vila Reis é de gente que mora em Jardinópolis antigo."(Silva)

De Brodosqui, Serrana, Ribeirão Preto, Nuporanga , ou seja, das cidades próximas, vieram alguns moradores. Conforme o Censo de 1980, 95,5% dos moradores de Jardinópolis eram oriundos do próprio Estado de São Paulo e de Minas Gerais, sendo que deste contingente, 2/3 já se encontravam em Jardinópolis desde os anos sessenta. Distribuídos quase que igualmente entre o campo e a cidade, metade deles já haviam morado em outras cidades situando, pelo menos há mais de vinte anos, o êxodo rural.

Ao lado dos trabalhadores volantes, moram também na Vila Reis os trabalhadores urbanos menos qualificados. Do ponto de vista do trabalho, o desempenho em atividades urbanas ou rurais possui um trânsito bastante fluído dada a parca especialização das tarefas, ou seja, dado o pequeno desenvolvimento da divisão técnica do trabalho nas atividades urbanas.

O processo de urbanização da população rural se fez acompanhar, quase que no mesmo rítmo, pela expansão das atividades urbanas denunciando uma relação semelhante entre a população urbana e o número de pessoas alocadas nas atividades urbanas em 1950 e em 1980. Dado que esse período foi de intensa industrialização no Estado de São Paulo, praticamente a manutenção da mesma relação vem significar, em termos relativos, a pequena transformação na absorção do número de empregos na cidade.(3)

Como vimos, o nível de capitalização ou em outros termos, a dimensão do capital urbano é bastante restrito em Jardinópolis. O pequeno número de operários nas indústrias - 1793

(3) A população urbana em 1950, da ordem de 4.251 pessoas passou a 14.866 em 1980, crescendo 249,7%. A população economicamente ativa nas atividades industrial, de comércio, serviços e, outras, incrementou-se em 299,3% , ou seja 1317 em 1950 passou a 5.259 em 1980. (Censos Demográficos, 1950 e 1980).

segundo os dados do Censo Industrial de 1980 - acompanhados dos montante de capital e valor da produção traduzem a dimensão reduzida da indústria do lugar. Segundo a pesquisa de campo que empreendemos, não considerando as oficinas sem nenhum operário , 52,2% dos estabelecimentos industriais operam com uma força de trabalho não superior a 10 operários. Essas são indústrias compostas juridicamente por apenas um proprietário que, frequentemente não só são as menores em relação ao montante de capital , como também não chegam a ocupar mais que 5 operários. Por outro lado, os maiores estabelecimentos, quase sempre da produção de móveis, são os que concentram maior número de operários apresentando, maior capital e constituidos como sociedades.

Aqui devemos fazer uma ressalva. Como a administração dessas indústrias é muito precária - as informações obtidas sempre ficaram insatisfatórias por maior que fosse a boa vontade do informante - só obtivemos dados de valor de produção em seis estabelecimentos. Os demais não souberam informar ou ainda quando declararam, o fizeram com dados referenciais não quantitativos. Muitos afirmaram não terem base alguma do valor produzido , outros disseram que em 1979 estiveram fazendo apenas testes e ainda outros apontaram que só produziam por encomenda. Com os informações disponíveis pudemos verificar que as maiores indústrias em valor de produção são também as maiores em montante de capital e em relação à absorção de força de trabalho. É claro , valores e montantes, considerados grandes para Jardinópolis, que na verdade indicam a forte correlação entre a aplicação de capital e o nível de emprego naquele contexto. (Tabela XXIX)

A pequena oferta de empregos industriais destaca a presença do trabalho masculino. A participação feminina no trabalho industrial é pouco significativa - 9,96% - dado o baixo padrão tecnológico das atividades produtivas que exigem um grande dispêndio de força muscular e maior resistência ao trabalho; como por exemplo, o trabalho nas moendas, caldeiras e marcenarias. As características da técnica manual é ainda predominante; face a uma tecnologia ainda incipiente, a produção ainda é bastante

exigente de força muscular e de quase nenhuma automação. Nas indústrias de calçados é que se concentrava o trabalho feminino , notadamente nas confecções com máquinas de costura. Nas atividades de escritório o trabalho feminino, no entanto, predominante, representando quase 70% do emprego administrativo.(Tabela XXX)

TABELA XXX
JARDINÓPOLIS
VALOR DA PRODUÇÃO E Nº DE OPERÁRIOS NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Indústrias	Valor da Produção	Nº de Operários
Beneficiamento de cereais	145.000.000,00	61*
Móveis	3.456.000,00	31
Móveis	3.000.000,00	23
Blocos de cimento	800.000,00	5
Beneficiamento de arroz	360.000,00	0
Produtos alimentares	100.000,00	1

(*) Apenas 4 trabalham em Jardinópolis. Os 57 operários restantes alocam-se em Guará e Ribeirão Preto.

Fonte: Pesquisa de Campo - 1980.

A indústria da cidade não se constui em fator de afluência de migrantes em busca de trabalho pois, funcionando em moldes ainda manufatureiros não cria um mercado de trabalho capaz de provocar deslocamentos populacionais; sua força de atração de trabalhadores é praticamente nula. Quase a totalidade (88,9%) dos operários nas indústrias pesquisadas eram nascidos em Jardinópolis.

Dos estabelecimentos pesquisados apenas 37,5% indicaram perspectivas de ampliação de seu quadro de trabalhadores, 56,3% almejavam manter o número de trabalhadores estacionários , enquanto apenas um dos estabelecimentos declarou pretender reduzir o número de trabalhadores dadas as dificuldades econômicas por que passava. Devido a pouca oferta de empregos urbanos o recrutamento de trabalhadores na cidade não deveria ser problemáti

co, no entanto os estabelecimentos esbarram com a questão da qualificação do trabalhador.

TABELA XXXI
JARDINÓPOLIS - 1980
ABSORÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR CATEGORIA E SEXO NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Categorias	Total NºABS	%	Masculino NºABS	%	Feminino Nº ABS	%
Aprendizes menores	43	13,39	43	13,39	0	0
Proprietários e sócios	43	13,39	40	12,46	3	0,93
Pessoal de escritório	37	11,52	13	4,04	24	7,47
Dono aposentado que trabalha no estabelecimento	1	0,31	1	0,31	0	0
Operários	180	56,07	148	46,10	32	9,96
Motoristas	14	4,36	14	4,36	0	0
Mão-de-obra para serviços gerais	3	0,93	3	0,93	0	0
Total	321	100,0	262	81,61	59	18,39

Com relação ao vínculo empregatício, salvo em um estabelecimento industrial, os operários estavam assegurados pelas leis trabalhistas e a grande maioria - 2/3-recebia mensalmente, outras, semanalmente.

Nessas condições o processo de urbanização da população rural em Jardinópolis, se de um lado, está pouco relacionado com os empregos industriais, de outro, está intimamente relacionado à expansão das atividades comerciais e de serviços da cidade. Tanto em 1980, como em 1950, as atividades urbanas não industriais são as responsáveis pela incorporação do maior contingente da população ativa (4). Isto não significa somente o

(4) Em 1950, 69,2% da população ativa urbana se relacionava com as atividades não industriais. Em 1980 essa proporçãodiminuiu para 65,9%. (Censo Demográficos, 1950 e 1980)

crescimento do número de empregos nestas atividades pois, como vimos, muitos estabelecimentos funcionam com mão-de-obra familiar mas, sobretudo, significa que a urbanização da população rural e o desenvolvimento da mercantilização das relações sociais requereram a expansão da rede de trocas, possibilitando o crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços.

O avanço do assalariamento dos trabalhadores extinguindo a roça de subsistência colocava progressivamente a reprodução do trabalhador na órbita do consumo mercantil. Todo o tempo de trabalho passou cada vez mais a tempo de trabalho para o outro. Quer recebendo por dia, semana ou mês, o seu tempo livre é cada vez mais subjugado ao trabalho. De tal forma se desenvolveu a mercantilização da sociedade que a urbanização da reprodução do trabalho acabou por levar a institucionalização também, das formas de lazer desse trabalhador. Praça de esportes, clubes e campos de futebol se fazem mais presentes na cidade. A urbanização acabou por fazer com que também as práticas desportivas e o lazer fossem disciplinados e incorporados institucionalmente ao uso da cidade.

Em outras palavras, não só houve o desenvolvimento do consumo individual, como também avançaram as formas de consumo socializado, na produção e operacionalização pelo poder público de uma série de equipamentos, dizendo respeito ao consumo dos equipamentos coletivos tais como, escolas, hospitais e áreas de lazer.

Para tornarmos mais claro, vejamos o seguinte exemplo. Dentre as exigências das condições gerais de produção oriundas da urbanização da população rural podemos apontar a transformação na rede de ensino do município que se traduziu no fechamento das escolas rurais. Em 1925 o ensino de Jardinópolis era ministrado nas fazendas São Felipe, São Pedro, Sant'Ana, Visconde de Parnayba, Jacutinga, e em outros pontos isolados do município enquanto na cidade havia apenas uma escola. A situação hoje, dada a concentração da população na cidade, é inversa. Crianças

atravessando a roça para ir à escola é apenas memória na cidade e lembrança ainda mais remota é a do burburinho de idiomas e de expressões estrangeiras entre crianças, que eram comuns nos primeiros tempos da cidade (5). O processo de urbanização levou à necessidade de uma reorganização da rede escolar. O decreto nº 313 em 1973 extinguiu 7 escolas mistas municipais que funcionavam em zona rural por não possuírem alunos suficientes. (6)

Por outro lado, as novas condições gerais de produção significando o crescimento do espaço construído da cidade exigiram ampliações da rede de iluminação pública, rede de água, pavimentação e controle de tráfego. Pelas suas ruas estreitas onde menos de uma centena de veículos transitavam em 1945 circulam, hoje, não só os muitos automóveis como também os veículos pesados como caminhões e tratores que, como apontamos, exigiram uma reorganização da circulação urbana significando a adoção de mão única de direção de trânsito de cada rua por toda a cidade.

Para podermos dimensionar a ampliação dos equipamentos coletivos de consumo, no caso específico da rede de água, esgoto sanitário e iluminação pública, atentemos para os seguintes dados.

TABELA XXXII
JARDINÓPOLIS, 1950 e 1980
NÚMERO DE DOMÍCILIOS PARTICULARES DO MUNICÍPIO COM SERVIÇOS PÚBLICOS

Servidos Por	1950	%	1980	%	Δ % 1950-1980
Rede de Água	404	15,3	3295	77,4	715,6
Iluminação Pública	469	17,8	3685	74,3	685,7
Esgoto Sanitário	520	19,7	2976	83,1	472,3
Total de Domicílios	2620	100,0	4436	100,0	

Obs.: Utlizamos dados do município porque os dados disponíveis para 1950 dizem respeito apenas a essa unidade.
Fonte: Censos Demográficos, 1950 e 1980

(5) Dentre as crianças matriculadas em 1912, 60,2% eram de pais estrangeiros. (Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1912)

(6) Cf.(A Cidade de Jardinópolis, 4 de março de 1973).

O grande crescimento da rede de serviços públicos nestes últimos trinta anos exigiu das finanças públicas municipais uma aplicação de maiores recursos para promoção de uma infra-estrutura básica requerida pelo processo de urbanização. Enquanto na zona rural e no distrito de Jurucê os domicílios particulares decresciam, aumentava e adensava-se a construção na cidade.

TABELA XXXIII
JARDINÓPOLIS, 1950 e 1980
NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES DO MUNICÍPIO

	1950	%	1980	%	Δ% 1950-1980
Total do município	2649	100	4436	100	68,1
Na Zona Rural	1782	67,5	840	18,9	-52,9
No Distrito	332	12,6	162	3,7	-51,2
Na Cidade	526	19,9	3434	77,4	552,3

Fonte: Censos Demográficos, 1950 e 1980

Como promover a urbanização, ou seja, como satisfazer as necessidades de equipamentos coletivos? Cidades de 5.000, 20.000 ou 30.000 e mais habitantes que passaram por esse processo - de capital intensivo no campo mas restrito na cidade- enfrentam essa questão na medida em que o processo de industrialização da agricultura ao fazer dessas cidades o locus de reprodução da força de trabalho do campo acabou por requerer formas de socialização do consumo que necessitam de serem satisfeitas pelo poder público que, no entanto, esbarra com a questão da insuficiência dos recursos disponíveis desses municípios.

Na análise do processo de expansão do capital na agricultura é que acabamos por entender melhor o processo de urbanização dessas cidades. Independentemente do tamanho ou de qualquer parâmetro quantitativo poderíamos nos referir às pequenas cidades como sendo as aglomerações urbanas que se transformaram em local de reprodução da força de trabalho do campo dada a intensificação do capital na agricultura sem, contudo, desdobra-

rem as atividades urbanas.

O aprofundamento das relações capital e trabalho do campo fez da agricultura uma indústria e da cidade o locus de reprodução da sua força de trabalho. A urbanização movida pelo desenvolvimento do capitalismo no campo açambarcou os investimentos fixos fixados na cidade e os redefiniu produzindo uma nova configuração urbana. Em Jardinópolis, a materialidade expressana forma urbana da cidade velha se alterou concomitantemente à expansão da cidade. Uma nova cidade, não apenas restrita à cidade nova mas incorporando a redefinição da cidade antiga, surgiu como fruto de um processo de expansão do capital.

Na medida em que o crescimento da cidade deu-se em função da intensificação capitalista das práticas agrícolas e , não como decorrência do desenvolvimento do capital urbano, promoveu-se o deslocamento da força de trabalho rural mobilizada pelo capital que resultou na urbanização da população e na urbanização da força de trabalho rural. Substantivou-se, como produto desse processo, uma cidade qualitativamente diferente. As cidades que possuem essa nova qualidade do urbano transfigurado no crescimento da cidade como resultado da urbanização do trabalhador rural sem que haja um correspondente quanto ao desenvolvimento das atividades industriais, comerciais e de serviços, são as cidades que comumentemente chamamos de pequenas cidades.

Em poucas palavras, as cidades cuja industrialização se desenvolveu a passos largos no campo e não nas atividadesurbanas, tendo como decorrência a expansão do espaço construído acabaram por formar periferias urbanas que as aproximam das metrópoles e das cidades industriais. Ou seja, a - nova qualidade do urbano nessas cidades traz na sua essência uma identidade entre a grande e a pequena cidade no sentido de que o âmago do processo de produção propriamente dito se determina pela contradição capital e trabalho. Essa identidade resulta do movimento de reprodução do capital; a concentração do capital e trabalho nas atividades urbanas e de ponta da economia acabou por gerar grandes aglomerações, como São Paulo, ao mesmo tempo que se fez acompa

nhar da dispersão do capital, alocado em atividades rurais vinculadas a inúmeras aglomerações.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AMARAL, Luis

1939 História Geral do Brasil. 3 volumes. São Paulo, Ed. Nacional.

ANDRADE, Margarida Maria de

1979 Diadema. Uma área de expansão da indústria na metrópole paulista. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo (mimeo)

ARAUJO FILHO, José Ribeiro de

1956 "O café, riqueza paulista", in Boletim Paulista de Geografia nº 23. São Paulo, Associação dos Geográfos Brasileiros, Secção Regional de São Paulo.

BEIGUELMAN, Paula

1977 A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 2º ed.

BRASIL, Annibal A.

1926 Estatísticas de frutas do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, Diretoria da Industria e Commercio.

CHIARINI, J.V. e DONZELI, P.L.

1951 "Levantamento, por foto-interpretação, das classes de capacidade de uso das terras do Estado de São Paulo", in Boletin Técnico nº 3 do Instituto Agronômico de Campinas, Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária. São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

CAMARGO, José Francisco de

1952 Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, in Boletin da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, nº 153, 3 vol. São Paulo.

CASTELLS, Manuel
1977 A questão urbana (Posfácio). Seleção de Textos nº 3. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Secção Regional São Paulo.

DAVATZ, Thomaz
1980 Memórias de um colono no Brasil (1850). São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo

DENNIS, Pierre
1928 Le, Brésil au XX^{e} siecle. Paris, Librairie Armand Colin, 7ª ed.

FREITAS, Affonso A.
1906 Geografia do Estado de São Paulo. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas.

FURTADO, Celso
1964 Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro , Ed. Fundo de Cultura, 6ª ed.

GORENDER, Jacob
s/d "Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro", in Trabalhadores, sindicatos e política. São Paulo, CEDEC/GLOBAL

GRAMSCI, Antonio
1978 Obras escolhidas. São Paulo, Livraria Martins Fontes Ed. Ltda.

GRAZIANO DA SILVA, José
1981 Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC

HOLLOWAY, Thomas H.
1984 Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KAGEYAMA, Angela
1979 Crise e estrutura agrária. A agricultura paulista na década de 30. Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Economia Agraria,Piracicaba, mimeo

KISH, Leslie
1965 Survey Sampling. New York, John Willey & Sons.

KOSIK, Karel
1976 Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.

LENIN, Vladimir Ilich
1980 Capitalismo e agricultura nos Estado Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Ed. Brasil Debates.

LENIN, Vladimir Ilich
1974 El desarollo del capitalismo en Rusia. El processo de la formación de um mercado interior para la gran industria. Barcelona, Ed. Ariel

LOBATO, Monteiro
1964 A onda verde. O presidente negro. São Paulo, Brasiliense, 11ª ed.

LOBATO, Monteiro
1944 Geografia de Dona Benta. São Paulo, Cia. Ed. nacional, 5ª ed.

MARICATO, Ermínia
1983 Indústria da construção e política habitacional. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo (mimeo)

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo
1954 Apontamentos históricos geográficos, biográficos, estatístico e noticioso da Província de São Paulo. 2 Tomos, São Paulo, Publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2ª ed.

MARTINS, José de Souza
1979 O cativeiro da terra. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

MARX, Karl

Primeiro Manuscrito, in: Manuscrito Econômicos e Filosóficos de 1844. Bogotá, Ed. Pluma, 1980.

MARX, Karl
Livro I, II e III

El Capital. Critica de la economia política. México, Fundo de Cultura, 13ª ed, 1978

MARX, Karl
1978

Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (Grundisse) 1857-1858. México, Siglo XXI, Editores S/A, 10ª ed.

MARX, Karl
1982

Miséria da Filosofia. Resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon. São Paulo, Livraria. Ed. Ciências Humanas.

MATOS, Odilon Nogueira
1973

A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (mimeo)

MILLIET, Sérgio
1982

Roteiro do café e outros ensaios. Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo, HUCITEC, 4ª ed.

MONBEIG, Pierre
1952

Pionners et Planteurs de Saint Paul. Paris, Armand Colin.

MONBEIG, Pierre
1957

Novos estudos de Geografia Humana. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

MÜLLER, Daniel Pedro
1978

Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e de 10 de março de 1837. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 3ª ed.

OLIVEIRA, Chico de
1976 "Acumulação monopolista, Estado e urbanização:a nova qualidade do conflito de classes", in Cadernos de Debate nº 3, O Banquete e o Sonho. Ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense.

OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino de
1981 A produção da vida. A mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (mimeo)

PEREIRA, José Carlos
1967 Estrutura e expansão da indústria em São Paulo. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

PERIDES, Paulo Pedro
1981 Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú. (1830-1930). Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo,(mimeo).

PEROZA JÚNIOR, Roberto M.
1977 Região de Ribeirão Preto e Alta Mogiana (mimeo).

PIZZA, Marcelino
1933 Os municípios do Estado de São Paulo. Informações Interessantes. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

SAINT-HILAIRE, Auguste
1976 Viagem à Província de São Paulo, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio
1981 Capitalismo e cafeicultura: Oeste Paulista : 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades.

Secretaria de Economia e Planejamento
1978 Trabalho volante na agricultura paulista. São Paulo, Coordenadoria de Planejamento e Avaliação.

SETZER, José
1949 Os solos do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia.

SIMONSEN, Roberto
1973 Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Ed. Nacional e Ed. da Universidade de São Paulo.

TAUNAY, Affonso de E.
1945 Pequena história do café. Rio de Janeiro, Ed. do Departamento Nacional do Café.

s.d. Impressões do Brasil no Século Vinte, Lloyds Greater Britain Highcompany.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Anuário Estatístico do Café. Departamento Nacional do Café.Secretaria do Estado de São Paulo, São Paulo, 1939/1940.

Anuário Estatístico do Café. Departamento Nacional do Café. Secção de Estatística, Rio de Janeiro, 1940/41 e 1941/42.

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo. São Paulo, Typografia do Diário Oficial, vários anos.

Atas da Câmara Municipal de Jardinópolis.

Boletin de Agricultura. Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo, São Paulo, Série 40º e 41º , 1939 e 1940.

Boletim do Departamento Estadual de Estatística. Anexo ao nº 8 . São Paulo, Departamento Administrativo do Estado de São Paulo. , 1940.

Boletim do Departamento Estadual de Estatística. São Paulo, Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, nº 7, 1944.

O Café. Estatística de Produção e Exportação. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Serviço de Publicação, 1914 e 1917.

Censo Agropecuário, 1975.

Censo Agropecuário, Demográfico, Industrial, Comercial e de Serviços. 1940-1980. FIBGE

Estatística Agrícola e Zootécnica. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo, 1930-1938.

Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo. São Paulo, Ministério da Agricultura, Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômicas. Comissão de Solos, 1960.

Produção Agropecuária, 1976 - SEADE

Produção Municipal, 1980 - FIBGE-DEGE/SP, SERDIB/SEDEBI.

Relação dos cafeicultores do Estado de São Paulo. Boletim da Superintendência dos Serviços do Café do Estado de São Paulo (separata). São Paulo, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980 - FIBGE.

Relatório Anual do Secretário da Agricultura. São Paulo, 1900.

Relatório da Agricultura. São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1927

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de São Paulo em 7 de abril de 1894 pelo Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Campos.

PERIÓDICOS

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA

O Observador Econômico e Financeiro.

Jornais de Jardinópolis

O Jardinópolis
Correio da Semana
A Cidade de Jardinópolis

Jornal de Ribeirão Preto

Diário de Notícias